



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contrato. Na planilha contratual possuímos itens medidos tanto por apropriação de horas como por realização de serviços pré-determinados. Assim como itens exclusivos para cada atividade (ex: balsa, roçadeira, etc), possuímos equipes distintas para realização dos serviços de roçada e outra para limpeza do espelho d'água, todavia, alguns destes "itens" se repetem quando da emissão da medição mensal. Ex: ajudante. Utilizamos como critério para medir os serviços: a aferição diária pela equipe SMOBI, registro de ponto dos funcionários e fiscalização do quantitativo e qualidade do produto entregue.

1004. Outro ponto que foi objeto de questionamento por parte da CPI está relacionado a destinação do material/resíduo recolhido na Lagoa da Pampulha após determinados serviços serem executados pela empresa contratada. Segundo informações contidas no Ofício GMINF/SUZURB-OB n° 069/2023, os caminhões são carregados com os sedimentos recolhidos da Lagoa, após a sua secagem esse material é encaminhado ao Aterro Macaúbas, local esse devidamente credenciado, sendo que o tratamento do material é de responsabilidade do aterro.

1005. O Item 2.4 da Cláusula Segunda, que está relacionado ao controle de erosões nos taludes e reparos no sistema de drenagem da orla, também foi objeto de verificação pela Comissão. Sobre o tema, a CPI buscou informações sobre as ações que são tomadas para a observância, e atendimento, do referido item. Sobre o tema, segue trecho do Ofício GMINF/SUZURB-OB n° 069/2023:

Em 2021 recuperamos cerca de vinte pontos de alas/rede de drenagem que desaguam na Lagoa e a execução da recuperação de gabiões, trechos de redes a fim de se evitar erosões. Realizamos também em 2021 e 2022 plantio de grama, que também auxilia na prevenção de erosões. No ano de 2023, após período chuvoso, faremos novamente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

esses serviços em outros pontos necessários. Quanto às ações nas bocas de lobo, destacamos que a Regional Pampulha realiza mensalmente a limpeza das bocas de lobo da orla e utiliza o caminhão hidrojato para remover possíveis obstruções verificadas nesses dispositivos. Também é realizado o rebaixamento do greide da área assoreada da Enseada do Zoológico, de forma que se tornam desobstruídas as alas de saída das redes desses respectivos dispositivos.

1006. Por fim, a Comissão solicitou informações, junto a empresa contratada, quais seriam as ações aplicadas para diminuir a quantidade de lixo que polui a Lagoa da Pampulha. A seguir, trecho, das informações enviadas pela DLA Engenharia à Comissão:

Informamos que no Contrato mencionado não estão previstas ações para reduzir ou acabar com o contingente de lixo aportado na Lagoa da Pampulha, por serem estas, ações de planejamento e gestão, que fogem do escopo operacional dos serviços de limpeza e conservação do espelho d'água. Todavia, durante os serviços executados no contrato DJ-024/21 é recolhido diariamente, por meio de embarcações e enviado ao aterro credenciado o lixo sobrenadante que entre pelos afluentes e pela poluição difusa existente.

1007. Diante dos elementos verificados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, não foram verificadas quaisquer irregularidades de aspecto contratual e operacional, que estão contempladas no escopo do contrato em tela. Ressalta-se que o referido contrato recebeu, até a presente data, 2 (dois) aditivos, merecendo destaque o primeiro aditivo que está relacionado à renovação do prazo contratual, cujo o valor foi de R\$3.379.481,08 (três milhões, trezentos e setenta



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oito centavos), mantendo a vigência do contrato até 25 de fevereiro de 2023.

1008. Em relação aos aspectos comparativos dos contratos AJ-01/2016 e DJ-024/2021, dois pontos merecem destaque.

1009. O primeiro diz respeito que, embora o escopo do objeto contratual seja semelhante nos contratos supracitados, houve uma diferença significativa nos valores previamente determinados. O contrato celebrado em 2016 foi de R\$1.645.168,46 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e seis reais), enquanto que o contrato celebrado em 2021 foi de R\$ 3.379.481,08 (três milhões, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oito centavos). Uma diferença de R\$1.734.312,62 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e doze reais e sessenta e dois centavos), ou seja, no lapso temporal de 5 (cinco) anos, o valor para execução dos serviços apresentou um acréscimo acima de 100%.

1010. O segundo recai na Cláusula Segunda, que trata do Objeto, do contrato AJ-01/2016 ressalta-se a execução dos seguintes serviços:

- *Desassoreamento do leito do canal dos córregos Ressaça e Sarandi com retirada, armazenamento, manuseio e transporte do material retirado para bota fora, aterro sanitário ou outra destinação determinada pela SUPERVISÃO;*
- *Manutenção e desassoreamento do canal jusante da estação de tratamento de afluentes ETAF. .*

1011. Porém, na Cláusula Segunda, que também trata do Objeto, do contrato DJ-024/2021 os serviços supracitados não estão compreendidos na cláusula contratual mencionada. Ressalta-se que segundo Comunicação Externa³³ da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) observa-se as seguintes informações:

[...] A ETAF está localizada no encontro dos dois principais córregos afluentes à Lagoa da Pampulha, Ressaça e Sarandi e trata apenas esses dois córregos, os quais contri-

³³Comunicação Externa N° 027/2023; Referência/Assunto: Ofício Dirleg n° 130/23 – Resposta Requerimento de Comissão n° 58/2023, Pág. 12.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

buem com a maior parte do volume afluyente, cerca de 70% do volume total de contribuições que a Lagoa da Pampulha recebe (Fonte: IGAM – Monitoramento da qualidade das águas superficiais na Sub-bacia do Ribeirão Pampulha – Relatório Trimestral/ 3º Trim. 2018 – pág. 13).

1012. Diante das informações supracitadas, o contrato DJ-024/2021 também deveria contemplar o desassoreamento e manutenção do leito do canal dos córregos Ressaca e Sarandi, bem como do canal jusante da ETAF. Ressalta-se que os mencionados córregos também são os principais responsáveis pelo carreamento de sedimentos e poluição, para o interior da Lagoa da Pampulha. A Prefeitura de Belo Horizonte não forneceu à Comissão Parlamentar de Inquérito informações e documentos, que justificassem a ausência desses serviços no objeto do contrato DJ-024/2021.

IV.7 DA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI - CONTRATO AJ 89/2018

1013. O contrato AJ 89/2018 foi celebrado pelo Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por meio da Escola de Engenharia da UFMG, com a interveniência da Fundação Christiano Ottoni – FCO, e teve como finalidade a prestação de serviços de consultoria a projetos e obras de engenharia, bem como atualização, revisão e desenvolvimento de documentação e estudos técnicos. Conforme dispõe a Cláusula Primeira do contrato em tela que contém as seguintes informações:

São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, o Município de Belo Horizonte, CNPJ nº 18.715.383/0001-40, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, doravante denominada SMOBI, representada pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão, presente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também o Sr. Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Diretor Jurídico (Competência por delegação Portaria N° 7.117/2017) e, como CONTRATADA a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, autarquia federal de regime especial, inscrita no CNPJ sob o n° 17.217.985/0001-04, sediada na Avenida Antônio Carlos, n° 6.627, em Belo Horizonte, por meio da Escola de Engenharia da UFMG, neste ato representada pela sua Reitora Sandra Regina Goulart Almeida, residente e domiciliado nesta capital, carteira de identidade M-277.3517, CPF n° 452.170.366-49, doravante denominada UFMG, com a interveniência da Fundação Christiano Ottoni, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 18.218.909/0001-86, neste ato representado por seu Diretor Presidente Benjamin Rodrigues de Menezes, situada na Av. Antônio Carlos, 6627, sala 1400, Bloco 1, Escola de Engenharia da UFMG, doravante denominada FCO.

1014. Ressalta-se que a Universidade Federal de Minas Gerais figura como contratada no contrato em tela, porém com a interveniência da Fundação Christiano Ottoni. Durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito não foi devidamente elucidado como foram realizados os trâmites para que ambas as instituições figurassem no contrato e qual de fato foi o papel da UFMG no desenvolvimento dos serviços contratualmente pactuados.

1015. Observa-se que os serviços prestados pela FCO possuem como característica um maior grau de complexidade, como pode ser verificado nas informações contidas na Cláusula Segunda, que trata do objeto, em seu item 2.1, dispondo:

Constituem objeto deste instrumento (I) a consultoria a projetos e obras de engenharia, através de análises e pareceres técnicos, assim como de soluções alternativas de desenvolvimento. O suporte compreenderá o estudo diag-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nóstico e a concepção de projetos de empreendimentos públicos de variada complexidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI) e entidades vinculadas (SUDECAP, URBEL, SLU, BHTRANS – Art. 51, §3º, II, da Lei Municipal 11.065/17; e (II) a atualização, revisão e desenvolvimento de documentação técnica, que inclui: instruções técnicas, procedimentos padrões, planilhas de orçamento de consultoria e de obras e caderno de encargos de obras.

1016. Devido a natureza dos serviços prestados pela contratada e, o seu grau de complexidade, o valor contratual foi de R\$11.261.763,16 (onze milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), tendo como prazo de vigência o prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

1017. A princípio, os aspectos contratuais estão em consonância com o arcabouço legal contido na Lei Federal nº 8.666/93, vigente à época. Porém, ao classificar os serviços prestados pela contratada como de variada complexidade, o Poder Municipal utilizou-se de elementos subjetivos para quantificar o contrato em tela. Deste modo, os parâmetros adotados para determinação do valor contratual podem ser questionáveis e passíveis de interpretação ampla, justamente por inexistirem critérios balizadores que justificassem a quantia previamente estabelecida.

IV.7.1 DO GRUPO DE TRABALHO DO CONTRATO AJ 89/2018

1018. Conforme consta no documento intitulado Nota Técnica Continuidade dos Serviços de Tratamento da Água da Lagoa da Pampulha constam as seguintes informações sobre o referido grupo:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A presente Nota Técnica é emitida pelo Grupo de Trabalho que foi instituído pela Deliberação COMUSA 001/2019, aprovada pelo plenário em reunião ordinária realizada em 26/02/2019, com o propósito de “Avaliar as Estratégias e Alternativas de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha”. Este Grupo de Trabalho é formado por representantes da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e da COPASA, contando ainda com assessoramento técnico da Fundação Christiano Ottoni (FCO), no âmbito do Contrato AJ 89/2018, firmado entre Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte – SMOBI.

1019. Observa-se que o grupo supracitado possui um aspecto multidisciplinar, já que, é composto por um corpo técnico ligado à Universidade Federal de Minas Gerais e servidores da Prefeitura de Belo Horizonte e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, cada qual com a sua respectiva expertise e área de atuação. Acredita-se que a composição do Grupo de Trabalho teve como principal finalidade a troca de informações entre as diferentes organizações e a elaboração de um plano de trabalho mais assertivo frente às demandas existentes. Tal interação também pode ser verificada em determinado trecho da Nota Técnica, supracitada, que dispõe:

Mais especificamente, o Grupo de Trabalho tem como principais objetivos:

- realizar um amplo levantamento de informações e avaliação de tecnologias/experiências bem-sucedidas existentes em âmbito mundial, no que se refere à gestão da qualidade das águas de lagos urbanos inseridos em grandes centros, como é o caso da Lagoa da Pampulha;*
- aprofundar a análise de resultados das ações realizadas sob a iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, na Lagoa da Pampulha e na bacia do ribeirão Pampulha, incluindo*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seus aspectos técnicos e seleção de tecnologias entre outros.

1020. Deste modo, o estudo realizado pelo Grupo de Trabalho seria utilizado para orientar a Prefeitura de Belo Horizonte sobre as medidas que poderiam ser implementadas na Lagoa da Pampulha para a mitigação dos problemas relacionados à poluição e assoreamento.

1021. No documento intitulado de “Avaliação das Estratégias e Alternativas de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha”³⁴ são nomeados os seguintes representantes que integram o Grupo:

Equipe da Prefeitura de Belo Horizonte:

- ***Ricardo de Miranda Aroeira***, Engenheiro Diretor da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU;
- ***Ana Paula Fernandes Viana***, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU;
- *Graziela Mendes de Paula*, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU;
- *Marcelo Cardoso Lovalho*, Engenheiro Gerente da Gerência de Manutenção em Infraestrutura – SUDECAP.

Equipe da COPASA:

- *Ronaldo Matias de Sousa*, Engenheiro Gestor de Empreendimentos de Grande Porte – COPASA;
- *Antônio C. Ferreira de Oliveira*, Engenheiro da Unidade de Negócio Metropolitana – Apoio – COPASA;
- *Fernando Antônio Jardim*, Biólogo Responsável pelo Setor de Hidrobiologia do Laboratório Central – COPASA;
- *Mauro Diniz Carneiro*, Engenheiro Superintendente de Produção de Água – COPASA;

³⁴Relatório 7 – Relatório de Diretrizes e Prognóstico acerca do Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha, Contrato AJ89/2018, Belo Horizonte/MG, maio de 2020. Elaborado pela Fundação Christiano Ottoni - FCO.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Cleber Torres, Engenheiro Gerente da Unidade de Serviço de Expansão da Metropolitana – COPASA;
 - Max Demattos, Analista Master – COPASA.
- Equipe da Universidade Federal de Minas Gerais responsável pela elaboração dos estudos referentes ao projeto “Avaliação das Estratégias e Alternativas de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha Recuperação Ambiental do Reservatório da Pampulha”*
- Cesar Rossas Mota Filho, Professor Adjunto da UFMG e Coordenador da Equipe de Trabalho;
 - Alessandra Giani, Professora Titular da UFMG;
 - Nilo de Oliveira Nascimento, Professor Titular da UFMG;
 - Cleber Cunha Figueiredo, Professor Adjunto da UFMG;
 - Talita Fernanda das Graças Silva, Professora Adjunta da UFMG;
 - Rafael Pereira Resck, Consultor Externo / Ryma Recursos Hídricos;
 - Weber Coutinho, Consultor Externo / PWC Consultoria Ambiental e Pedagógica;
 - Letícia da Silva Santos, Estudante de Pós-Graduação na Escola de Engenharia da UFMG;
 - Gustavo Henrique de Paula Abrantes, Estudante de Pós-Graduação no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.

1022. Após a análise documental e dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito não foram apresentadas justificativas sobre a função e, como foi a participação, dos representantes da UFMG, Prefeitura de Belo Horizonte e COPASA no Grupo de Trabalho e na elaboração dos estudos e pareceres técnicos. Deste modo, não há identificação dos critérios que foram utilizados para mensurar e quantificar, o trabalho realizado por cada participante do Grupo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IV.7.2 DOS PAGAMENTOS

1023. Considerando que o contrato AJ – 089/2018 e, seu aditivo, teve a duração de 4 (quatro) anos, compreendendo o período de 23/11/2018 a 22/11/2022, a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitou informações, através do Requerimento de Comissão nº 1534/2023, sobre os valores pagos pelo Poder Municipal à Fundação Christiano Ottoni, e de acordo com o Ofício FCO 029/2023, de 19 de junho de 2023, observa-se as seguintes destinações financeiras:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tabela 2 – Consultores Técnicos do Projeto

Nome	Atividade	Valor recebido
Adriano de Paula E Silva	Pesquisador da UFMG	122.442,50
Aldo Giuntini de Magalhães	Pesquisador da UFMG	55.959,81
Alessandra Giani	Pesquisador da UFMG	148.860,54
Antonio Neves de Carvalho Junior	Pesquisador da UFMG	241.955,04
Ari de Paula Machado	Pesquisador da UFMG	14.000,00
Benjamin Rodrigues de Menezes	Pesquisador da UFMG	273.715,68

CNPJ 18.218.909/0001-86 – Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha – Escola de Engenharia da UFMG – Bloco 1, Sala 1400 –
CEP: 31.270-901 Belo Horizonte/MG - Fone (31) 3409-1900 www.fco.org.br - e-mail: diretoria@fco.eng.ufmg.br ^{6/8}

Bruno Melo Brentan	Pesquisador da UFMG	728,00
Carlos Henrique de Moraes Bomfim	Pesquisador da UFMG	57.535,13
Carmela Maria Polito Braga	Pesquisador da UFMG	6.700,00
César Rossas Mota Filho	Pesquisador da UFMG	84.338,65
Cleber Cunha Figueredo	Pesquisador da UFMG	96.748,30
Dalmo Lucio Mendes Figueiredo	Pesquisador da UFMG	435.474,10
Eduardo Cabaleiro Cortizo	Pesquisador da UFMG	27.461,53
Eduardo Chahud	Pesquisador da UFMG	115.217,13
Euler Magalhães da Rocha	Pesquisador da UFMG	7.500,00
Francisco Eustáquio Oliveira e Silva	Pesquisador da UFMG	5.117,44
Gabriel de Oliveira Ribeiro	Pesquisador da UFMG	37.206,22
Grace Cristina Roel Gutierrez	Pesquisador da UFMG	30.185,52
Guilherme de Souza Papini	Pesquisador da UFMG	13.400,00
Hugo César Coelho Michel	Pesquisador da UFMG	51.870,09
Julian Cardoso Eleutério	Pesquisador da UFMG	62.729,33
Letícia Santos de Lima	Pesquisador da UFMG	546,00
Luciano de Errico	Pesquisador da UFMG	6.700,00
LUIZ RAFAEL PALMIER	Pesquisador da UFMG	13.663,66
Marcio Benedito Baptista	Pesquisador da UFMG	546,00
Nilo de Oliveira Nascimento	Pesquisador da UFMG	244.179,72
Priscilla Macedo Moura	Pesquisador da UFMG	113.375,10
Sebastiao Salvador Real Pereira	Pesquisador da UFMG	45.394,98
Sidnea Eliane Campos Ribeiro	Pesquisador da UFMG	23.753,64
Talita Fernanda das Graças Silva	Pesquisador da UFMG	112.173,56
Veber Afonso Figueiredo Costa	Pesquisador da UFMG	4.552,29
Weber Coutinho, Consultor Externo	Pesquisador Externo	79.995,90
Total Geral		2.534.025,86



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tabela 3 – Relação dos discentes da UFMG

Nome	Valor Recebido
Amanda Tolentino Mendes	4.833,34
André Felipe Rocha da Silva	67.443,79
Bruna Barçante	8.375,00
Deyvid Wavel Barreto Rosa	60.262,98
João Marcos Soares de Oliveira	5.633,34
Juliana Dutra Moreira	5.025,00
Julio Cezar Barroso Lima	3.866,66
Laisa Correa Braga Marques	9.786,16
Letícia da Silva Santos	8.500,00
Luana Siebra Andrade	9.786,16

CNPJ 18.218.909/0001-86 – Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha – Escola de Engenharia da UFMG – Bloco 1, Sala 1400 – CEP: 31.270-901 Belo Horizonte/MG - Fone (31) 3409-1900 www.fco.org.br - e-mail: diretoria@fco.eng.ufmg.br 7/8

Marcus Antonio França Volpi	2.416,67
Marina Rohlfes Naves	2.416,67
Paloma Amorim Caldas	7.537,50
Pedro de Paula Drumond	5.025,00
Tulio Soares Lima	9.666,67
Vanessa Lucena Cançado	38.767,15
Total Geral	249.342,09

1024. As destinações financeiras contidas no documento supracitado atingem o valor de R\$2.783.367,95 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Ressalta-se que no referido documento também constam as atividades técnicas realizadas através das Ordens de Serviços (OS) que estavam previstas no plano de trabalho e foram acompanhadas, avaliadas e aprovadas pela equipe técnica da SMOBI. Porém não estão descritos os valores financeiros que foram despendidos na execução das Ordens de Serviços.

1025. O contrato AJ-089/2018 apresentou valor global de R\$11.261.763,16 (onze milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), sendo que as destinações financeiras supracitadas totalizaram R\$2.783.367,95 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Diante dos valores mencionados, não ficou devidamente comprovado à Comissão Parlamentar de Inquérito qual foi a destinação da diferença das quantias mencionadas, que no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

caso em tela é de R\$8.478.395,21 (oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos).

1026. Ademais, na tentativa de justificar a eficiência dos serviços de desassoreamento e recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, a sigla “UFMG” transformou-se em termo mágico na percepção dos integrantes do Grupo de Trabalho e dos núcleos de operação e cooperação que estão ligados aos serviços executados na Lagoa. Restou evidente que durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e, na realização das oitivas, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado e o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira utilizaram do reconhecimento e credibilidade da Universidade Federal de Minas Gerais para cancelar os relatórios elaborados pela Fundação Christiano Ottoni. Tal tentativa objetiva construir um aspecto de qualidade, garantia de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência para as intervenções promovidas pela SMOBI e SUDECAP no espelho d’água e da orla da Lagoa da Pampulha.
1027. Nas informações infundadas da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, a remediação associada a biorremediação são os melhores métodos para o tratamento dos corpos lânticos. Aliás é sabido que a Lagoa da Pampulha é um corpo misto, pois também apresenta características de um corpo lótico. Porém a questão principal não está relacionada ao método aplicado na Lagoa da Pampulha, mas sim o fato que o emprego desse método, associado às tecnologias de biorremediação, não conferiu às águas da Lagoa o Padrão de Classe 3, segundo os critérios da Resolução CONAMA 357/05, e que foi objeto dos contratos AJ-032/2015 e AJ-057/2018.
1028. Assim sendo, o Consórcio Pampulha Viva não cumpriu as obrigações contidas nos contratos supracitados. Ademais, ressalta-se que as informações contidas nos relatórios da Fundação Christiano Ottoni – FCO podem estar eivadas de vícios, já que, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado integraram o Grupo de Trabalho anteriormente citado.

V. DOS TRABALHOS DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1029. Tendo em vista o extenso trabalho investigativo, iniciado pelo requerimento 267/2022, o primeiro requerimento da nova Comissão Parlamentar de Inquérito solicitou que todos os documentos, respostas, oitivas e demais atos já realizados nos trabalhos de apuração desta Câmara municipal, fossem integralmente aproveitados, de maneira a garantir a economicidade e eficiência dos atos do Poder Legislativo.
1030. Mesmo estando bem fundamentado em provas e documentos, surpreendentemente o relatório foi rejeitado pelos então membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, em uma ação de cunho político que refletiu diretamente na política de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha pela administração municipal.
1031. A Vereadora Flávia Borja, designada nova relatora, retirou o relatório da última CPI menos de 24 horas após o seu protocolo, o que impossibilitou a sua votação, sendo a primeira CPI encerrada sem a aprovação de relatório final, deixando a população de Belo Horizonte sem as tão necessárias respostas.
1032. Sem uma ação firme do Poder Legislativo, a administração municipal decidiu por perseguir com o mesmo modus operandi criminoso, fartamente demonstrado, que joga dinheiro público fora sem poder apresentar qualquer resultado palpável.
1033. Mais bizarro é a Procuradoria do Município pretender questionar judicialmente a ação de investigação dos parlamentares, ao invés de se atentar aos inúmeros vícios apontados nos processos de contratação.
1034. Dessa forma, após um breve período de suspensão, os trabalhos foram iniciados no final de 2022, sendo cumpridos todos os requisitos legais e regimentais para sua instituição formal.
1035. Foram reiniciados os trabalhos desta comissão, efetivamente, no dia 22/12/2023, e após eleitos o presidente e o relator, foi apresentado o plano de trabalho que seria seguido para a consecução da CPI. Foram realizadas 15 reuniões pela Comissão, além de Visitas Técnicas em diversos pontos da Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1036. Após a realização de novas oitivas, novas solicitações de documentos, e após o esclarecimento daqueles que compareceram a essa CPI e decidiram efetivamente contribuir para elucidação dos motivos de após tanto investimento, a lagoa continuar em péssimo estado, apresentamos o resultado das novas apurações.

V.1 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1037. A primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 20 de julho de 2023, às 10h38, no Plenário Camil Caram e, iniciou-se sob a presidência interina do vereador Henrique Braga e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier, Jorge Santos e Sérgio Fernando Pinho Tavares, sendo que o último participou de forma remota, através de videoconferência.

1038. Deste modo, o Presidente interino da CPI declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião teria as seguintes finalidades:

- I. Eleição do presidente e do relator da Comissão;
- II. Fixação de dia, horário e local de realização das reuniões;

1039. Registre-se que o vereador Henrique Braga informou que em atendimento a decisão judicial proferida nos autos da Ação nº 5157308-02.2023.8.13.0024, os trabalhos da Comissão estariam suspensos, deste modo as apreciações que ocorreriam na presente reunião não ocorreriam na corrente data.

1040. O presidente interino ressaltou que a Procuradoria do Legislativo – Proleg, após o recebimento da intimação da supramencionada decisão, irá adotar as medidas jurídicas pertinentes para contestar a decisão proferida nos autos acima mencionados.

1041. Ainda, o vereador Henrique Braga efetuou a leitura de uma nota e enfatizou que a população de Belo Horizonte anseia pela conclusão das investigações sobre a Lagoa da Pampulha e todas as ações que envolvem a limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e desassoreamento deste patrimônio mundial. Acrescentou que a Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH continuará cumprindo a sua função fiscalizadora, legislativa e de representação da sociedade.

1042. Sem nada mais a tratar, o presidente interino encerrou a reunião às 10h42.

V.2 DA 2ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1043. A segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h42, no Plenário Camil Caram e iniciou-se sob a presidência interina e remota do vereador Henrique Braga e contou com a presença da vereadora Loíde Gonçalves, dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos e Braulio Lara, sendo que os dois últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

1044. Deste modo, o Presidente interino da CPI declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião teria as seguintes finalidades:

- I. Eleição do presidente e do relator da Comissão;
- II. Fixação de dia, horário e local de realização das reuniões;

1045. Registre-se que o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares passou a conduzir os trabalhos da Comissão e informou que as candidaturas à presidência deveriam ser apresentadas.

1046. O presidente interino, vereador Henrique Braga, recomendou o nome do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares para a presidência. A recomendação acima mencionada também foi ratificada pelo vereador Jorge Santos.

1047. Discutido e votado, os membros da Comissão elegeram o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares para a presidência da CPI.

1048. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente informou que deveriam ser apresentadas as candidaturas para a eleição da relatoria da Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1049. O vereador Henrique Braga recomendou o nome do vereador Braulio Lara para assumir a função de relator da CPI. A indicação do vereador Braulio Lara foi apoiada pelo vereador Jorge Santos.

1050. Discutido e votado, os membros da Comissão elegeram o vereador Braulio Lara para a relatoria da CPI.

1051. O relator agradeceu a confiança dos parlamentares, membros da Comissão, e ressaltou a importância das investigações frente aos problemas encontrados na Lagoa da Pampulha.

1052. O presidente informou que deveriam ser definidos o dia, horário e local das reuniões da CPI.

1053. O relator, vereador Braulio Lara, propôs que as reuniões ocorressem quinzenalmente, nas primeiras e terceiras terças-feiras de cada mês, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes, e que a próxima reunião seja realizada em 20 de fevereiro de 2024.

1054. Discutido e votado, os membros da Comissão aprovaram a proposta apresentada pelo relator.

1055. Registre-se que o vereador Jorge Santos não participou da supra-mencionada votação.

V.3 DA 3ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1056. A terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 20 de fevereiro de 2024, às 09h51, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença do vereador Braulio Lara, relator da Comissão, e dos vereadores Henrique Braga, Jorge Santos, Cleiton Xavier e da vereadora Loíde Gonçalves, sendo que os quatro últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

1057. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1058. Requerimento de Comissão nº 111/2024. Solicitação de apresentação do plano de trabalho da CPI Pampulha. Autoria: vereador Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1059. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1060. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o relator da Comissão ressaltou que o Plano de Trabalho seria importante para nortear as atividades da CPI, porém ao longo dos trabalhos da Comissão e da intenção de realização das visitas técnicas e oitivas, algumas datas poderiam ser suprimidas ou acrescidas. Acrescentou que a situação da Lagoa da Pampulha ainda é crítica, com elevado nível de poluição e assoreamento em determinados locais, principalmente na enseada do zoológico.
1061. O vereador Jorge Santos passou a acompanhar a reunião de forma presencial e enfatizou que diariamente frequenta a orla da Lagoa da Pampulha. Ainda sobre o tema, acrescentou que em diferentes pontos da Lagoa é possível evidenciar o alto grau de poluição, principalmente de lixo sobrenadante, e odor desagradável em diferentes locais.
1062. O presidente da Comissão, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, ressaltou que a CPI da Lagoa da Pampulha, que antecedeu a Comissão em tela, foi de fundamental importância para a promoção de debates sobre as medidas adotadas pelo Poder Público para mitigar os problemas da Lagoa da Pampulha.
1063. Enfatizou que as ações adotadas, nos últimos anos, poderiam ser consideradas ineficazes e não estariam resultando em um quadro de melhoras condições da Lagoa. Parabenizou o vereador Braulio Lara, que também foi relator da última CPI da Lagoa da Pampulha, e ressaltou que o relatório final apresentado pelo relator possui um excelente e robusto conjunto de informações, porém por questões políticas não foi aprovado na época.
1064. Requerimento de Comissão nº 112/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade encaminhar, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, convite ao Sr. Leandro César Pereira, para, pessoalmente, comparecer à Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações sobre as ações contratadas e realizadas na Lagoa da Pampulha, especialmente as que envolvem a sua limpeza e conservação. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

data de 05 de março de 2024, às 09h30, Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

1065. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1066. Registre-se que foi deliberado pela Comissão a modificação do modelo de convite ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, que passará de convidado para intimado, como testemunha, na oitiva mencionada na proposição em destaque.
1067. O vereador Jorge Santos ratificou a intimação do Secretário Municipal e acrescentou que em ocasiões anteriores inúmeros secretários do Município foram convidados, porém não compareceram às reuniões realizadas nesta Casa Legislativa.
1068. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente deu ciência aos demais membros da Comissão o recebimento do seguinte documento:
1069. DOCUMENTO PROT. N° 007309/2023
1070. O presidente ressaltou que o prazo da Comissão será até 19 de maio de 2024, podendo ser prorrogada conforme disposição regimental da Câmara Municipal de Belo Horizonte.
1071. O vereador Braulio Lara informou sobre a representação realizada no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, solicitando a imediata suspensão do último edital publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte, prevendo a contratação, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.
1072. Ressaltou sobre a necessidade de elaboração de um projeto básico para que diferentes empresas possam participar e apresentar outras tecnologias de biorremediação para a Lagoa. Acrescentou que é inexplicável a postura da Prefeitura em manter a mesma empresa, que presta os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, já que os resultados apresentados ao longo dos anos não seriam satisfatórios. Enfatizou que a referida empresa já recebeu cerca de R\$ 60 milhões nos últimos anos.
1073. O vereador Jorge Santos ressaltou que durante os trabalhos da CPI anterior foram apresentadas outras tecnologias para atenuar os problemas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existentes na Lagoa, principalmente os métodos de limpeza e manutenção do local.

1074. O presidente ressaltou a importância desta nova CPI e informou que o objetivo de todos os membros da Comissão é a defesa da Lagoa da Pampulha. Acrescentou que as reuniões ocorrerão quinzenalmente, nas primeiras e terceiras terças-feiras, no período da manhã.

1075. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 10h17.

V.4 DA 4ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA – OITIVA LEANDRO CESAR PEREIRA

1076. A quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 05 de março de 2024, às 09h51, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos e Loíde Gonçalves, sendo que a última participou de forma remota, através de videoconferência.

1077. Registre-se a presença do vereador Wagner Ferreira, que não é membro efetivo da Comissão, porém acompanhou os trabalhos durante a reunião.

1078. A reunião em tela teve como finalidade a realização da oitava com o Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, Leandro César Pereira, para tratar do tema relacionado às ações de limpeza e conservação realizadas na Lagoa da Pampulha.

1079. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação a seguinte proposição:

1080. Requerimento de Comissão nº 233/2024. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito, Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção de informações sobre a morte de milhares de peixes na Lagoa da Pampulha durante os dias 02 e 03 de março de 2024. Autoria: vereador Braulio Lara.

1081. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1082. Dando continuidade à reunião, o presidente comunicou que daria início à oitiva do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira.

1083. Registre-se a presença do Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia e do Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra.

1084. O presidente da Comissão solicitou que a testemunha prestasse o compromisso de dizer a verdade, conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 342 do Código Penal – CP. Acrescentou que fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade constitui crime, conforme disposições retromencionadas. O presidente ressaltou que a Comissão possui grande respeito pelo Secretário e reconheceu os serviços prestados pelo servidor à Prefeitura e a sociedade.

1085. Registre-se que Leandro César Pereira prestou o termo de compromisso acima mencionado.

1086. Sobre a temática de melhoria da qualidade da água, o vereador Braulio Lara perguntou ao Secretário se existe apenas uma empresa, no Brasil, que realiza os serviços de limpeza em lagos urbanos. Em resposta, o Secretário informou que a pergunta continha aspectos técnicos que não fazem parte do seu conhecimento e atuação, porém disse que devem existir no mercado diferentes empresas que prestam serviços de limpeza em lagos urbanos.

1087. O vereador Braulio Lara perguntou sobre o motivo que levou a Prefeitura, neste ano de 2024, em realizar a contratação do Consórcio Pampulha Viva, sem processo de licitação, para executar os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Ressaltou que o referido Consórcio realiza tais serviços desde 2018, porém os resultados obtidos até então são insatisfatórios e ineficazes. Acrescentou que a principal finalidade dos serviços contratados foi o atingimento e manutenção da qualidade da água no padrão de Classe 3, conforme Resolução nº 357 do CONAMA, todavia em inúmeras ocasiões o referido padrão não foi alcançado.

1088. O Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, solicitou a palavra e informou que o Requerimento de instituição desta Comissão teria como objeto de investigação o contrato de limpeza da Lagoa da Pampulha celebrado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em 2018 pela Administração Pública, deste modo o contrato celebrado em 2024 não estaria no escopo dos procedimentos e processos investigados pela Comissão em tela. Ressaltou que a pergunta direcionada ao Secretário estaria extrapolando o limite da Comissão e desta forma não haveria a obrigatoriedade da testemunha em responder tal questionamento.

1089. O presidente da Comissão realizou a leitura do Requerimento nº 944/2023, que instituiu a CPI, e enfatizou que o objeto da Comissão abarca todos os contratos e processos afetos à limpeza e manutenção da Lagoa da Pampulha, inclusive os contratos celebrados após 2018. Acrescentou que respeitava o posicionamento do Procurador Municipal e a sua orientação ao Secretário.

1090. O Procurador informou que o Requerimento nº 944/2023 foi aprovado em 2023, deste modo a Comissão não poderia propor a investigação de um fato futuro. Ainda sobre o tema, o relator da Comissão, vereador Braulio Lara, informou sobre a sua discordância em relação ao entendimento do Procurador e ressaltou que a pergunta seria pertinente e diretamente vinculada ao objeto da Comissão, deste modo manteria a pergunta ao Secretário.

1091. Leandro César Pereira disse que a situação da Lagoa da Pampulha estaria mais crítica caso não houvesse atuação do Poder Público, principalmente no que tange o seu desassoreamento e despoluição.

1092. Acrescentou que o maior problema estaria ligado ao despejo irregular de esgoto no interior da Lagoa e fez menção das ações promovidas pela CO-PASA para mitigar os efeitos do despejo irregular.

1093. Ressaltou que o setor de engenharia do Município possui a capacidade e competência para apontar possíveis soluções às demandas existentes na Lagoa da Pampulha. Enfatizou que na qualidade de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura não poderia questionar as medidas técnicas adotadas, porém possui o dever de verificar as adequações jurídicas dos serviços realizados na Lagoa.

1094. Ainda sobre a temática, o Secretário informou que a contratação realizada em 2024, para prestação de serviços de melhoria da qualidade da água, foi objeto de avaliação do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCMG, deste



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

modo quaisquer irregularidades poderão ser apontadas pelo mencionado Tribunal.

1095. Concluiu abordando a questão da alta mortandade de peixes, ocorrida nos dias 02 e 03 de março de 2024, enfatizando que o despejo irregular de esgoto seria a principal causa dessa situação.

1096. O vereador Braulio Lara perguntou ao Secretário se o mesmo teria conhecimento das questões analisadas pela CPI da Lagoa da Pampulha que ocorreu em 2023 na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1097. Registre-se que o presidente da Comissão comunicou a presença do vereador Wesley Moreira, que não é membro da CPI, mas acompanhou os trabalhos durante a reunião.

1098. Leandro César Pereira disse que não exercia a função de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura à época da CPI anterior, porém acompanhou as oitivas realizadas pela Comissão. Acrescentou que não teria condições de afirmar sobre o seu total conhecimento em relação à CPI que ocorreu em 2023.

1099. O presidente perguntou sobre os procedimentos adotados pelo Poder Público para realizar as análises da tecnologia apresentada pela atual empresa que presta os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. O Secretário também foi questionado sobre quais critérios foram considerados para a manutenção da inexigibilidade de licitação para contratação dos serviços supramencionados.

1100. Em resposta, Leandro César Pereira informou que os procedimentos ocorrem de forma padrão, semelhante às demais contratações realizadas pela Prefeitura. Acrescentou que no caso em tela os critérios técnicos foram fundamentais para a manutenção da empresa que presta os serviços de melhoria da qualidade da água.

1101. O vereador Braulio Lara ressaltou que o Secretário possui a responsabilidade de assinar pela autorização ou não na adoção da modalidade de dispensa de licitação. Acrescentou que tal ação deve estar pautada por critérios técnicos e informações consolidadas que justifiquem a tomada de decisão em conformidade com a dispensa de licitação. Sobre o tema, o relator perguntou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ao Secretário se a manutenção da inexigibilidade de licitação partiu da própria Secretaria ou foi uma recomendação de outro setor da Prefeitura.

1102. Em resposta, o Secretário informou que a Secretaria recebeu um conjunto de informações e dados técnicos sobre a questão em tela. Ressaltou que a recomendação para contratação por inexigibilidade de licitação partiu de outra diretoria que possui conhecimento técnico em relação aos serviços contratados.

1103. O presidente da Comissão perguntou qual seria a diretoria responsável pela recomendação em tela. Em resposta, o Secretário informou que a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU seria a área técnica responsável pela análise e recomendação em tela. Acrescentou que o diretor da mencionada diretoria seria Ricardo de Miranda Aroeira, sendo que outros profissionais também compõem o referido setor.

1104. O vereador Braulio Lara perguntou sobre os motivos que ensejaram a celebração, em 2024, do novo contrato para prestação dos serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1105. Em resposta, Leandro César Pereira informou que após o término do último contrato foi constatada uma considerável deterioração da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, deste modo cabe à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a adoção de medidas para reverter tal situação.

1106. O vereador Jorge Santos perguntou se a contratação realizada em 2024 foi da mesma empresa que nos últimos anos prestou os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, ou se seria outra empresa. Acrescentou questionando os motivos que ensejaram o processo de contratação por inexigibilidade de licitação. Em resposta, o Secretário disse que a área técnica da Prefeitura realiza a indicação de uma possível solução frente a um determinado problema. Acrescentou que a realização de um processo licitatório ou a sua dispensa está condicionada à existência de uma ou mais empresas que possuem a capacidade de executar o serviço objeto da contratação.

1107. O vereador Jorge Santos questionou sobre o processo que foi adotado para a manutenção da mesma empresa que irá continuar prestando os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1108. Registre-se que o presidente comunicou a presença remota do vereador Henrique Braga e a vereadora Loíde Gonçalves passou a acompanhar os trabalhos presencialmente.
1109. Em resposta ao questionamento do vereador Jorge Santos, Leandro César Pereira informou que sobre o processo de contratação por inexigibilidade de licitação, foram consideradas todas as informações técnicas e jurídicas para a mencionada tomada de decisão. Acrescentou que todas essas informações foram expostas no processo de contratação e posteriormente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.
1110. Ressaltou que o processo de limpeza da Lagoa da Pampulha abrange inúmeras ações, que são realizadas no interior da Lagoa e na sua bacia hidrográfica. Disse sobre a existência de um contrato que abrange a limpeza do entorno da Lagoa da Pampulha e outro para retirada de lixo sobrenadante. Informou sobre a importância da manutenção de todos os serviços direcionados para preservação da Lagoa e ressaltou que a situação relacionada a mortandade de peixes seria inadmissível.
1111. Acrescentou sobre os serviços de desassoreamento que são fundamentais para a retirada do grande volume de resíduos que são carreados para o interior da Lagoa. Disse que o trabalho de limpeza do lixo sobrenadante também seria importante para uma melhor condição do local. Ressaltou que existe um passivo histórico de sedimentos no fundo da Lagoa e ressaltou que o contínuo despejo de esgoto na Lagoa da Pampulha exige um constante serviço de tratamento e melhoria da qualidade da água.
1112. O vereador Jorge Santos informou que segundo informações levantadas pelos veículos de imprensa, a responsabilidade pela mortandade dos peixes seria da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, e perguntou sobre a apuração do fato e apontamento das responsabilidades do ocorrido. O Secretário informou que a referida ocorrência estaria sendo tratada e investigada pela Prefeitura e a responsabilidade da mortandade de peixes na Lagoa da Pampulha seria apontada, sendo que o responsável deverá reparar o erário público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1113. O vereador Braulio Lara enfatizou que deveriam haver estações de tratamento em todos os afluentes da Lagoa da Pampulha, deste modo o contínuo despejo de resíduos no interior da Lagoa seria interrompido. O relator da Comissão perguntou qual seria o servidor responsável pela elaboração do parecer favorável pela dispensa de licitação na contratação e manutenção da empresa que presta os serviços de melhoria da água na Lagoa. Em resposta, Leandro César Pereira informou que a responsabilidade pelo tratamento das águas oriundas dos esgotos seria da COPASA, cabendo a Prefeitura de Belo Horizonte a realização da fiscalização e o monitoramento do cumprimento das obrigações pela Companhia.
1114. Acrescentou que todos os processos que envolvem licitação e contratação de empresas prestadoras de serviços à Prefeitura seriam acompanhados por uma equipe técnica e por servidores responsáveis pelo acompanhamento desses certames e contratações. Acrescentou que em relação a contratação por inexigibilidade de licitação, no caso da empresa que presta os serviços de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, seria de responsabilidade técnica da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, sendo que a servidora Ana Paula Fernandes seria a responsável técnica pela análise documental e informações que fundamentam a opção de contratação por inexigibilidade de licitação.
1115. O vereador Braulio Lara informou que o projeto básico foi elaborado considerando a inexigibilidade de licitação, porém seria razoável que a referida consideração deveria ser apresentada em momento posterior à apresentação do projeto básico. Acrescentou que outras empresas deveriam participar de um processo licitatório para apresentarem seus métodos e tecnologias para o tratamento da Lagoa da Pampulha.
1116. O Secretário informou que não teria conhecimento dos detalhes do processo de contratação por inexigibilidade ora mencionado pelo relator da Comissão, porém disse que poderia enviar toda documentação à CPI.
1117. O Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, ressaltou que a legislação vigente prevê que o projeto básico também possui em seu escopo a definição de uma possível solução que poderá ser aplicada em uma determina-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da demanda. Acrescentou que no caso discutido na reunião em tela, que apresenta uma contratação por inexigibilidade, o próprio projeto básico apresentou as justificativas que endossam a existência de apenas uma empresa apta na execução dos serviços de tratamento e melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1118. O vereador Wesley Moreira cumprimentou os participantes da reunião e ressaltou que a situação atual da Lagoa causa um sentimento de decepção e preocupação por parte dos munícipes da cidade. Perguntou ao Secretário se seria comum a permanência, por mais de dez anos, de um servidor na mesma função. Indagou à Leandro César Pereira se o mesmo teria conhecimento do arquivamento pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, sobre as investigações de possíveis irregularidades nas execuções dos contratos celebrados pela Administração Pública, nos últimos anos, para a realização dos serviços de limpeza, desassoreamento e manutenção da Lagoa da Pampulha.

1119. Em resposta, o Secretário informou que exerceu uma determinada função por mais de seis anos e que tem conhecimento de servidores que desempenham a mesma atividade há cerca de quinze anos. Acrescentou que a referida situação seria comum na Administração Pública. Informou que possui conhecimento sobre o arquivamento promovido pelo MPMG e ressaltou que atualmente não tem ciência de nenhum questionamento feito à Prefeitura em relação aos serviços prestados na Lagoa.

1120. O vereador Wagner Ferreira perguntou sobre a responsabilidade da COPASA em relação a atual condição da Lagoa da Pampulha. Acrescentou que em oitiva realizada pela última Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, o ex-chefe do Poder Executivo, Márcio Lacerda, informou que a situação da COPASA estaria tranquila em relação ao tratamento da Lagoa. Acrescentou que a mencionada Companhia deveria ser cobrada de forma mais incisiva em relação a despoluição do referido local. Em resposta, o Secretário disse que a Prefeitura estaria atuando para mitigar os problemas existentes na Lagoa.

1121. A vereadora Loíde Gonçalves enfatizou que na reunião realizada em 18 de julho de 2023 da Prefeitura de Belo Horizonte com a COPASA, para tra-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tativas das obras no entorno da Lagoa da Pampulha e diminuição do despejo irregular de esgoto no local, foi informado pela Companhia que aproximadamente 25% das intervenções teriam sido realizadas. Sobre o tema, a vereadora perguntou como a Prefeitura estaria realizando o acompanhamento dessas obras. Em resposta, o Secretário informou que a COPASA possui um cronograma de atividades que também seria de conhecimento da Prefeitura, deste modo o Poder Público realiza o mapeamento das ações executadas.

1122. O vereador Braulio Lara ressaltou os problemas relacionados ao despejo irregular de esgoto no interior da Lagoa da Pampulha e como tal situação impacta no processo de tratamento e despoluição do local. Ainda sobre o tema o vereador enfatizou a complexidade da situação no que se refere a identificação das ligações clandestinas e irregulares de esgoto, desapropriações, fiscalização e execução de obras de saneamento em tempo hábil. Sobre o tema o parlamentar perguntou sobre o acompanhamento da Prefeitura de Belo Horizonte em relação aos procedimentos realizados pela COPASA e quais medidas a Administração Pública estaria adotando para otimizar as demandas ligadas ao despejo irregular de esgoto na Lagoa.

1123. Em resposta, Leandro César Pereira informou que a Prefeitura realiza o acompanhamento das obras executadas pela COPASA, porém disse que não teria maiores detalhes sobre os procedimentos técnicos e jurídicos que estão ligados às questões de desapropriação e identificação das ligações irregulares de esgoto.

1124. O presidente da Comissão ressaltou que a condição da Lagoa da Pampulha deveria estar melhor. Acrescentou sobre a existência de um passivo no interior da Lagoa, mesmo havendo um trabalho contínuo de desassoreamento no local. Sobre o tema, perguntou quais medidas estão sendo adotadas para evitar o total assoreamento de determinados pontos da Lagoa. Em resposta, o Secretário informou que a Lagoa da Pampulha também é um reservatório natural, deste modo as ações de desassoreamento deverão ser executadas em caráter contínuo. Acrescentou que a Prefeitura participa de reuniões com membros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG e com outros setores da Administração Pública para debater e tratar das políticas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

públicas direcionadas à Lagoa da Pampulha. Ressaltou que a Lagoa faz parte de um contexto diretamente vinculado a uma bacia de drenagem da Lagoa da Pampulha, deste modo as intervenções de despoluição também abarcariam as políticas adotadas em Contagem.

1125. O presidente da Comissão perguntou sobre as ações adotadas pela Prefeitura em relação à enseada do zoológico, que atualmente se encontra totalmente assoreada. Em resposta, o Secretário informou que o ideal seria o retorno do espelho d'água na mencionada enseada, sendo que a referida demanda estaria sendo objeto de estudo e discussão no comitê criado para tratar dos assuntos relacionados à Lagoa da Pampulha, porém todas as informações sobre o tema estariam sendo coletadas pelos diferentes órgãos envolvidos na questão.

1126. O vereador Braulio Lara enfatizou sobre a necessidade de maior assertividade da Prefeitura no tocante às ações de limpeza, despoluição e desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Acrescentou que o total desassoreamento da enseada do zoológico seria uma obrigação do Poder Municipal, pois o referido local também estaria incluído no escopo de proteção concedido à Lagoa da Pampulha através do seu tombamento. Ressaltou que o restabelecimento do espelho d'água na supramencionada enseada também foi considerado como uma condicionante estabelecida em processos anteriores. Ainda sobre a temática, o relator da Comissão destacou que a proteção paisagística, cultural e histórica da Lagoa também seria uma obrigação da Prefeitura.

1127. O Secretário informou que inúmeros procedimentos foram adotados pela Prefeitura para tratar dos assuntos ligados à Lagoa, bem como o processo de desassoreamento de determinados pontos do local, porém as tratativas envolvem diferentes órgãos do Poder Público e desenvolvimento de ações com elevado grau de complexidade.

1128. O vereador Wagner Ferreira informou que foi enviado à Câmara Municipal de Belo Horizonte um pedido de autorização de empréstimo, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, e perguntou se o referido recurso também seria utilizado para custeio dos serviços de desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Em resposta, o Secretário informou que o mencionado empréstimo não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contemplaria o custeio das ações de desassoreamento no local. Acrescentou que a execução dos serviços de despoluição, limpeza e desassoreamento da Lagoa exigem um montante financeiro significativo.

1129. O vereador Wesley Moreira perguntou se o Projeto de Lei que autoriza a realização do referido empréstimo já havia sido enviado à Câmara Municipal de Belo Horizonte e qual seria a situação da sua tramitação.

1130. O presidente da Comissão informou que não tinha conhecimento do Projeto de Lei mencionado.

1131. O vereador Braulio Lara disse que a Prefeitura teria por praxe enviar projetos de pedido de autorização de empréstimo sem o escopo do que efetivamente será custeado pelo recurso financeiro obtido. Ressaltou que a Prefeitura deveria enviar com os pedidos de autorização de empréstimo, as informações de como tais valores serão utilizados e acrescentou que a mencionada prática dificulta a compreensão sobre a destinação dos recursos financeiros que serão utilizados pela Prefeitura.

1132. Registre-se que às 11h44, o presidente da Comissão prorrogou a duração da reunião por 1h.

1133. O vereador Braulio Lara enfatizou sobre a importância das ações promovidas pelo Poder Público para conservação da Lagoa da Pampulha, porém ressaltou que a Prefeitura deveria adotar e fomentar o desenvolvimento de medidas mais concretas de proteção e recuperação da Lagoa da Pampulha. Acrescentou que o arquivamento do inquérito promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais ocorreu devido a perda de objeto, uma vez que a Prefeitura não deu continuidade ao procedimento de requalificação da enseada do zoológico. Ressaltou que a Comissão em tela não possui como objetivo perseguir algum servidor e/ou pessoa, tendo como principal finalidade a busca por soluções viáveis para melhoria das condições da Lagoa da Pampulha. Disse que a interceptação e canalização dos esgotos que deságuam irregularmente no local é fundamental para a melhoria da qualidade da água da Lagoa. O relator da Comissão fez menção ao Lago Paranoá, localizado no Distrito Federal, que após inúmeras intervenções do Poder Público e o processo de canalização das redes irregulares de esgoto, passou por um processo considerável de melhoria



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da qualidade da água e despoluição. Enfatizou que o último contrato celebrado, para tratamento e melhoria da qualidade da água da Lagoa, apresentou um custo de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) durante o período de 1 ano, porém se deve considerar que diariamente um considerável volume de resíduos oriundos de esgotos irregulares deságuam no interior da Lagoa. Segundo o membro da Comissão, tal situação impacta diretamente nos serviços de tratamento da água da Lagoa da Pampulha.

1134. O vereador Wesley Moreira elogiou os trabalhos realizados pela Comissão e pediu aos parlamentares que identifiquem os motivos que paralisaram a tramitação do Projeto de Lei que autorizava a obtenção de empréstimo por parte da Prefeitura.

1135. O relator da Comissão, vereador Braulio Lara, informou que não faria mais perguntas ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura. Agradeceu a presença do servidor e dos Procuradores do Município. Ressaltou que a condição da Lagoa da Pampulha é merecedora de atenção, pois o nível de poluição e assoreamento são alarmantes e configuram um descaso por parte do Poder Público.

1136. O vereador Jorge Santos perguntou sobre as medidas que serão adotadas pela Prefeitura, em relação a inexistência de ligação com a rede de esgoto da COPASA por parte de aproximadamente 2 mil imóveis localizados na região da Pampulha. Em resposta, o Secretário informou que essa situação deverá ser abordada pela Vigilância Sanitária do Município, pelos setores de fiscalização e posteriormente pela Procuradoria do Município por meio de ações judiciais em relação aos proprietários dos imóveis que não realizarem as ligações com a rede de esgoto da COPASA. Leandro César Pereira agradeceu a oportunidade de participar da reunião e considerou o debate produtivo e esclarecedor.

1137. O Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, informou que havia protocolado as procurações de Ricardo de Miranda Aroeira e Ana Paula Fernandes Viana Furtado, pois na sua interpretação e fazendo menção da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ocorrida em 20 de fevereiro de 2024, onde os membros da Comissão debateram sobre a utilização do relatório



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da última CPI da Lagoa da Pampulha para embasar o relatório da CPI atual. Deste modo o Procurador disse que os servidores supramencionados foram indiciados na última CPI e na sua interpretação tais servidores já estariam sendo tratados como investigados. Acrescentou que na condição de defensor desses servidores, poderia realizar perguntas às testemunhas.

1138. O presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância cultural, histórica e paisagística da Lagoa da Pampulha e a necessidade da sua preservação e cuidado.

1139. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 11h58.

V.5 DA 5ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1140. A quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 15 de março de 2024, às 09h11, no Plenário Camil Caram e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos, Cleiton Xavier e da vereadora Loíde Gonçalves, sendo que todos os membros participaram de forma remota, através de videoconferência.

1141. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1142. Requerimento de Comissão nº 344/2024. Solicitação de realização de visita técnica para verificação do trabalho de recomposição do espelho d'água após finalização dos trabalhos de desassoreamento da Lagoa da Pampulha, no dia 22 de março de 2024, às 09h30, nas estradas de serviço construídas durante os trabalhos de desassoreamento da Lagoa da Pampulha, na entrada localizada na Avenida Otacílio Negrão de Lima, em frente ao nº 11.197, Bairro Pampulha. Autoria: vereador Braulio Lara.

1143. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1144. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o presidente da Comissão solicitou a mudança do dia da visita técnica, que ficou definida para o dia 26 de março de 2024, às 09h30.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1145. Requerimento de Comissão nº 345/2024. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, para encaminhar a íntegra do processo referente a inexigibilidade de licitação 13019/2023. Prazo de resposta de 5 dias. Autoria: vereador Braulio Lara.
1146. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1147. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta seria de 5 dias úteis.
1148. Requerimento de Comissão nº 346/2024. Solicitação de pedido ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha, Sérgio Fernando Pinho Tavares, para juntar todos os documentos contidos nos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, instituída pelo Requerimento nº 267/2022, que à época também apurou irregularidades na execução dos contratos de limpeza, desassoreamento e recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Autoria: vereador Braulio Lara.
1149. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1150. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta seria de 5 dias úteis.
1151. O presidente informou aos demais membros da Comissão o recebimento dos seguintes documentos:
1152. Documento Prot. nº 000513/2024.
1153. Documento Prot. nº 000516/2024.
1154. O presidente da Comissão informou aos demais membros que a próxima reunião ocorrerá na terça-feira, 19 de março de 2024, tendo como finalidade a apreciação de novos Requerimentos.
1155. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h16.

V.6 DA 6ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1156. A sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 19 de março de 2024, às 09h47, no Plenário Helvécio Aran-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos e da vereadora Loíde Gonçalves, sendo que todos os membros participaram de forma remota, através de videoconferência.

1157. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1158. Requerimento de Comissão nº 364/2024. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a fiscalização das ações de tratamento da Lagoa da Pampulha, no dia 09 de abril de 2024, às 09h30, na Estação de Tratamento de Águas Fluviais – E.T.A.F – Pampulha, com ponto de encontro na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 7.111, Portaria II – Toca da Raposa. Autoria: vereador Braulio Lara.

1159. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1160. Requerimento de Comissão nº 368/2024. Solicitação de pedido de informação à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cópia para o presidente da Fundação Christiano Ottoni, tendo como finalidade a obtenção de informações acerca do Contrato AJ 089/2018 (numeração anterior AJ 14/2018), celebrado entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por meio da Escola de Engenharia da UFMG, com a interveniência da Fundação Christiano Ottoni - FCO. Autoria: vereador Braulio Lara.

1161. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1162. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

1163. Requerimento de Comissão nº 369/2024. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção dos seguintes documentos: todas as notas fiscais emitidas pelo Consórcio Pampulha Viva, relativamente ao período contratual de 01 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2023, contemplando todos os pa-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gamentos efetuados até a data de encerramento do contrato; a apresentação do extrato atualizado e individualizado, de todos os pagamentos realizados no âmbito do referido contrato e aditivos contratuais de 01 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2023, ou data posterior, caso tenha havido prorrogação contratual para além da data de 30 de setembro de 2023. Autoria: vereador Braulio Lara.

1164. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1165. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

1166. Registre-se que o presidente informou a presença remota do vereador Cleiton Xavier.

1167. Requerimento de Comissão nº 370/2024. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção dos seguintes documentos: todos os laudos de análises laboratoriais emitidos pelo Laboratório Limnos, e outro(s) laboratório(s) contratados pelo Consórcio Pampulha Viva, se houver, realizados no âmbito do Contrato AJ 057/2018, relativamente a todo o período contratual e aditivos de 01 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2023. Autoria: vereador Braulio Lara.

1168. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1169. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

1170. Requerimento de Comissão nº 371/2024. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção dos seguintes documentos: todos os relatórios de monitoramento emitidos pela Consominas Engenharia LTDA, acompanhados dos laudos de análises laboratoriais das águas da Lagoa da Pampulha emitidos por laboratórios contratados pela Consominas Engenharia LTDA, para fins de monitoramento das águas da Lagoa da Pampulha e para fins de monitoramento do contrato AJ 057/2018. Autoria: vereador Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1171. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1172. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.
1173. Requerimento de Comissão nº 372/2024. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção de informações acerca do contrato AJ 089/2018 (numeração anterior AJ 14/2018). Autoria: vereador Braulio Lara.
1174. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1175. Registre-se que o presidente da Comissão informou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.
1176. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente informou aos demais membros da Comissão o recebimento do seguinte documento:
1177. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 233/2024.
1178. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h57.

V.7 DA 7ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1179. A sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 02 de abril de 2024, às 09h40, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos, Cleiton Xavier, Henrique Braga e da vereadora Loíde Gonçalves, sendo que todos os membros, exceto o presidente, participaram de forma remota, através de videoconferência.
1180. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:
1181. Requerimento de Comissão nº 491/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em MG, para comparecer perante a CPI – Pampulha, na condição de testemunha, para prestar informações sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as ações do Município de Belo Horizonte, que atingiram diretamente o conjunto arquitetônico da Pampulha. A oitiva ocorrerá no dia 16 de abril de 2024, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

1182. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1183. Requerimento de Comissão nº 492/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do representante legal da empresa Consominas Engenharia para comparecer na CPI – Pampulha, na condição de testemunha, para prestar informações sobre laudos emitidos pela empresa. A oitiva ocorrerá no dia 16 de abril de 2024, às 10h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.
1184. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1185. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o presidente da Comissão retificou o horário da oitiva, que anteriormente estava marcada às 09h30 e ficou definida às 10h30.
1186. Requerimento de Comissão nº 493/2024. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a compreensão das ações de tratamento da Lagoa da Pampulha no ponto de chegada do córrego Sarandi à Lagoa da Pampulha. A visita técnica ocorrerá no dia 09 de abril de 2024, às 10h30, com ponto de encontro na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 7.100, Bairro Bandeirantes. Autoria: vereador Braulio Lara.
1187. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1188. Registre-se que o relator da Comissão informou que no dia 09 de abril também ocorrerá, às 09h30, uma visita técnica nas proximidades da Estação de Tratamento de Água Fluvial – ETAF e posteriormente os membros da Comissão seguirão um trajeto em direção ao local indicado no Requerimento de Comissão nº 493/2024 e depois nas proximidades dos ferros velhos da Avenida Clóvis Salgado, no Bairro Bandeirantes.
1189. Requerimento de Comissão nº 494/2024. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a compreensão das ações de tratamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Lagoa da Pampulha, principalmente sobre a entrada de resíduos pelos afluentes, nos ferros velhos localizados na Avenida Clóvis Salgado. A visita técnica ocorrerá no dia 09 de abril de 2024, às 11h, com ponto de encontro na Avenida Clóvis Salgado, nº 1.180, Bairro Bandeirantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

1190. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1191. Requerimento de Comissão nº 495/2024. Solicitação de pedido de informação ao Secretário Municipal de Governo, Castellar Modesto Guimarães Neto, tendo como finalidade a obtenção de informações sobre a ligação de esgotamento sanitário nos imóveis localizados no entorno da Lagoa da Pampulha. Autoria: vereador Braulio Lara.

1192. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1193. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o presidente da Comissão informou sobre a alteração do nome do Secretário Municipal de Governo, pasta que passou a ser coordenada por Anselmo José Gomes Domingos. A Comissão determinou o prazo de 5 dias úteis para resposta.

1194. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente informou aos demais membros da Comissão o recebimento do seguinte documento:

1195. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 345/2024.

1196. O presidente desejou ao novo Secretário Municipal de Governo, Anselmo José Gomes Domingos, um excelente trabalho à frente da pasta e ressaltou o seu histórico político e competência.

1197. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h57.

V.8 DA 8ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA – OITAVAS IPHAN E CONSOMINAS

1198. A oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 16 de abril de 2024, às 09h48, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Henrique Braga, Cleiton Xavier e Jorge Santos, sendo que os três últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

1199. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI deu ciência aos demais membros da Comissão o recebimento dos seguintes ofícios:
1200. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 368/2024.
1201. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 369/2024.
1202. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 370/2024.
1203. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 371/2024.
1204. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 372/2024.
1205. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 495/2024.
1206. A reunião em tela teve como finalidade a participação, na qualidade de testemunha, da Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Minas Gerais, para prestar informações sobre as ações do Município de Belo Horizonte para preservação, manutenção e proteção do Conjunto Arquitetônico da Pampulha.
1207. Possuindo também como finalidade a participação, na qualidade de testemunha, do representante legal da empresa Consominas Engenharia, para prestar informações sobre os laudos emitidos pela empresa em relação ao nível de qualidade da água da Lagoa da Pampulha.
1208. Dando prosseguimento aos trabalhos, o presidente da Comissão informou que a oitiva da Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Minas Gerais, Daniela Lorena Fagundes de Castro, seria iniciada. Deste modo, o presidente solicitou à testemunha que a mesma prestasse o compromisso de informar a verdade, conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 342 do Código Penal.
1209. Registre-se que Daniela Castro prestou o compromisso conforme a legislação acima mencionada.
1210. O relator da Comissão, vereador Braulio Lara, solicitou que a testemunha relatasse, de forma sucinta, a sua carreira profissional. Daniela Castro informou que assumiu a superintendência do IPHAN em maio de 2023, através de um convite do presidente do referido instituto, Leandro Antônio Grass Peixo-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

to. Acrescentou que atua como arquiteta, com atividades ligadas ao urbanismo, desde 2006 e desenvolveu inúmeros trabalhos como coordenadora técnica em inúmeros projetos.

1211. O relator ressaltou que a atual superintendente de Minas Gerais ingressou no IPHAN em 2006 e realizou a leitura de um trecho de um documento expedido pelo conselho consultivo do IPHAN que tratava da solicitação de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Lagoa da Pampulha. Sobre a temática, perguntou se o posicionamento do IPHAN engloba todo o complexo paisagístico da Pampulha ou se haveria alguma divergência em relação à proteção adquirida pelo tombamento.

1212. Em resposta, a testemunha informou que ingressou nos quadros do IPHAN em 2006 e que atua na superintendência de Minas Gerais desde 2011. Acrescentou que o tombamento, no âmbito federal, do conjunto da Lagoa da Pampulha possuía uma característica peculiar, sendo iniciado em 1994 e concluído em 1996. Ressaltou que o trabalho sistemático de divulgação em relação à proteção nacional, conferida pelo tombamento em tela, aos veículos de comunicação e à sociedade civil somente ocorreu em meados de 2011. Disse que desde 2012 o IPHAN desenvolve ações para fortalecer os níveis de proteção em atendimento aos efeitos gerados pelo tombamento federal.

1213. O presidente da Comissão perguntou se o espelho d'água do conjunto paisagístico da Lagoa da Pampulha também poderia ser considerado como protegido em decorrência do tombamento em tela, tendo em vista que o processo foi concluído de forma gradual, ou seja, sendo iniciado em 1994, concluído em 1996 e divulgado à sociedade ao longo dos anos a partir de 2011.

1214. Em resposta, a testemunha afirmou que o espelho d'água é elemento fundamental e articulador de todo o complexo das obras de Oscar Niemeyer, deste modo o tombamento confere proteção a este elemento e a todo conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Lagoa da Pampulha.

1215. O relator da Comissão enfatizou que não há dúvidas sobre a proteção conferida à orla e ao espelho d'água da Lagoa. Sobre o tema, perguntou se toda a orla poderia estar sob a proteção do tombamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1216. Em resposta, a testemunha ressaltou que todo o conjunto estaria tombado, inclusive a orla da Lagoa da Pampulha, bem como o conjunto de obras artísticas e arquitetônicas que compõem o patrimônio em tela.
1217. Ainda sobre a temática, o relator perguntou sobre os motivos pelos quais o processo de tombamento se estendeu por vários anos e quais os impactos foram observados na preservação da orla da Lagoa da Pampulha devido a demora na conclusão do tombamento.
1218. Em resposta, a testemunha informou que não teria conhecimento sobre quais foram os motivos que resultaram no longo período para a formalização do tombamento da Lagoa da Pampulha. Ressaltou que todos os trâmites do processo constam em registros abertos à sociedade e acredita que o longo processo de tombamento não causou prejuízo ao Município e ao conjunto arquitetônico da Lagoa.
1219. O presidente perguntou se seria anormal um processo de tombamento demandar um período extenso para sua conclusão. Em resposta, a testemunha informou que o IPHAN foi criado a cerca de 90 anos, deste modo inúmeros processos foram conduzidos pelo referido instituto e que cada bem, a ser tombado, possui características peculiares, sendo assim cada processo pode demandar um menor ou maior período para efetivação do processo.
1220. Ainda sobre o tema, o presidente perguntou sobre quem solicita e quais agentes participam de um processo de tombamento. Em resposta, a testemunha disse que na maioria dos casos a sociedade solicita o tombamento de um bem, porém o IPHAN também possui a prerrogativa de realizar a solicitação. Acrescentou que inúmeros processos passam por uma análise de mérito e avaliação de condicionantes para validação do tombamento.
1221. Ressaltou que o bem a ser tombado também passa por um processo de análise sobre seu valor histórico, cultural, urbanístico e paisagístico para o país e a sociedade. Informou sobre a existência de tombamentos de ordem arqueológica e urbanística, sendo que em tais casos o processo também passa por uma análise de instrução técnica, procedimento este que verifica as condições do bem, a sua relevância no contexto histórico/cultural e a sua categoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Enfatizou que a responsabilidade de indicação de mérito do tombamento fica sob responsabilidade do Conselho Consultivo do IPHAN.

1222. O presidente perguntou se houve a participação do Município no processo de tombamento da Lagoa da Pampulha. Em resposta, a testemunha informou que o processo de tombamento envolve várias instâncias e que o conjunto da Lagoa da Pampulha foi apreciado tanto pela esfera estadual, através do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, como pela esfera federal, através do IPHAN.
1223. Acrescentou que a participação do Município, no processo de tombamento, ocorreu por meio do Plano Diretor desenvolvido no final da década de 1990. Ressaltou que nos anos 2000 ocorreu a inscrição da Lagoa da Pampulha como patrimônio mundial e que posteriormente o título foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.
1224. O vereador Braulio Lara destacou a disposição contida no art. 216 da Constituição Federal, estabelecendo o conceito de bem tombado, e ressaltou que a Lagoa da Pampulha gera um sentimento de pertencimento da sociedade belo-horizontina e mineira. Sobre o tema, perguntou se o IPHAN considera tal aspecto para avaliar o mérito do tombamento.
1225. A testemunha afirmou que o referido aspecto foi considerado na avaliação do mérito do tombamento.
1226. O relator da Comissão perguntou se na perspectiva do IPHAN existe alguma área do espelho d'água que não esteja contemplada pelo tombamento. Ressaltou que o espelho d'água também compõe, assim como a orla e o projeto paisagístico, todo o conjunto da Lagoa da Pampulha.
1227. Acrescentou que em determinados locais, pode-se observar um alto grau de degradação e descaracterização do espelho d'água. Em resposta, a testemunha informou que na percepção de muitas pessoas existem pontos do espelho d'água que não estariam diretamente ligados ao complexo da Lagoa devido à distância em relação aos monumentos mais conhecidos e visitados.
1228. Ressaltou que tal percepção seria equivocada, pois o elemento espelho d'água apresenta uma característica de integração e articulação dos monu-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mentos e paisagem de todo o conjunto. Deste modo, todos os elementos deveriam ser objetos de preservação e conservação.

1229. O vereador Braulio Lara ressaltou que a interpretação e o respeito dado a toda integralidade que envolve o tombamento deveria ser observada como fator impeditivo para coibir toda degradação que vem ocorrendo na Lagoa da Pampulha. Acrescentou que o instituto de proteção alcançado pelo tombamento vem sendo relativizado, pois em diferentes pontos da Lagoa pode-se observar um grau elevado de degradação, poluição e descaracterização do conjunto paisagístico da Lagoa.

1230. Sobre o tema, perguntou se o tombamento permite que alguns pontos do espelho d'água não estejam em conformidade com o projeto original da Lagoa da Pampulha. Em resposta, a testemunha informou que a ideia de originalidade do projeto seria um tema de considerável complexidade e que deveria ser tratado com calma.

1231. Acrescentou que o processo de tombamento da Lagoa da Pampulha envolveu um aspecto de consideração dos problemas já existentes. Ressaltou que as questões envolvendo a qualidade da água, da poluição e do assoreamento são pautas debatidas há vários anos. Disse que a preservação e manutenção do espelho d'água sempre foi uma preocupação do IPHAN, porém o instituto tem ciência que a solução não é simplificada.

1232. Acrescentou que o IPHAN não relativiza determinados locais da Lagoa, porém estabelece critérios e parâmetros para cada ambiente, como por exemplo a manutenção dos jardins e dos monumentos que compõem o conjunto arquitetônico do local.

1233. Registre-se que o presidente comunicou a presença do vereador Cleiton Xavier, que passou a participar da reunião presencialmente.

1234. O vereador Braulio Lara ressaltou que a orla da Lagoa da Pampulha possui aproximadamente 20 quilômetros, porém seria possível constatar a existência de um lado “pobre” e um lado “rico” da orla. Acrescentou que a região próxima da Igreja da Pampulha recebe uma atenção maior do Poder Municipal, em contrapartida a região próxima ao Zoológico encontra-se em alto nível de degradação e completamente assoreada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1235. Enfatizou que a Lagoa da Pampulha é protegida pela atuação do IEP-HA, no âmbito estadual, e pelo IPHAN, na esfera federal. Porém o nível de caracterização da Lagoa é visível. Concluiu perguntando por que a Lagoa vem sendo alterada e se não houve desrespeito ao tombamento em decorrência dos problemas que ocorrem há aproximadamente 30 anos.
1236. Em resposta, a testemunha informou que o IPHAN reconhece o cenário específico de cada bem tombado, bem como as suas peculiaridades. Disse que não seria possível debater as diversas transformações que ocorrem e como cada mudança afeta especificamente cada objeto de preservação. Acrescentou que o instituto busca entender todos os aspectos envolvidos no enfrentamento aos problemas existentes na Lagoa, pois tal medida também estaria relacionada ao processo de manutenção do bem tombado.
1237. Ressaltou que a sociedade deve ter conhecimento de todos os valores culturais e históricos que estão atrelados a um bem tombado, deste modo a sua manutenção e preservação poderia ser garantida. Ressaltou que a história da Lagoa da Pampulha passou por diferentes contextos, exemplificando o ocorrido na década de 1940, período no qual a Lagoa foi esvaziada e reconstruída.
1238. Também exemplificou as intervenções ocorridas na década de 1990, na área onde se localiza a enseada do zoológico, processo esse que poderia ter resultado em um não reconhecimento histórico, paisagístico e cultural da Lagoa da Pampulha devido ao processo de assoreamento na mencionada área. Enfatizou que o patrimônio tombado não pode ser alterado, sendo que seu estado de manutenção e preservação deve ser mantido.
1239. A testemunha informou que houve gestões que priorizaram a preservação da Lagoa da Pampulha, porém em outras situações a sua preservação e integridade não foram pautas do Poder Público. Ressaltou que durante a elaboração do dossiê para o reconhecimento da Lagoa como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, os apontamentos em relação aos problemas existentes foram desenvolvidos de forma coerente e responsável.
1240. Disse que as questões ambientais e do nível de qualidade da água não estão diretamente ligadas às competências do IPHAN. Acrescentou que os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

problemas relacionados ao assoreamento já eram evidentes antes do processo de tombamento pelo IPHAN.

1241. Ressaltou que durante o processo de elaboração do supramencionado dossiê houve o apontamento de responsabilidades para que a preservação da Lagoa pudesse ser prioridade por parte do Poder Público e sociedade civil. Concluiu informando que a matriz de responsabilidade pela preservação da Lagoa é periodicamente acompanhada pela UNESCO e ressaltou que a situação do espelho d'água vem sendo objeto de monitoramento pelo IPHAN e UNESCO.
1242. O presidente da Comissão fez menção do Decreto Lei nº 25 de 1937, que dispõe sobre a necessidade de solicitação e autorização do IPHAN para que se possa alterar alguma característica do bem tombado. Sobre o tema, o presidente perguntou sobre as ações promovidas pelo instituto quando se constata alguma divergência na observância do dispositivo legal.
1243. Em resposta, a testemunha informou que o instituto do tombamento prioriza a preservação do bem. Disse que o conceito de tombamento passou por um processo de evolução, deste modo a ideia de congelamento de estado do bem deve ser relativizada. Acrescentou que o conceito de patrimônio recepcionado pela Constituição Federal de 1988, através do art. 216, trata dos monumentos e da condição humana, deste modo a sua interpretação deve ser ampliada.
1244. Ainda sobre o tema, ressaltou que a referida interpretação consolida a atuação do IPHAN ao longo dos seus 90 anos de serviços prestados à sociedade. Sobre a Lagoa da Pampulha, disse que diversos agentes atuam no local e mencionou a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, a Prefeitura de Contagem e Belo Horizonte e as diferentes empresas que prestam os serviços de limpeza, conservação e despoluição do local. Enfatizou que a atuação conjunta destes agentes seria fundamental para a preservação do complexo da Pampulha.
1245. Disse que as ações do IPHAN também estão ligadas à elaboração e emissão de Portarias, como a de nº 420 de 2010, que está ligada à participação de agentes públicos e privados nos processos de anuência e de interven-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção na análise dos projetos que são direcionados e/ou aplicados aos bens tombados. Acrescentou informando sobre a Portaria do IPHAN n° 159 de 2010, se tratando do caráter fiscalizador do referido instituto.

1246. O presidente informou que, nos últimos anos, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou intervenções nocivas na região da Lagoa da Pampulha. Citou o assoreamento intencional da enseada do zoológico e as estradas de serviço que se encontram na enseada do AABB. Sobre a temática, perguntou se as mencionadas intervenções foram executadas com a anuência do IPHAN e se o referido instituto desenvolve ações para exigir do Poder Público a adequação destas áreas.

1247. Em resposta, a testemunha informou que não ocupava o cargo de superintendente do IPHAN nos períodos em que ocorreram as citadas intervenções. Ressaltou que exerce a função há aproximadamente 1 ano e que não possui conhecimento sobre todas as intervenções que ocorreram na Lagoa.

1248. Acrescentou que em meados do ano 2000 foi criado o Programa Pampulha Viva, que há época tratou dos assuntos ligados à despoluição e desassoreamento da Lagoa, sendo que o IPHAN também acompanhou os desdobramentos do mencionado programa.

1249. Ressaltou que em 2012 o IPHAN também apresentou manifestação sobre a perspectiva da Prefeitura em contratar empresa para execução dos serviços de desassoreamento na Lagoa. Sobre o tema, o presidente enfatizou a atuação do IPHAN em relação ao monitoramento das ações e serviços executados na Lagoa da Pampulha, porém o membro da Comissão ressaltou que o IPHAN poderia ser mais incisivo ao cobrar do Município uma maior efetividade nas ações de conservação do complexo da Pampulha.

1250. O vereador Braulio Lara disse que quando uma igreja histórica se encontra deteriorada a Administração Pública e os órgãos de proteção devem promover ações para o restabelecimento das condições estruturais do bem tombado. Porém esta situação não vem sendo aplicada no conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha. O relator enfatizou que o referido conjunto arquitetônico, construído na gestão do ex-prefeito Juscelino Kubitscheck e com a par-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ticipação do arquiteto Oscar Niemeyer, vem sendo descaracterizado ao longo dos anos.

1251. Ressaltou que os órgãos responsáveis pela fiscalização e cumprimento da proteção conferida ao referido bem não estão agindo em conformidade com as prerrogativas estabelecidas pelo tombamento.

1252. Ainda sobre o tema, o relator da Comissão perguntou onde estariam os profissionais que desempenham suas atividades no campo da arquitetura e urbanismo e que deveriam exigir a preservação do conjunto da Lagoa da Pampulha. Acrescentou que as ações executadas nas últimas duas décadas não estariam em conformidade com os critérios de preservação deste bem tombado.

1253. Em resposta, a testemunha informou que o IPHAN possui amplo conhecimento sobre os aspectos que envolvem a preservação dos bens tombados. Acrescentou que em relação à Lagoa da Pampulha, outros agentes também devem ser considerados para garantir a sua preservação. Disse que o IPHAN não possui expertise sobre as medidas técnicas para o enfrentamento dos problemas da Lagoa.

1254. Informou que recentemente a atual gestão considerou como ação prioritária a retomada das atividades do Comitê Gestor da Lagoa da Pampulha, que contaria com a participação de especialistas e técnicos no desenvolvimento de medidas no enfrentamento dos problemas da Lagoa.

1255. Enfatizou que o IPHAN suspendeu suas ações no Comitê Gestor da Pampulha porque o referido comitê foi dissolvido em 2017, pela gestão do município, e concluiu que todos os agentes públicos e privados e os órgãos de proteção devem desenvolver medidas de preservação e conservação da Lagoa e informou que o IPHAN realizou uma intervenção para retomada das atividades do comitê.

1256. O vereador Braulio Lara perguntou se o IPHAN depende de um comitê para tomar decisões em relação às ações do Poder Executivo na Lagoa da Pampulha. Em resposta, a testemunha afirmou que não há necessidade e nem dependência em relação ao mencionado comitê.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1257. Ainda sobre o tema, o relator perguntou quais foram as exigências estabelecidas pelo IPHAN à Prefeitura em relação às adequações necessárias para que o conjunto da Pampulha esteja em conformidade com o seu projeto original. A testemunha informou que foram encaminhados documentos de notificação à Prefeitura e acrescentou que a reativação do comitê foi resultado de uma atuação do IPHAN para a sua reativação e participação no desenvolvimento de um plano integrado de preservação.
1258. O presidente perguntou se houve outras medidas aplicadas pelo IPHAN em relação ao desassoreamento da Lagoa. Em resposta, a testemunha informou que na sua perspectiva o trabalho de desassoreamento seria uma ação contínua, porém o ideal seria que em determinados períodos este serviço fosse reduzido e em outros intensificados, já que a Lagoa da Pampulha é uma espécie de represa urbana. Enfatizou que o plano integrado do IPHAN possui uma diretriz de preservação do local. Acrescentou que o ideal seria o desenvolvimento de ações que evitassem a ocorrência de situações contínuas de reparação.
1259. O presidente perguntou se o IPHAN realizou o acompanhamento dos serviços de desassoreamento da Lagoa. Em resposta, a testemunha informou que o acompanhamento foi realizado.
1260. O vereador Braulio Lara ressaltou sobre o problema relacionado ao plantio de espécies arbóreas de maneira irregular, principalmente nas áreas próximas ao Parque Ecológico da Pampulha, enseada do zoológico e AABB. Acrescentou que as árvores se configuram como uma barreira que em determinados pontos dificulta uma ampla visão da Lagoa. Ressaltou que o referido plantio irregular configura ato ilícito. Sobre o tema, perguntou se o IPHAN tem ciência dessa situação.
1261. Em resposta, a testemunha informou que não possuía conhecimento sobre o referido plantio, porém ressaltou que tomará ciência do fato e que o IPHAN irá se pronunciar a respeito.
1262. O presidente da Comissão enfatizou sobre as condicionantes da UNESCO, que não vêm sendo cumpridas e consequentemente resultam em uma descaracterização do conjunto da Lagoa da Pampulha. Sobre o tema, per-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

guntou se haveria risco de perda do título de Patrimônio da Humanidade. Em resposta, a testemunha informou que a região da Pampulha é acompanhada de forma ativa pela UNESCO. Ressaltou que os problemas ambientais relacionados ao assoreamento foram mapeados pelos órgãos de proteção e pelo Poder Público.

1263. Acrescentou que o Município e o IPHAN desenvolvem relatórios sobre as condições do conjunto da Pampulha e posteriormente são processados e enviados à UNESCO. Enfatizou que está em execução um projeto de restauração da Praça Dino Barbieri, localizada em frente a Igreja São Francisco de Assis.

1264. O vereador Braulio Lara perguntou se a testemunha teria interesse em dar uma contribuição e sugestão para o desenvolvimento de ações em defesa da conservação e preservação do conjunto da Pampulha. Em resposta, a testemunha ressaltou o seu compromisso na defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico da Pampulha e enfatizou a retomada das atividades do Comitê Gestor da Pampulha e a promoção dos debates em relação à preservação da Lagoa. Parabenizou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

1265. O vereador Cleiton Xavier agradeceu por todas as informações prestadas pela testemunha e enfatizou que os demais membros da Comissão estariam satisfeitos com a oitiva realizada. Neste mesmo sentido, o presidente agradeceu à testemunha e ressaltou que o prefeito Fuad Noman deve explicações à CPI sobre as ações do Comitê Gestor da Pampulha. Ressaltou que o objetivo da Comissão e do IPHAN é a contribuição para melhoria das condições da Lagoa da Pampulha. A testemunha agradeceu a oportunidade de participar da reunião.

1266. Registre-se que às 11h32, o presidente prorrogou a reunião por mais uma hora, conforme disposição regimental. Deste modo informou que a oitiva do representante legal da Consominas Engenharia seria iniciada.

1267. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente informou que a diretora da supracitada empresa, Carolina Carvalho, e também a geógrafa, Flaviane Silva, iriam participar da oitiva na qualidade de testemunhas. Em cumprimento do rito regimental, o presidente solicitou às duas testemunhas a prestação do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

compromisso de informar a verdade diante dos questionamentos que seriam apresentados pela Comissão, conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal combinado com o art. 342 do Código Penal.

1268. Registre-se que ambas testemunhas prestaram o mencionado compromisso.

1269. O presidente da Comissão, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, solicitou ao vereador Braulio Lara, relator da CPI, para que o mesmo assumisse temporariamente a presidência da Comissão para condução da reunião em tela.

1270. Registre-se que o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares se retirou da reunião.

1271. O vereador Braulio Lara informou que há aproximadamente 10 anos a Consominas realiza o trabalho de monitoramento ambiental, juntamente com a Prefeitura de Belo Horizonte, da Lagoa da Pampulha. Sobre a questão, perguntou se a referida informação é verídica. Em resposta, Carolina Carvalho, informou que a Consominas prestou o serviço de monitoramento ambiental, através de duas contratações em decorrência de processos licitatórios, durante os anos de 2013 a 2018.

1272. O vereador Braulio Lara perguntou se a empresa em tela presta atualmente algum serviço à Prefeitura. Em resposta, Carolina Carvalho disse que não há prestação de serviço. O vereador Braulio Lara perguntou se a contratação da Consominas havia sido direta ou se a mencionada empresa prestou os serviços através de uma terceirizada. Em resposta, Carolina Carvalho informou que a mencionada empresa participou de um processo licitatório, deste modo houve a contratação direta da Prefeitura em relação a Consominas.

1273. Ainda sobre o tema, o vereador Braulio Lara perguntou se em algum período houve outra modalidade de contratação da Consominas pela Prefeitura. Em resposta, Carolina Carvalho disse que não houve contratos fora do regime de licitação.

1274. O vereador Braulio Lara realizou a leitura do objeto do contrato da Consominas celebrado com a Prefeitura e perguntou de que forma era executado os serviços de monitoramento ambiental na Lagoa da Pampulha. A teste-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

munha, Carolina Carvalho, informou que a empresa realizava programas de monitoramento e de educação ambiental, e que tais trabalhos eram desenvolvidos por profissionais especializados na área. Disse que o trabalho envolvia o desenvolvimento de atividades ligadas à conscientização ambiental e monitoramento da qualidade da água, dentre outras atividades.

1275. Ainda sobre o tema, o vereador Braulio Lara perguntou se a Consominas foi direcionada para prestação de serviços durante a execução do contrato celebrado entre a Prefeitura e o Consórcio Pampulha Viva. Em resposta, Carolina Carvalho informou que não houve a prestação dos serviços durante a execução do referido contrato.

1276. O vereador Braulio Lara perguntou se houve o acesso, por parte da Consominas, aos relatórios de monitoramento da qualidade da água desenvolvidos pelo Consórcio Pampulha Viva, durante os anos de 2018 a 2021. Em resposta, Flaviane Silva informou que a Consominas teve acesso aos referidos relatórios e enfatizou que as informações eram expedidas semestralmente.

1277. O vereador Braulio Lara ressaltou que durante os 28 meses que o Consórcio Pampulha Viva emitiu os relatórios pode-se observar um descumprimento relacionado ao limite de fósforo presente na água da Lagoa em seis diferentes momentos. Sobre o tema, perguntou se a Consominas tinha ciência dessa situação.

1278. Em resposta, Carolina Carvalho informou que em cada área havia uma equipe designada para execução do serviço. Ressaltou que os dados colhidos eram inseridos no relatório de gestão da água e disponibilizados à Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, periodicamente de forma mensal, trimestral e semestral. Acrescentou que não possui ciência das informações consolidadas dos relatórios, porém afirmou que todas as informações foram encaminhadas para verificação da Prefeitura.

1279. O vereador Braulio Lara enfatizou que a presença excessiva de fósforo no interior da Lagoa ocasiona um ambiente propício para o desenvolvimento das algas e sobre tal questão perguntou se essa informação foi observada pela supervisão da Consominas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1280. Em resposta, Carolina Carvalho enfatizou que a Consominas não executava o trabalho de supervisão durante o período de vigência dos contratos. Acrescentou que os relatórios de análise ambiental eram encaminhados à Prefeitura. O vereador Braulio Lara ressaltou que os relatórios foram utilizados como base para o pagamento dos serviços executados pelo Consórcio Pampulha Viva, que era responsável pela melhoria da qualidade da água na Lagoa da Pampulha.
1281. O membro da Comissão perguntou à testemunha qual foi o monitoramento realizado pela Consominas nessa situação. Em resposta, Carolina Carvalho informou que os relatórios elaborados pela Consominas não incluíam a supervisão ou fiscalização do Consórcio Pampulha Viva. Acrescentou que as análises realizadas eram encaminhadas à SUDECAP por meio de relatórios técnicos.
1282. O vereador Braulio Lara ressaltou que a pergunta estava relacionada ao papel da Consominas na qualidade de supervisora das condicionantes do contrato celebrado entre a Prefeitura e o Consórcio Pampulha Viva. Em resposta, Carolina Carvalho enfatizou que não havia supervisão da Consominas em relação às atividades do Consórcio Pampulha Viva.
1283. O vereador Braulio Lara perguntou se o fato da água da Lagoa da Pampulha apresentar um volume de fósforo acima do limite estabelecido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, não seria um fator objeto de monitoramento por parte da Consominas.
1284. Em resposta, Carolina Carvalho informou que todas as análises realizadas estão em conformidade com as disposições estabelecidas pelo CONAMA. Acrescentou que não havia, por parte da Consominas, a prerrogativa de contestar as informações prestadas pelo Consórcio Pampulha Viva.
1285. O vereador Braulio Lara fez menção aos resultados apresentados durante a execução do contrato nº AJ 57/2018. Sobre o tema, perguntou se a Consominas realizou o acompanhamento de acreditação dos laboratórios contratados pelo Consórcio Pampulha Viva.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1286. Em resposta, Carolina Carvalho disse que não houve o referido acompanhamento de acreditação e ressaltou que a Consominas trabalha com um laboratório próprio para execução das suas análises.

1287. O vereador Braulio Lara perguntou se houve a confrontação dos resultados dos diferentes laboratórios. Em resposta, Carolina Carvalho disse que não houve confrontação dos resultados e que os mesmos foram encaminhados do laboratório da Consominas à SUDECAP.

1288. O vereador Braulio Lara perguntou se o laboratório contratado pela Consominas possuía acreditação. Em resposta, Carolina Carvalho informou que o laboratório contratado possui acreditação.

1289. O vereador Braulio Lara ressaltou que segundo informações da Fundação Christiano Ottoni – FCO, havia divergências entre os resultados das análises apresentadas pela Consominas, pelo Consórcio Pampulha Viva e pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM. Sobre a questão, perguntou qual seria o parâmetro de análise da Consominas e qual é o procedimento adotado pela empresa em situação de divergência nos resultados.

1290. Em resposta, Carolina Carvalho disse que tais informações precisam ser verificadas nos relatórios desenvolvidos pela Consominas. Acrescentou informando que os resultados encaminhados à SUDECAP poderão conter as informações necessárias para o esclarecimento do questionamento em tela.

1291. O vereador Braulio Lara perguntou se houve colaboração de servidores da Prefeitura de Belo Horizonte na elaboração dos relatórios emitidos pela Consominas. Em resposta, Carolina Carvalho informou que não houve colaboração de agentes da Prefeitura e que os relatórios eram desenvolvidos por especialistas da Consominas.

1292. O vereador Braulio Lara perguntou se a Consominas se reportava a algum órgão da Administração Pública Municipal e se havia reuniões periódicas com algum servidor da Prefeitura. Em resposta, Flaviane Silva disse que havia tratativas com a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SUDECAP, por meio de Darling Demillus Silva, pois o referido servidor era o responsável pela fiscalização da Consominas, durante a vigência do contrato entre a Prefei-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tura e a referida empresa, e posterior encaminhamento dos relatórios à SUDECAP.

1293. O vereador Braulio Lara perguntou se havia reuniões entre a Consominas e a SUDECAP. Em resposta, Flaviane Silva disse que havia reuniões mensais com a Prefeitura e trimestrais com a comunidade para debater sobre as ações desenvolvidas e os resultados obtidos, porém as reuniões ocorreram até o início da pandemia de COVID-19. O vereador Braulio Lara perguntou se havia discussão em relação aos relatórios elaborados pela Consominas. A testemunha, Flaviane Silva, informou que as reuniões tinham como finalidade a discussão dos temas ligados aos serviços executados diariamente.

1294. O vereador Braulio Lara perguntou se a população participava das reuniões mensais. Em resposta, Flaviane Silva disse que nestas reuniões apenas os servidores da Prefeitura participavam juntamente com os representantes das empresas que prestavam diferentes serviços na Lagoa da Pampulha e reiterou que nas reuniões trimestrais havia a participação da sociedade.

1295. O vereador Braulio Lara perguntou se na pauta das reuniões havia o debate sobre os problemas existentes na Lagoa. Em resposta, Flaviane Silva disse que não havia discussões sobre essas questões.

1296. O vereador Braulio Lara perguntou à Carolina Carvalho sobre o contrato da Prefeitura com o Consórcio Pampulha Viva que foi iniciado em 2015, período esse que foi constatado os problemas relativos à quantidade excessiva de fósforo no interior da Lagoa da Pampulha.

1297. Em resposta, Carolina Carvalho informou que não havia atuação da Consominas no Consórcio Pampulha Viva e que após 2018 a Consominas atuou conjuntamente com o referido consórcio. O

1298. O vereador Braulio Lara fez menção ao contrato celebrado entre a Prefeitura e a ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções LTDA, em 2018, para desassoreamento da Lagoa. Sobre o tema, perguntou se durante a vigência do supracitado contrato houve a participação da Consominas no que tange o monitoramento ambiental e os impactos ocasionados em decorrência das ações de desassoreamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1299. Em resposta, Carolina Carvalho informou que a Consominas realizou o referido monitoramento e que a empresa contratada atendeu as condicionantes em relação às duas licenças.
1300. O vereador Braulio Lara perguntou à Flaviane Silva como era realizado o trabalho da Consominas durante o período em que a ETC Empreendimentos executou os serviços de desassoreamento da Lagoa. Em resposta, a testemunha informou que a Consominas realizou o monitoramento da fauna e a verificação de possíveis impactos ambientais durante a execução do serviço.
1301. O vereador Braulio Lara ressaltou que em meados de 2013 a Andrade Gutierrez foi a responsável pelas ações de desassoreamento, e a partir de 2018 a ETC Empreendimentos assumiu os trabalhos. Sobre a temática, o membro da Comissão perguntou à Carolina Carvalho se o escopo de trabalho da Consominas foi semelhante nesses dois contratos. Em resposta, a testemunha informou que em 2013 o escopo de trabalho da Consominas era mais amplo, envolvendo monitoramento ambiental, análises da qualidade da água, projetos de educação ambiental e interlocução com a Prefeitura de Belo Horizonte. Em relação ao ano de 2018 a atividade foi apenas de monitoramento ambiental.
1302. O vereador Braulio Lara enfatizou que os serviços de desassoreamento envolvem uma grande quantidade de maquinário e resultam na remoção e movimentação do fundo da Lagoa. Sobre o tema, o parlamentar perguntou qual era a atuação da Consominas para garantir a efetividade dos serviços.
1303. Em resposta, Carolina Carvalho disse que cada área da empresa era responsável por um monitoramento específico, como por exemplo o mapeamento da fauna e da qualidade da água, a verificação de possíveis impactos ambientais no local e a interlocução com a população.
1304. Flaviane Silva acrescentou que uma determinada equipe atuava no cuidado e preservação das espécies animais da Lagoa da Pampulha e enfatizou que durante os trabalhos de desassoreamento os especialistas da Consominas observavam os impactos ocasionados pela atividade de retirada de materiais depositados no fundo da Lagoa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1305. O vereador Braulio Lara perguntou se existe algum vínculo entre a Consominas, Consórcio Pampulha Viva e ETC Empreendimentos. Em resposta, Carolina Carvalho informou a inexistência de qualquer vínculo. O vereador Braulio Lara perguntou sobre o processo de plantio das Leucenas na orla da Lagoa da Pampulha e se a Consominas realizou a análise de expansão dessa espécie invasora como parte do serviço de monitoramento ambiental.

1306. Em resposta, Carolina Carvalho disse que não possui conhecimento sobre o tema, porém a equipe técnica da Consominas poderia apresentar algumas informações sobre esse questionamento. Ressaltou que a empresa não atua com monitoramento da flora.

1307. O vereador Braulio Lara ressaltou o trabalho de preservação e educação ambiental desenvolvido ao longo da orla da Lagoa, porém perguntou à Flaviane Silva se o referido trabalho também foi executado na região de abrangência da bacia hidrográfica da Pampulha.

1308. Em resposta, a testemunha informou que o trabalho foi executado principalmente nas imediações da Lagoa da Pampulha, porém houve algumas ações em pontos específicos da bacia hidrográfica da Lagoa.

1309. Ainda sobre o tema, Braulio Lara perguntou se as ações de educação ambiental foram positivas. Em resposta, Flaviane Silva enfatizou que os resultados foram positivos, pois os cidadãos tiveram a oportunidade de conhecer e debater sobre a importância da preservação na região da Pampulha.

1310. O vereador Braulio Lara ressaltou sobre o excesso de lixo acumulado às margens da Lagoa e informou que na Avenida Clóvis Salgado há um ferro velho que descarta materiais no córrego Sarandi e consequentemente tais resíduos são carreados para a Lagoa da Pampulha. Acrescentou que no período chuvoso, o lixo é carreado para o leito dos córregos que deságuam na Lagoa. Sobre o tema, perguntou qual era a atuação da Consominas para coibir o descarte irregular de resíduos na Lagoa.

1311. Em resposta, Flaviane Silva informou que a empresa desenvolvia um trabalho de conscientização junto à população sobre a importância do descarte regular do lixo. Acrescentou que o trabalho foi realizado em parceria com a di-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reção da Regional Pampulha, porém muitas pessoas continuavam a descartar irregularmente o lixo.

1312. Braulio Lara perguntou se havia apontamentos de problemas em decorrência da consultoria prestada pela Consominas à Prefeitura e de que forma as inadequações eram tratadas. Em resposta, Flaviane Silva informou que os parâmetros do contrato eram limitados, deste modo a readequação financeira ocorria esporadicamente, porém a Consominas sempre manteve o desenvolvimento dos serviços de monitoramento ambiental. Carolina Carvalho enfatizou que a Consominas realizava oficinas junto à comunidade para divulgar as informações relacionadas à preservação ambiental da Lagoa da Pampulha.

1313. Braulio Lara perguntou se a Prefeitura não demonstrou interesse em ampliar as atividades de educação ambiental e ressaltou que os problemas de poluição, assoreamento e descaracterização da Lagoa vêm ocorrendo há bastante tempo. Em resposta, Carolina Carvalho disse que a Consominas atuava de forma a conscientizar a população sobre a relevância da preservação e educação ambiental, porém ressaltou que os recursos disponibilizados eram insuficientes frente à demanda existente.

1314. Registre-se que o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares passou a participar da reunião e conseqüentemente assumiu a condução dos trabalhos na qualidade de presidente da Comissão.

1315. O presidente perguntou se os demais membros teriam mais questionamentos a serem apresentados. O vereador Braulio Lara agradeceu a presença de todos e informou que não tinha mais perguntas às testemunhas. O vereador Cleiton Xavier perguntou se as testemunhas conhecem os responsáveis pela análise da viabilidade das propostas apresentadas em relação aos serviços ambientais contemplados no contrato de 2018.

1316. Em resposta, Carolina Carvalho informou que nos editais apresentados pela SUDECAP constam as diretrizes e requisitos para a contratação de empresas. Ainda sobre o tema, Cleiton Xavier perguntou qual colaborador elaborou o plano de trabalho interno da Consominas para execução do monitoramento ambiental da Lagoa da Pampulha. Em resposta, Carolina Carvalho disse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que as diretrizes do plano de trabalho já são previamente estabelecidas pela Administração Pública.

1317. O presidente da Comissão perguntou se atualmente alguma empresa desenvolve o trabalho de monitoramento da Lagoa da Pampulha. Em resposta, Carolina Carvalho informou que não tem conhecimento se há alguma empresa realizando esse serviço. O presidente perguntou às testemunhas se elas teriam alguma consideração a fazer. Em resposta, Carolina Carvalho agradeceu a oportunidade de participar da reunião e esclarecer alguns questionamentos da Comissão.

1318. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h18.

V.9 DA 9ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1319. A nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 19 de abril de 2024, às 09h54, no Plenário Camil Caram e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos, Cleiton Xavier, Henrique Braga e da vereadora Loíde Gonçalves. Registre-se que todos os membros participaram de forma remota, através de videoconferência.

1320. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1321. Requerimento de Comissão nº 714/2024. Solicitação de pedido de informação à Consominas Engenharia, tendo como finalidade o seguinte contexto: durante a oitiva realizada no dia 16 de abril de 2024, as representantes da empresa, ao serem questionadas sobre as ações nos contratos que envolvem a Lagoa da Pampulha, se comprometeram a enviar os documentos solicitados na reunião. Solicita-se que sejam enviados a esta Comissão: 1 – Os relatórios completos de verificação do atingimento de classe 3 das águas da Lagoa da Pampulha, em ambos os contratos arguidos, inclusive ensaios laboratoriais, vez que era condicionante da licitação para pagamento dos serviços; 2 – Houve comunicação documentada à SUDECAP, de divergências apuradas pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

resultados encontrados pela Consominas, em face dos resultados apresentados pelo Consórcio Pampulha Viva? 3 – Nos trabalhos de monitoramento ambiental, foi identificada a presença de Leucenas, espécie invasora que não poderia estar no local? Existe justificativa técnica para a presença dessas espécies? O prazo de resposta será de 5 dias úteis. Autoria: vereador Braulio Lara.

1322. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1323. Requerimento de Comissão nº 715/2024. Solicitação de pedido de informação à Superintendente do IPHAN – Minas Gerais, Daniela Lorena Fagundes de Castro, tendo como finalidade o seguinte contexto: durante oitiva realizada no dia 16 de abril de 2024, a Superintendente, ao ser questionada sobre as ações do IPHAN para fiscalização e preservação da Lagoa da Pampulha, tombada em todos os níveis de governo, se disponibilizou a enviar a documentação solicitada para esclarecer os fatos. Nesse sentido, solicito que sejam enviados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: 1 – Todas as ações recentes do órgão, compreendendo um período de 36 meses, que envolvam atos de fiscalização da Lagoa da Pampulha, seja do espelho d'água, seja do conjunto arquitetônico, ambos objeto de tombamento; 2 – Cópia de todas as notificações, autuações e multas eventualmente emitidas pelo IPHAN, em face do Município de Belo Horizonte por descumprimento da legislação em vigor e que tenha por objeto o conjunto tombado da Lagoa da Pampulha. O prazo de resposta será de 5 dias úteis. Autoria: vereador Braulio Lara.

1324. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1325. Registre-se que a vereadora Loíde Gonçalves não conseguiu proferir o voto em decorrência de problemas com a conexão remota.

1326. Requerimento de Comissão nº 716/2024. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a compreensão das ações de tratamento da Lagoa da Pampulha, principalmente com vistas a impedir a entrada de resíduos pelos afluentes, sendo necessária a fiscalização in loco desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A data da visita será no dia 23 de abril de 2024, às 10h, tendo como ponto de encontro a Avenida Otacílio Negrão de Lima, 5.722,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na região da Pampulha, seguindo posteriormente para o segundo afluente, na Avenida Otacílio Negrão de Lima, na altura do nº 11.127. Autoria: vereador Braulio Lara.

1327. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1328. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, os vereadores Braulio Lara e Sérgio Fernando Pinho Tavares discutiram sobre a possibilidade de alteração da data da visita técnica. Deste modo a visita técnica foi remarcada para o dia 30 de abril de 2024, permanecendo com o mesmo horário e ponto de encontro.

1329. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 10h03.

V.10 DA 10ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1330. A décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 07 de maio de 2024, às 09h55, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos, Henrique Braga e da vereadora Loíde Gonçalves. Registre-se que todos os membros participaram de forma remota, através de videoconferência.

1331. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1332. Requerimento de Comissão nº 869/2024. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações sobre o plantio de árvores, realizado pela PBH, na orla da Lagoa da Pampulha: 1 – A Administração Municipal notificou os órgãos de proteção ao patrimônio cultural e ambiental, em todas as esferas de governo, sobre as alterações promovidas no espaço tombado? Enviar cópia de todas as comunicações 2 – As espécies vegetais plantadas pela Prefeitura são adequadas para a área? Há risco de que com o crescimento, a visada da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Lagoa fique prejudicada? Requer que seja enviada a documentação no prazo de 5 dias. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1333. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1334. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o vereador Braulio Lara ressaltou a importância da preservação e manutenção do projeto paisagístico da Lagoa da Pampulha. O presidente da Comissão também enfatizou a necessidade de uma avaliação prévia, por parte da Prefeitura, quando a Administração Pública for promover alguma intervenção na Lagoa.

1335. Requerimento de Comissão nº 870/2024. Solicitação de pedido de informação à Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Mariana Figueiredo Moreira da Rocha Gonçalves, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações sobre o plantio de árvores, realizado pela PBH, na orla da Lagoa da Pampulha: 1 – A Fundação Municipal de Cultura autorizou as ações de plantio de árvores na orla, conforme link citado? Enviar cópia de todos os documentos relacionados ao ato administrativo citado. 2 – As espécies vegetais plantadas pela Prefeitura são adequadas para a área? Há risco de que com o crescimento, a visada da Lagoa fique prejudicada? Requer que seja enviada a documentação no prazo de 5 dias. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1336. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1337. Requerimento de Comissão nº 871/2024. Solicitação de pedido de informação ao Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Marília Palhares Machado, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações em relação ao plantio de árvores, realizado pela PBH, na orla da Lagoa da Pampulha: 1 – O IEPHA foi comunicado das ações de plantio de árvores na orla, ou foi solicitada autorização para a ação que ocorreu conforme link citado? Enviar cópia de todos os documentos relacionados ao ato administrativo citado. 2 – As espécies vegetais plantadas pela Prefeitura são adequadas para a área? Há risco de que com o crescimento, a visada da Lagoa fique prejudicada? Requer que seja enviada a documentação no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prazo de 5 dias. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1338. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1339. Requerimento de Comissão nº 872/2024. Solicitação de pedido de informação ao Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, Daniela Lorena Fagundes de Castro, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações em relação ao plantio de árvores, realizado pela PBH, na orla da Lagoa da Pampulha: 1 – O IPHAN foi comunicado das ações de plantio de árvores na orla, ou foi solicitada autorização para a ação que ocorreu conforme link citado? Enviar cópia de todos os documentos relacionados ao ato administrativo citado. 2 – As espécies vegetais plantadas pela Prefeitura são adequadas para a área? Há risco de que com o crescimento, a visada da Lagoa fique prejudicada? Requer que seja enviada a documentação no prazo de 5 dias. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1340. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1341. Requerimento de Comissão nº 873/2024. Solicitação de prorrogação do prazo da Comissão. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1342. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1343. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares ressaltou sobre a importância da dilação do prazo da Comissão para que sejam analisadas todas as informações solicitadas pela CPI.

1344. Requerimento de Comissão nº 874/2024. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a compreensão junto a administradora do aeroporto da Pampulha, sobre estudos passados a fim de viabilizar aterramento parcial de área do aeroporto, aproveitando sedimentos retirados da Lagoa da Pampulha. A visita ocorrerá no dia 14 de maio de 2024, às 10h, no Aeroporto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Pampulha, localizado na Praça Bagatelle, nº 204, bairro São Luiz. O ponto de encontro será na entrada principal do terminal de passageiros. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1345. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1346. Requerimento de Comissão nº 875/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação dos representantes da Fundação Cristiano Ottoni para, pessoalmente, comparecer perante a CPI na condição de testemunha, para prestar informações sobre documentos e laudos emitidos pela empresa acerca dos trabalhos de limpeza e de qualidade da água da Lagoa da Pampulha. A oitiva ocorrerá no dia 21 de maio de 2024, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

1347. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1348. Sobre os documentos requeridos pela Comissão, o presidente informou o recebimento das seguintes informações:

1349. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 714/2024.

1350. Documento Prot. Nº 001397/2024.

1351. Documento Prot. Nº 001417/2024.

1352. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 10h12.

V.11 DA 11ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA – OITIVA FCO

1353. A décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha foi realizada no dia 21 de maio de 2024, às 09h53, no Plenário Helvécio Arantes e iniciou-se sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, relator da Comissão, Jorge Santos, Henrique Braga, Cleiton Xavier e da vereadora Loíde Gonçalves, sendo que os quatro últimos membros participaram de forma remota, através de videoconferência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1354. A reunião em tela teve como finalidade a realização da oitiva dos representantes da Fundação Christiano Ottoni - FCO, que compareceram perante a Comissão na qualidade de testemunhas, para prestarem informações sobre documentos e laudos emitidos pela empresa em decorrência dos trabalhos de limpeza e melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1355. Dando seguimento aos trabalhos e, antes da realização da oitiva, o presidente da CPI colocou para apreciação e votação as seguintes proposições:

1356. Requerimento de Comissão nº 1025/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação de Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas, para prestar informações, na condição de investigado, sobre as razões para a contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa que comprovadamente não logrou êxito no cumprimento dos contratos anteriores para limpeza da Lagoa da Pampulha, insistindo em solução ineficaz para o tratamento das águas. A oitiva ocorrerá no dia 28 de maio de 2024, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

1357. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.

1358. Requerimento de Comissão nº 1026/2024. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação de Ana Paula Fernandes Viana Furtado, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, localizada na rua dos Guajajaras, nº 1.107, 18º andar, Lourdes, Belo Horizonte, para pessoalmente, comparecer perante essa CPI, na condição de investigada, para prestar informações sobre as razões para a contratação, na modalidade de inexigibilidade de licitação, de empresa que comprovadamente não logrou êxito no cumprimento dos contratos anteriores para limpeza da Lagoa da Pampulha, insistindo em solução ineficaz para o tratamento das águas. A oitiva ocorrerá no dia 28 de maio de 2024, às 11h, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

1359. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1360. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, a vereadora Loíde Gonçalves passou a participar presencialmente na reunião.
1361. Requerimento de Comissão nº 1032/2024. Solicitação de envio de ofício à Procuradoria Legislativa, tendo como finalidade a emissão de parecer sobre o pedido apresentado por Ana Paula Fernandes Viana Furtado, por meio do documento prot. 1735/2024, no qual solicita que o vereador Braulio Lara seja considerado impedido de participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares.
1362. Discutido e votado, os membros da Comissão decidiram pela aprovação.
1363. Registre-se que durante a apreciação da proposição em tela, o vereador Jorge Santos ressaltou que o Poder Público Municipal deveria promover ações de melhoria das condições da Lagoa ao invés de apresentar documentos para atrapalhar os trabalhos da Comissão. Acrescentou que na sua percepção a Prefeitura estaria tentando mudar o foco da CPI e consequentemente interferir na autonomia dos parlamentares enquanto fiscalizadores das ações promovidas pela Administração Pública do Município.
1364. Sobre os documentos requeridos pela Comissão, o presidente informou o recebimento das seguintes informações:
1365. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 714/2024.
1366. Documento Prot. N° 001397/2024.
1367. Documento Prot. N° 001417/2024.
1368. Documento Prot. N° 001735/2024.
1369. Dando continuidade à reunião, o presidente informou que seria iniciada a oitava, deste modo participaram da oitava, de forma remota, o Presidente da Fundação Christiano Ottoni, Benjamin Rodrigues Menezes, e o consultor da FCO, Nilo de Oliveira Nascimento.
1370. Em conformidade com o rito regimental, o presidente solicitou às testemunhas a prestação do compromisso de informar a verdade, conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal combinado com o art. 342 do Código Penal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1371. Registre-se que as testemunhas prestaram o supracitado compromisso.

1372. O vereador Braulio Lara, relator da Comissão, ressaltou os motivos que ensejaram a realização da oitiva em tela e mencionou os contratos que foram celebrados entre a Fundação Christiano Ottoni – FCO e a Prefeitura de Belo Horizonte. Sobre a temática, perguntou se atualmente existem contratos vigentes entre as referidas partes e como se deu os contratos anteriores. Em resposta, Benjamin Rodrigues Menezes informou que anteriormente a Prefeitura buscou a celebração contratual com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para o desenvolvimento de pesquisas sobre as condições da Lagoa da Pampulha.

1373. Em um momento posterior, foi celebrado contrato com a FCO, que possuía como finalidade o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre a condição da qualidade da água da Lagoa. Disse que a relação contratual da Prefeitura com a UFMG se iniciou em 2002 e ao longo dos anos foram celebrados diferentes contratos, que possuíam diferentes finalidades. Ressaltou que atualmente não há relação contratual da PBH com a FCO, informando que o último contrato se encerrou em novembro de 2022.

1374. O relator da Comissão perguntou se foi emitido algum parecer no ano de 2024 em relação à tecnologia utilizada na Lagoa da Pampulha para o tratamento e melhoria da qualidade da água da Lagoa. Em resposta, a testemunha informou que não foi emitido nenhum parecer nesse sentido.

1375. Ainda sobre o tema, o vereador Braulio Lara perguntou se o objetivo de alcançar um melhor nível da qualidade da água, no caso, atingindo-se Classe 3, foi alcançado durante a vigência do contrato celebrado de 2018 a 2023.

1376. Ressaltou que o contrato supracitado foi celebrado pela Prefeitura com o Consórcio Pampulha Viva. Em resposta, Nilo de Oliveira Nascimento disse que o padrão Classe 3 da qualidade da água da Lagoa da Pampulha foi atingido em alguns períodos durante os anos de 2018 a 2023.

1377. O presidente da Comissão enfatizou que foram constatadas algumas divergências nas análises apresentadas pelo Consórcio Pampulha Viva e os resultados apresentados pela FCO, no que tange a qualidade da água da Lagoa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sobre o tema, perguntou sobre os motivos que resultaram nas mencionadas divergências.

1378. Em resposta, Nilo de Oliveira Nascimento informou que a Fundação Christiano Ottoni utilizou em suas análises os dados disponibilizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e que a ocorrência de divergências seria normal, pois as amostras e medições foram realizadas em pontos e datas distintas.

1379. O vereador Braulio Lara enfatizou que os dados apresentados pela Fundação Christiano Ottoni apresentaram significativas diferenças em relação aos dados disponibilizados pelo Consórcio Pampulha Viva. Acrescentou que tais divergências poderiam indicar que os métodos utilizados para melhoria da qualidade da água e monitoramento dos resultados poderiam demonstrar uma ineficiência do método aplicado e a forma de avaliação dos resultados.

1380. Em resposta, Nilo de Oliveira Nascimento enfatizou que as informações dos relatórios divulgados pela FCO seriam acessíveis à sociedade, porém para a realização de uma interpretação mais assertiva os referidos documentos deveriam ser analisados por uma equipe técnica e multidisciplinar para uma melhor compreensão das condições da Lagoa da Pampulha.

1381. Ressaltou que as águas da Lagoa, em determinados períodos, estariam enquadradas nos padrões de Classe 3, porém informou que o despejo irregular de esgoto e o carreamento de poluição e materiais diversos para o interior da Lagoa da Pampulha poderia ser um dos fatores de explicação para as divergências dos resultados apresentados pela FCO e o Consórcio Pampulha Viva (empresa que realizou os serviços e tratamento para melhoria da qualidade da água).

1382. Disse que os parâmetros contratuais e os métodos estabelecidos pela Prefeitura, para limpeza da água da Lagoa, e a empresa prestadora do serviço não foram tratados pela FCO.

1383. A vereadora Loíde Gonçalves ressaltou que os relatórios da UFMG apontaram diferentes técnicas para o tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, porém a Prefeitura de Belo Horizonte realizou a contratação do Consórcio Pampulha Viva pela modalidade de inexigibilidade de licitação sob o argu-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mento de ser a única empresa detentora da tecnologia de melhoria da qualidade da água da Lagoa. Sobre o tema, perguntou sobre os motivos que levaram a referida contratação.

1384. Em resposta, Benjamin Rodrigues Menezes informou que a Fundação Christiano Ottoni foi a responsável pela administração financeira do contrato da PBH com a UFMG, porém o monitoramento da execução dos serviços previstos no contrato foi realizado pela UFMG. Acrescentou que a contratação da UFMG também se deu por inexigibilidade de licitação em decorrência do renome e conhecimento técnico da universidade.

1385. O presidente da Comissão ressaltou que até aquele momento a CPI não havia realizado nenhum questionamento sobre a contratação da Fundação Christiano Ottoni e, sim da empresa que executou os serviços de tratamento e melhoria da qualidade da água da Lagoa. Sobre o tema, Nilo de Oliveira Nascimento ressaltou que a FCO realizou a análise de 42 técnicas distintas, tendo como referência a literatura técnica especializada e acrescentou que foram identificados 17 métodos com potencial para aplicação na Lagoa da Pampulha. Ressaltou que ao considerar todas as 42 técnicas, possivelmente 10 técnicas poderiam ser aplicadas na bacia hidrográfica da Pampulha. Enfatizou que algumas técnicas implicam na separação e captação regular do esgotamento sanitário que deságua no interior da Lagoa.

1386. Informou que as técnicas consideradas potencialmente viáveis para o tratamento das águas da Lagoa da Pampulha dependem de uma avaliação administrativa e técnica por parte da Prefeitura e posteriormente a execução de testes em diferentes pontos da Lagoa. Ressaltou que a UFMG não possui recursos financeiros para realização dos referidos testes, porém a instituição estaria à disposição da Prefeitura para execução dos referidos testes.

1387. Registre-se que o presidente comunicou a presença remota da consultora da Fundação Christiano Ottoni, Alessandra Giani, que prestou o compromisso de informar a verdade conforme legislação vigente.

1388. O presidente perguntou se a técnica utilizada na Lagoa da Pampulha, desde 2016, teria apresentado o resultado almejado e questionou se a técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilizada teria a capacidade de remediar o problema relacionado ao passivo existente no interior da Lagoa ou aumentar esse passivo.

1389. Em resposta, Alessandra Giani informou que o produto seria eficiente no tratamento da qualidade da água e que tal método não provocaria um aumento de toxicidade da água. Ressaltou que a eficiência do método poderia ser afetada em decorrência do contínuo despejo de esgoto na Lagoa da Pampulha.

1390. Enfatizou que o relatório da Fundação Christiano Ottoni atestou a eficiência do método aplicado, porém seria necessária a interrupção do despejo de esgoto na Lagoa.

1391. O vereador Braulio Lara ressaltou que o objetivo da Comissão seria de analisar as medidas adotadas pela Prefeitura para o tratamento da água da Lagoa e acrescentou que o relatório da FCO foi claro no mapeamento das possíveis técnicas que poderiam ser aplicadas no local.

1392. Indagou os motivos que levaram a Prefeitura em insistir com um método que não apresenta um nível de eficácia satisfatória. Enfatizou que a técnica utilizada para melhoria da qualidade da água não seria suficiente e eficiente para cumprimento do objetivo contratual que seria a obtenção do padrão de Classe 3, da Resolução 357 do CONAMA, para as águas da Lagoa da Pampulha.

1393. Perguntou porque o relatório da FCO referendou a continuidade do método de tratamento da Lagoa. Em resposta, Alessandra Giani informou que a interrupção do tratamento de melhoria da qualidade da água seria desastrosa e maléfica. Acrescentou que anteriormente o tratamento foi suspenso e a situação da Lagoa da Pampulha piorou significativamente e em um lapso temporal bem curto.

1394. Enfatizou que o método de utilização do agente químico Phoslock não resolve o problema como um todo, pois ainda ocorre o despejo de esgoto e materiais orgânicos no interior da Lagoa. Disse que nos períodos de aumento do despejo de resíduos deveria haver um aumento no volume dos produtos utilizados no tratamento da água e inseridos na Lagoa da Pampulha.

1395. Enfatizou que o produto apresenta alto grau de eficiência e a sua interrupção poderia ocasionar no agravamento das condições da Lagoa. Infor-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mou que o Enzilimp é um produto relativamente novo e desenvolvido no Brasil, porém os estudos de utilização em grande escala ainda estariam sendo desenvolvidos pela comunidade técnica.

1396. O presidente da Comissão ressaltou que uma das preocupações da CPI estaria ligada a utilização dos recursos públicos e a possibilidade de uma determinada empresa ter sido privilegiada no processo de contratação dos serviços de tratamento da água da Lagoa da Pampulha.

1397. Acrescentou que as primeiras conclusões indicam que o Phoslock seria um produto com alto grau de eficiência, porém os estudos relacionados ao Enzilimp ainda seriam insuficientes para comprovar a eficácia do uso conjunto desses dois produtos químicos. Informou que a Prefeitura optou pela contratação da utilização conjunta de Phoslock e Enzilimp, através do Consórcio Pampulha Viva, pela modalidade de inexigibilidade de licitação.

1398. Sobre o tema, perguntou os motivos que levaram a Administração Pública abrir mão do processo licitatório e a oportunidade de conhecer outros métodos para o tratamento da Lagoa da Pampulha.

1399. O vereador Bráulio Lara ressaltou que as informações recebidas pela Comissão atestam um grau de eficiência para os outros métodos que poderiam ser utilizados na Lagoa da Pampulha. Perguntou se a Fundação Christiano Ottoni recebeu algum retorno por parte da Prefeitura sobre estudos desenvolvidos em relação a outras técnicas que poderiam ser adotadas para a Lagoa.

1400. Em resposta, Nilo de Oliveira Nascimento informou que existem parâmetros e diretrizes para a utilização conjunta do Phoslock e Enzilimp, porém seriam necessários alguns testes para a verificação completa dos resultados alcançados pela aplicação simultânea dos dois agentes químicos. Ressaltou que a utilização desses produtos garantiu um melhor nível de qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1401. O presidente da Comissão perguntou se a técnica utilizada na Lagoa poderia elevar o nível de qualidade da água para um padrão Classe 3, da resolução do CONAMA. Em resposta, Alessandra Giani informou que na sua percepção o tratamento por si só não seria suficiente para atingir o padrão de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Classe 3 para as águas da Lagoa da Pampulha, contudo defendeu a continuidade do tratamento juntamente com a aplicação de outras técnicas.

1402. Ressaltou que não teve nenhuma reunião com a Prefeitura e, portanto, não poderia afirmar se outras medidas foram aplicadas para melhoria das condições da Lagoa.

1403. O vereador Braulio Lara ressaltou que sem a interrupção do despejo de esgoto na Lagoa da Pampulha, o problema não seria resolvido. Acrescentou que o tratamento atual terá um custo anual de pouco mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), sendo que os resultados não serão satisfatórios.

1404. Alessandra Giani enfatizou que a resolução do problema passa pela interrupção do despejo de esgoto no interior da Lagoa. Acrescentou que o tratamento atual não seria suficiente para a limpeza do local, contudo ressaltou que a sua interrupção levaria a um quadro de piora da situação.

1405. O vereador Braulio Lara disse que seria necessário separar o relatório de assessoramento elaborado pela Fundação Christiano Ottoni e as decisões tomadas pela Prefeitura. Enfatizou que desde 2015 o Poder Público posterga a tomada de decisão para interromper por completo o despejo de esgoto na Lagoa da Pampulha.

1406. Nilo de Oliveira Nascimento ressaltou que o problema da poluição das águas nos grandes centros urbanos seria uma questão mundial. Citou a cidade de Paris que estaria executando ações de melhoria da qualidade da água no Rio Sena e no balneário da cidade para que haja a possibilidade de competição dos esportes náuticos nos próximos jogos olímpicos.

1407. Ainda sobre o tema, Alessandra Giani ressaltou o desenvolvimento de estudos, em diferentes países, para mitigar o problema da poluição das águas nos grandes centros urbanos. Acrescentou que a utilização do Foslock tem sido amplamente pesquisada e o seu impacto na diminuição dos níveis de fósforo da água são comprovados.

1408. Registre-se que às 11h41, o presidente da Comissão prorrogou a reunião por mais 1 hora.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1409. O vereador Braulio Lara perguntou às testemunhas se o tratamento em vigor seria o mais recomendável para a melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Em resposta, Alessandra Giani informou que a utilização do Phoslock comprovadamente diminuiu os níveis de fósforo nas águas da Lagoa, porém enfatizou que o tratamento da Lagoa da Pampulha englobaria uma maior quantidade de intervenções, não somente na Lagoa, mas sim em toda a sua bacia hidrográfica.

1410. Enfatizou que a iniciativa dos parlamentares sobre o desenvolvimento dos debates acerca do tema seria de fundamental relevância, contudo defendeu a manutenção do atual tratamento das águas da Lagoa da Pampulha.

1411. O presidente da Comissão disse que foi recomendado pela Fundação Christiano Ottoni à Prefeitura de Belo Horizonte a validação dos dados apresentados pelo consórcio que presta os serviços de tratamento da água da Lagoa. Sobre o tema, ressaltou a importância da acreditação do laboratório que realiza as análises dos dados apresentados pela empresa que executa o tratamento de melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1412. Sobre a temática, Alessandra Giani informou que a acreditação do laboratório seria de fundamental importância, pois é através dessa certificação que se pode comprovar que o laboratório possui todas as certificações necessárias para a emissão de laudos e análises laboratoriais.

1413. O presidente da Comissão agradeceu a participação de todos e ressaltou a importância dos trabalhos da CPI para a promoção e desenvolvimento das medidas que possam melhorar as condições da Lagoa da Pampulha.

1414. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h09.

V.12 DA 12ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA – OITIVAS RICARDO AROEIRA E ANA PAULA VIANA

1415. A décima segunda Reunião Ordinária realizou-se no dia 28 de maio deste ano, às 09h57, sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, que, após o registro da presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadores Braulio Lara e Cleiton Xavier, este em presença remota, e havendo quórum regimental, reuniu-se a comissão.

1416. Após o Presidente dar ciência à comissão do recebimento dos ofícios em respostas aos requerimentos de comissão de nº 869 e 870/24, deu-se início a oitiva do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas, para, na condição de investigado, prestar informações sobre as razões para a contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa que comprovadamente não logrou êxito no cumprimento dos contratos anteriores para limpeza da Lagoa da Pampulha, insistindo em solução ineficaz para o tratamento das águas.

1417. Acompanhado do procurador municipal, Fernando Couto Garcia e do procurador-geral do Município, Hércules Guerra, todos em presença remota, o depoente, após ter sido informado pelo Presidente sobre seus direitos, comunicou que exerceria seu direito de manter-se calado, conforme orientação de seu advogado.

1418. Após a declaração do depoente que se manteria em silêncio, o Ver. Bráulio Lara lhe fez as seguintes perguntas e questionamentos:

1419. a) como se dá o procedimento de inexigibilidade: qual o primeiro passo, quem o solicita na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, qual é o primeiro documento necessário e quais os procedimentos seguintes.

1420. b) que o atual processo de inexigibilidade em vigor foi publicado somente em fevereiro de 2024, no entanto, em resposta a requerimento desta comissão, foi verificado que o Consórcio Pampulha Viva enviou uma proposta técnica em 31/8/23. Perguntou quem solicitou essa proposta.

1421. c) para quantas empresas foi solicitada uma proposta técnica.

1422. d) quantas propostas foram enviadas.

1423. e) em qual data a empresa foi escolhida.

1424. f) que o projeto básico só foi publicado oficialmente em fevereiro de 2024 e perguntou como é possível explicar a apresentação de uma proposta técnica anterior ao projeto básico.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1425. g) que o consórcio afirma documentalmente que não teve acesso a projeto básico. Perguntou se a proposta técnica foi enviada sem solicitação, por conta e risco, cinco meses antes da publicação do projeto básico.
1426. h) que a proposta comercial foi enviada em 31/8/23 e leu declaração do próprio consórcio afirmando que não tiveram acesso ao conteúdo do projeto básico. Questionou por que eles enviaram a proposta sem que tivesse sido solicitada.
1427. i) que o projeto básico foi assinado em 27/9/23 por Ricardo de Miranda e Ana Paula Fernandes, com valor estimado de R\$22.578.032,35, mas a proposta comercial enviada pelo Consórcio Pampulha Viva de 31/8/23 apresentava estimativa de R\$22.512.525,14. Perguntou se a proposta comercial influenciou a elaboração do projeto básico do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23.
1428. j) por que o valor aumentou em relação ao último contrato e como se chegou a esse novo valor.
1429. k) se é comum que os secretários municipais assinem documentos sem data nos processos administrativos.
1430. l) se o depoente teve acesso a documentos não datados e assinados.
1431. m) que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23 da Smobi, publicado em fevereiro de 2024, tem por objeto “Serviços Especializados de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha”, mas o Processo de Inexigibilidade de Licitação da Smobi, de 5/9/18, tem como objeto “Serviços Especializados de Tratamento de Ambientes Aquáticos Lênticos (lagos, lagoas e represas), para assegurar padrões de classe 3, para as águas da Lagoa da Pampulha”. Perguntou por que houve essa alteração se a PBH não exige mais a classe 3.
1432. n) por que a PBH se contentaria com um trabalho inferior se a proposta técnica do consórcio fala em assegurar a classe 3.
1433. o) que o contrato de 5/9/18 e o Processo Administrativo nº 01.123.445.18.10 previam o atingimento dos padrões classe 3. Questionou se o objeto foi cumprido na sua integralidade, ou seja, se a lagoa está na classe 3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1434. p) quem foi o responsável por atestar o cumprimento do contrato e autorizar o pagamento.

1435. q) que a PBH contratou, por R\$11 milhões, a Fundação Christiano Ottoni, que emitiu recomendações e diretrizes para auxiliar na limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha. Perguntou se as orientações e recomendações presentes nos relatórios emitidos pela Fundação Christiano Ottoni foram observadas e incorporadas ao projeto básico e ao estudo técnico preliminar que antecederam o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23. Solicitou que, em caso positivo, as recomendações adotadas fossem exemplificadas.

1436. r) que os professores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - informaram em oitiva que há várias maneiras de limpar a Lagoa da Pampulha. Questionou se eles estão errados e por que outras alternativas não foram levadas em conta.

1437. s) que na referida oitiva, a professora Alessandra Gianni afirmou ser impossível assegurar padrões de classe 3 com o tratamento de Phoslock e Enzilimp, nas condições de qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Perguntou por que a PBH continua defendendo que o resultado classe 3 pode ser alcançado frente ao posicionamento citado.

1438. t) que os professores da UFMG declararam que não existe literatura que comprove a eficácia do Enzilimp, um dos dois produtos usados na lagoa, mas, mesmo assim, a PBH contratou, sem licitação, 15 mil quilos do produto sem eficácia comprovada. Perguntou se foi feito algum estudo complementar para justificar isso e se os trabalhos da UFMG, que custaram R\$11 milhões, não valeram para nada.

1439. u) que a Fundação Christiano Ottoni recomendou que todo o processo de monitoramento de coleta e análises dos parâmetros fosse realizado por laboratório acreditado ao Instituto Nacional de Metrologia - Inmetro, segundo recomendações nacionais e internacionais. Questionou se alguma providência foi tomada nesse sentido.

1440. Após o depoente ter salientado que o Relator, Ver. Bráulio Lara, após este ter feito a primeira pergunta e ter-lhe questionado se ficaria calado após cada pergunta, que o relator poderia fazer as perguntas em sequência e que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ele se manteria em silêncio conforme já informado, o Presidente salientou, no final de cada pergunta, que o depoente se manteria em silêncio conforme faculta a lei, e, após o último questionamento do Relator, encerrou-se a sua oitiva e suspendeu a reunião por 13 minutos.

1441. Em seguida, após a retomada dos trabalhos, deu-se início a oitiva da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, para, na condição de investigada, prestar informações sobre as razões para a contratação, na modalidade de inexigibilidade de licitação, empresa que comprovadamente não logrou êxito no cumprimento dos contratos anteriores para limpeza da Lagoa da Pampulha, insistindo em solução ineficaz para o tratamento das águas.

1442. Acompanhada do procurador municipal, Fernando Couto Garcia e do procurador-geral do Município, Hércules Guerra, todos em presença remota, a depoente, após ter sido informada pelo Presidente sobre seus direitos e do Relator anunciar que faria as suas perguntas e que poderia ficar a vontade se não quisesse respondê-las, declarou que se manteria em silêncio perante as perguntas da comissão e que poderia realizá-las em sequência.

1443. Após a declaração do depoente que se manteria em silêncio, o Ver. Bráulio Lara Ihe fez as seguintes perguntas e questionamentos:

1444. a) como se dá o procedimento de inexigibilidade;

1445. b) que o atual processo de inexigibilidade em vigor foi publicado somente em fevereiro de 2024, no entanto, em resposta a requerimento desta comissão, foi verificado que o Consórcio Pampulha Viva enviou uma proposta técnica em 31/8/23. Perguntou quem solicitou essa proposta;

1446. c) que o atual processo de inexigibilidade em vigor foi publicado somente em fevereiro de 2024, no entanto, em resposta a requerimento desta comissão, foi verificado que o Consórcio Pampulha Viva enviou uma proposta técnica em 31/8/23. Perguntou quem solicitou essa proposta.

1447. d) para quantas empresas foi solicitada uma proposta técnica.

1448. e) quantas propostas foram enviadas.

1449. f) que a depoente se manteria em silêncio conforme faculta a lei.

1450. g) em qual data a empresa foi escolhida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1451. h) que o projeto básico só foi publicado oficialmente em fevereiro de 2024 e perguntou como é possível explicar a apresentação de uma proposta técnica anterior ao projeto básico.

1452. i) que o consórcio afirma documentalmente que não teve acesso a projeto básico. Perguntou se a proposta técnica foi enviada sem solicitação, por conta e risco, cinco meses antes da publicação do projeto básico.

1453. j) que a proposta comercial foi enviada em 31/8/23 e leu declaração do próprio consórcio afirmando que não teve acesso ao conteúdo do projeto básico. Questionou por que eles enviaram a proposta sem que tivesse sido solicitada.

1454. k) que o projeto básico foi assinado em 27/9/23 por Ricardo de Miranda e Ana Paula Fernandes, com valor estimado de R\$22.578.032,35, mas a proposta comercial enviada pelo Consórcio Pampulha Viva de 31/8/23 apresentava estimativa de R\$22.512.525,14. Perguntou se a proposta comercial influenciou a elaboração do projeto básico do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23.

1455. l) por que o valor aumentou em relação ao último contrato e como se chegou a esse novo valor.

1456. m) se é comum que os secretários municipais assinem documentos sem data nos processos administrativos.

1457. n) se a depoente teve acesso a documentos não datados e assinados.

1458. o) que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23 da Smobi, publicado em fevereiro de 2024, tem por objeto Serviços Especializados de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha, mas o Processo de Inexigibilidade de Licitação da Smobi, de 5/9/18, tem como objeto Serviços Especializados de Tratamento de Ambientes Aquáticos Lênticos (lagos, lagoas e represas), para assegurar padrões de classe 3 às águas da Lagoa da Pampulha. Perguntou por que houve essa alteração se PBH não exige mais a classe 3.

1459. p) por que a PBH se contentaria com um trabalho inferior se a proposta técnica do consórcio fala em assegurar a classe 3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1460. q) que o contrato de 5/9/18 e o Processo Administrativo nº 01.123.445.18.10 previam o atingimento dos padrões classe 3. Questionou se o objeto foi cumprido na sua integralidade, ou seja, se a lagoa está na classe 3.
1461. r) quem foi o responsável por atestar o cumprimento do contrato e autorizar o pagamento.
1462. s) que a PBH contratou, por R\$11 milhões, a Fundação Christiano Ottoni, que emitiu recomendações e diretrizes para auxiliar na limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha. Perguntou se as orientações e recomendações presentes nos relatórios emitidos pela Fundação Christiano Ottoni foram observadas e incorporadas ao projeto básico e ao estudo técnico preliminar que antecederam o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.019/23. Solicitou que, em caso positivo, as recomendações adotadas fossem exemplificadas.
1463. t) que os professores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - informaram em oitiva que há várias maneiras de limpar a Lagoa da Pampulha. Questionou se eles estão errados e por que outras alternativas não foram levadas em conta.
1464. u) que na referida oitiva, a professora Alessandra Gianni afirmou ser impossível assegurar padrões de classe 3 com o tratamento de Phoslock e Enzilimp, nas condições de qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Perguntou por que a PBH continua defendendo que o resultado classe 3 pode ser alcançado frente ao posicionamento citado.
1465. v) que os professores da UFMG declararam que não existe literatura que comprove a eficácia do Enzilimp, um dos dois produtos usados na lagoa, mas, mesmo assim, a PBH contratou, sem licitação, 15 mil quilos do produto sem eficácia comprovada. Perguntou se foi feito algum estudo complementar para justificar isso e se os trabalhos da UFMG, que custaram R\$11 milhões, não valeram para nada.
1466. w) que a Fundação Christiano Ottoni recomendou que todo o processo de monitoramento de coleta e análises dos parâmetros fosse realizado por laboratório acreditado ao Instituto Nacional de Metrologia - Inmetro, segundo recomendações nacionais e internacionais. Questionou se alguma providência foi tomada nesse sentido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1467. Em cada uma dessas perguntas, o Presidente salientou, no final de cada uma, que o depoente se manteria em silêncio conforme faculta a lei, e, após o último questionamento do Relator, questionou se mais algum vereador desejava fazer perguntas e se os demais presentes gostariam de declarar considerações finais, e, não havendo mais ninguém que quisesse se manifestar, declarou encerrado os trabalhos às 10h39.

V.13 DA 13ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1468. A décima terceira Reunião Ordinária realizou-se no dia 29 de maio deste ano, às 09h14, sob a presidência remota do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, que, após o registro da presença remota da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Bráulio Lara, Henrique Braga e Cleiton Xavier, e havendo quórum regimental, reuniu-se a comissão.

1469. Em seguida, a Comissão deliberou sobre os seguinte requerimento:

1470. 1) Requerimento de Comissão nº 1.124/24, que solicita a realização de Oitiva para “intimar representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, para prestar informações sobre as ações de tratamento executadas e previstas que envolvam a Lagoa da Pampulha, especialmente nos termos do acordo celebrado com a PBH para regularização das ligações de esgoto que desaguam direta ou indiretamente na lagoa da Pampulha”, no dia 4/6/24, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria do Ver. Bráulio Lara.

1471. Após o Presidente informar que a intimação será na condição de testemunha, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

1472. Posteriormente, o Presidente deu ciência à comissão do recebimento do ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.032/24 e comunicou também o recebimento da “arguição de impedimento do relator, Vereador Bráulio Lara, para atuar na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha”, de autoria de Ana Paula Fernandes Viana Furtado.

1473. Após informar que a Procuradoria do Legislativo (PROLEG) emitiu parecer sobre essa arguição de impedimento e concluir que não cabe a sua aprovação, onde leu a conclusão do referido parecer, colocou em votação a argui-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção de impedimento do vereador Braulio Lara, que foi rejeitada pela unanimidade dos vereadores presentes, ressaltando que o Ver, Bráulio Lara estava impedido de votar.

1474. Em seguida, o Relator agradeceu a confiança dos vereadores membros da Comissão e que esta realiza um trabalho transparente, sendo que o Presidente ressaltou que a Comissão reconhece a competência e a seriedade do Relator, sendo que, nada mais havendo a ser tratado e discutido, o Presidente declarou encerrado os trabalhos às 09h23.

V.14 DA 14ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1475. A décima terceira Reunião Ordinária realizou-se no dia 04 de Junho deste ano, as 09h47, sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, que, após o registro da presença do Vereador Bráulio Lara e a presença remota da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Henrique Braga e Cleiton Xavier, e havendo quórum regimental, reuniu-se a comissão.

1476. Em seguida, deu-se início a oitiva do representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, para prestar informações sobre as ações de tratamento executadas e previstas que envolvam a Lagoa da Pampulha, especialmente nos termos do acordo celebrado com a PBH para regularização das ligações de esgoto que desaguam direta ou indiretamente na lagoa da Pampulha, comparecendo, representando a Companhia, o gestor de Empreendimentos de Grande Porte da Copasa, Sérgio Neves Pacheco e o engenheiro da Copasa Tiago Gonzales Miranda.

1477. O presidente informou os deveres e as implicações legais dos depoentes quanto à declaração de informações falsas, onde, em sequência, foi prestado o compromisso pelos representantes da Companhia.

1478. O vereador Braulio Lara mencionou o acordo celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, a Prefeitura de Contagem e a Copasa sobre a despoluição da Lagoa da Pampulha. Destacou que ainda há muitas residências sem rede, que contribuem para a poluição da lagoa. Citou a comunicação pública feita pelo então prefeito, o governo do Estado e o presidente da Copasa a respeito da redução do tempo para realização do acordo de cinco para três



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anos. Questionou o status do acordo e a possibilidade de concluí-lo no prazo previsto.

1479. Sergio Neves anunciou que iniciaria sua fala com a apresentação de eslaides, por meio da qual mostraria como a Copasa se estruturou para cumprir a meta de três anos. Destacou o desafio de convencer os moradores sobre o processo de interligação e apresentou dados sobre a bacia da Pampulha, que inclui uma grande parte do território de Contagem.

1480. Detalhou a evolução dos investimentos desde 2002, informando que foram feitos mais de 1 milhão e 100 metros de ligações, conectando 220 mil imóveis, e que, em setembro de 2021, a cobertura de esgoto já era de 99%, com um investimento de R\$720 milhões, que chegou a R\$750 milhões em 2023, onde exibiu imagens da evolução e apresentou um diagnóstico da Copasa para 2021, mostrando a evolução das ações e obras, além do relatório informado para a PBH, que gerou um plano de ação.

1481. Disse que um acordo foi homologado entre a Copasa e os Municípios de Belo Horizonte e Contagem e explicou que os clientes foram categorizados em reais, factíveis e potenciais, e que aqueles não conectados em setembro de 2021 foram divididos em vertentes no plano de ação, como áreas de interesse social, vilas e favelas, áreas de ocupação desordenada, e obras de pequeno porte e mobilização social.

1482. Detalhou a identificação de todos os imóveis em Belo Horizonte, a necessidade de desapropriações no Bairro Bandeirantes, além de soluções individualizadas de coleta de esgoto para moradores que não querem aderir à rede e cujos casos precisam de encaminhamento para a vigilância sanitária, onde mencionou também a situação do Bairro Pindorama, onde há coleta de esgoto em quase todos os logradouros.

1483. Explicou que, onde os imóveis têm ligação em soleira negativa, soluções alternativas serão buscadas. Informou que o plano de ação foi estabelecido, inicialmente, para cinco anos, com entregas semestrais, e definiu as responsabilidades da Copasa, da PBH e da Prefeitura de Contagem. Disse que o plano foi estruturado em 10 fases, com a contratação de uma empresa para gerenciar o programa Reviva Pampulha, e comunicou que ele, como gestor de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Empreendimentos de Grande Porte da Copasa, é responsável por acompanhar todas as ações e falou sobre a fiscalização das obras, os relatórios e a prestação de contas trimestral, mostrando fotos da fase 1, que tratou da universalização da infraestrutura, comentando as ações preventivas e um contrato de performance na fase 2, cuja licitação não teve proponentes devido ao alto risco.

1484. Informou que a remuneração aconteceria somente se 80% das ligações fossem alcançadas e o mercado entendeu que não era prudente participar do processo licitatório, afirmando que o contrato para obras de pequeno porte remunerará pelo que for efetivamente realizado.

1485. Destacou a importância da mobilização social para o sucesso do projeto. Anunciou a realização de uma nova licitação em julho para contratação das demais obras de pequeno porte, exibindo imagens e falou sobre os desafios e riscos das obras em áreas de interesse social, que necessitam de soluções não convencionais. Falou sobre os marcos e desafios de cada fase, onde afirmou que a poluição não vem apenas do esgoto, mencionando a bacia da Seasa como uma área de preocupação.

1486. Disse esperar que, até o início do próximo ano, haja um controle efetivo da qualidade da água na bacia. Mostrou imagens de ações antrópicas, como criação de cavalos, e explicou a fase 8, que envolve limpeza e vistoria de caixas de gordura. Exibiu imagens do projeto Reviva Pampulha, incluindo campanhas publicitárias e renovação, destacando a importância do manejo correto de resíduos e a expectativa de avanços, onde mostrou a Comissão materiais de divulgação e o site do Reviva Pampulha, que contém todas as informações do plano de ação.

1487. Apresentou, ainda, o relatório trimestral, com informações sobre o controle de cada ligação, o monitoramento da qualidade dos cursos d'água em tempo real e um mapa de monitoramento, informando que já foram feitas cerca de 33% das ligações necessárias e elogiou o controle implementado pela PBH sobre as ligações, promovendo notificações e obtendo respostas dos moradores, afirmando que, com a evolução da qualidade da água e dos investimentos, ações complementares estarão em andamento, onde agradeceu e se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1488. O vereador Braulio Lara agradeceu as explicações de Sérgio Neves, observando que várias das perguntas que tinha para fazer já haviam sido respondidas, mencionando que uma parte significativa das informações previstas no acordo será readequada para permitir a realização de licitações.

1489. Sérgio Neves explicou que o projeto foi dividido em fases, com áreas de interesse social e remuneração por performance. Informou que a empresa contratada deverá assumir os custos, com a expectativa de que o processo ocorra ainda este mês, onde acrescentou que a remuneração será baseada nos serviços prestados, apesar das dificuldades envolvendo imóveis com características específicas, para que a empresa seja adequadamente compensada. Afirmou esperar que, em julho, o contrato esteja nas fases internas de aprovação.

1490. O vereador Braulio Lara perguntou qual a expectativa de tempo real para que as liberações documentais aconteçam.

1491. Sérgio Neves afirmou que a PBH está desenvolvendo um sistema próprio para tramitar todas as informações eletronicamente.

1492. O vereador Braulio Lara perguntou qual a expectativa para que isso flua. Sérgio Neves respondeu que em 60 dias.

1493. O vereador Braulio Lara comentou que o processo não é fácil e envolve discussões complexas com as prefeituras, questionando sobre a possibilidade de cumprimento dos prazos.

1494. Sérgio Neves respondeu que é necessário um progresso gradual, visando atingir a totalidade dos imóveis dentro do prazo contratual, afirmando que um cronograma mais detalhado já foi estabelecido para Contagem e que os trâmites internos seguirão o fluxo definido em decreto, com a expectativa de cumprimento dentro do prazo estipulado.

1495. O vereador Braulio Lara enfatizou que é crucial que os candidatos a prefeito de Belo Horizonte e de Contagem se comprometam com o plano de ação da Pampulha, que necessita de agilidade e celeridade na implementação, apontando que a sociedade está constantemente questionando sobre o progresso das ações, que o volume de decretos é elevado, conforme o relatório de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2022, onde há milhares de demandas e destacando a necessidade de um fluxo planejado e eficiente para resolver essas questões de forma rápida.

1496. O presidente apontou que, infelizmente, a Copasa não agiu de maneira oportuna por muito tempo, o que levou a um processo judicial para que se comprometesse e questionou se o acordo judicial estabelecido inclui penalidades, pois um acordo sem penalidades pode se tornar ineficaz.

1497. Sérgio Neves informou que a Copasa presta contas trimestralmente e que qualquer possibilidade de atraso será refletida nos relatórios, permitindo que os órgãos de controle apliquem as devidas penalidades, acrescentando que a fiscalização é realizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG - e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG, baseados nos resultados trimestrais.

1498. O presidente destacou o compromisso da Copasa de interligar todas as unidades identificadas, mencionando 1.309 áreas dentro da performance esperada e 4.300 que não são clientes da Copasa, mas que terão suas ligações de água e esgoto regularizadas e a firmou que, durante visitas técnicas, a comissão identificou outras unidades ainda não conectadas.

1499. O vereador Braulio Lara questionou se a apresentação da Copasa poderia ser disponibilizada no portal da Câmara.

1500. Sérgio Neves respondeu que sim, onde falou sobre a necessidade de estabelecer procedimentos para manifestações de interesse, avaliando várias tecnologias de empresas e promovendo a implantação da infraestrutura regularizada.

1501. O vereador Braulio Lara perguntou se essas iniciativas dependiam da PBH, onde Sérgio Neves confirmou que a Copasa buscaria apoio e tomaria a iniciativa.

1502. O vereador Braulio Lara perguntou novamente se as iniciativas dependiam da PBH, onde Sérgio Neves informou que a Copasa vai engajar as prefeituras e tomar a iniciativa.

1503. O vereador Braulio Lara afirmou a importância de medidas preventivas contra o descarte irregular, citando a situação do Seasa, e perguntou como acontece a interconexão entre a Copasa e a PBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1504. Sérgio Neves informou que já houve negociações e que a Copasa está intensificando os programas de esgoto não doméstico, além de atuar na fiscalização de produtos químicos e potenciais poluidores.
1505. O presidente destacou que, mesmo alcançando 100% da bacia, ainda haverá problemas de disposição difusa e manutenção da rede de esgoto.
1506. O presidente chamou a atenção para a possibilidade de aumento da capacidade do Córrego Sarandi e perguntou se a Estação de Tratamento de Água e Esgoto - Etaf - Sarandi será ampliada.
1507. Sérgio Neves afirmou que seria necessário avaliar essa possibilidade.
1508. O presidente disse que ele e o vereador Jorge Santos moram na Pampulha. Acrescentou que passa na frente da Etaf Sarandi e pode dizer que ela não trabalha na capacidade devida.
1509. O vereador Bráulio Lara falou sobre a situação do canal de entrada da confluência entre os córregos Sarandi e Ressaca, pedindo que a PBH coloque a estrutura em pleno funcionamento, onde questionou de quem é a responsabilidade de manter esse canal.
1510. Sérgio Neves informou que a Copasa assumiu essa responsabilidade.
1511. O presidente sugeriu que os problemas nos sistemas de esgoto sejam tratados com mais agilidade e citou áreas próximas ao apartamento do vereador Jorge Santos, onde o esgoto raramente deixa de transbordar, mesmo em períodos de seca.
1512. O vereador Bráulio Lara comentou vídeo que mostra maneira simples e eficiente para remoção de lixo, destacando que essa ideia poderia ser aplicada à lagoa. Perguntou se a Copasa possui autonomia para propor e tentar tecnologias alternativas.
1513. Sérgio Neves respondeu que a prática mencionada pelo vereador Bráulio Lara já havia sido vista em vários Estados e que o presidente da Copasa solicitou que ela seja avaliada, informando que a Copasa vai estudar e apresentá-la ao Executivo, sendo que, em relação à manutenção, afirmou que os casos estão sendo verificados para ampliação das ações preventivas, especialmente em relação às águas de chuva, com o objetivo de ter maior controle da lagoa ao final do plano de ação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1514. O presidente comentou debate na Câmara sobre a construção em áreas verdes no Bairro Castelo, destacando o adensamento da área.

1515. O vereador Jorge Santos expressou preocupação com a questão do esgoto no Bairro Castelo, informando que haverá um empreendimento de mais de três mil imóveis no local. Disse que a maioria das casas ao redor da lagoa não tem saneamento, e que, no verão, o esgoto se acumula, formando lodo. Questionou se a Copasa está ciente da situação e o que pode ser feito.

1516. Sérgio Neves informou que farão uma vistoria e observarão a evolução com monitoramento em tempo real, onde afirmou que isso viabilizará que se identifique o que está chegando na lagoa.

1517. O vereador Jorge Santos reforçou que um posto de saúde e três mil moradias serão construídas e perguntou como esse esgoto será tratado.

1518. O presidente perguntou se, em empreendimentos comerciais e residenciais de impacto, há interface entre os responsáveis e a Copasa, e se existe alguma contrapartida do empreendedor em relação ao sistema de esgoto.

1519. Sérgio Neves respondeu que a ampliação da rede de esgoto é uma preocupação pertinente em relação à ocupação do território. Informou que a Copasa atualiza a rede de esgoto a cada dez anos e que o caso será avaliado. Mencionou a situação de áreas como a Isidoro, cujo crescimento está sendo controlado e onde uma empresa contratada já deve iniciar o trabalho no segundo semestre.

1520. O presidente perguntou se não há contrapartida do empreendedor ou o custo recai sobre a Copasa.

1521. Sérgio Neves respondeu que, quando há necessidade de ampliação, a Copasa é chamada.

1522. O presidente questionou se é a Copasa é quem faz as obras.

1523. Sérgio Neves respondeu que, em alguns casos, a responsabilidade é do empreendedor.

1524. O presidente declarou que a impressão é de que, muitas vezes, a limpeza da lagoa é um esforço inútil, pois age sobre as consequências da poluição e não sobre suas causas e questionou quanto já foi investido no plano de ação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1525. O vereador Braulio Lara respondeu que foram investidos R\$ 155 milhões.

1526. O presidente perguntou se a PBH já cobrou algo da Copasa relacionado à limpeza da água, mencionando uma reunião da primeira CPI da Lagoa da Pampulha em que se discutiu a omissão da Copasa.

1527. Sérgio Neves afirmou que o problema da poluição difusa envolve vários atores, não somente a Copasa.

1528. O presidente comentou que, no passado, gestores municipais e estaduais não dialogavam, mas atualmente existe uma fala conjunta entre a PBH e o Estado sobre a conclusão do plano em três anos. Comentou queixa de um morador sobre o odor no encontro das avenidas Antônio Carlos e Dom Pedro Primeiro, algo que é atribuído à lagoa. Disse que, após uma visita técnica, foi constatado que o odor tem origem em um sistema da Copasa, numa caixa de passagem de gás. Afirmou que, ao circular de balsa pela lagoa, não sentem odor, somente nas imediações.

1529. Sérgio Neves afirmou a existência de problemas na estrutura mencionada, mas uma obra emergencial já foi licitada e acontecerá no período seco.

1530. O vereador Braulio Lara perguntou sobre o contrato das águas da Lagoa da Pampulha, mencionando que a PBH faz uma contratação anual para garantir a classe 3, mas que isso representa apenas uma medida paliativa. Perguntou qual a conexão entre os indicadores apresentados no relatório e a qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

1531. Tiago Gonzales respondeu que a Copasa monitora o Índice de Qualidade da Água - IQA - e verifica se ele atende às classes 2 ou 3. Afirmou que, em sua maioria, quando o índice está verde, significa que atende ao índice de classificação.

1532. O vereador Braulio Lara perguntou se os registros em vermelho se referem a águas que passaram por Etaf antes de entrar na lagoa.

1533. Tiago Gonzales respondeu que sim.

1534. O vereador Braulio Lara defendeu a melhoria da estrutura das Etafs para ajudar a evitar a contaminação da lagoa.

1535. Tiago Gonzales concordou.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1536. O vereador Braulio Lara perguntou se a Etaf poderia ter contido a contaminação.
1537. Tiago Gonzales respondeu que sim.
1538. O vereador Braulio Lara disse que a enseada do zoológico representa um ponto crítico e perguntou se há alguma unidade da Copasa na área.
1539. Tiago Gonzales informou que existe uma estação de bombeamento.
1540. O vereador Lara afirmou que, se todos os pontos de entrada na lagoa fossem devidamente protegidos, os focos de contaminação durante o trajeto não importariam. Perguntou se uma parte do gráfico se referia ao Seasa.
1541. Tiago Gonzales respondeu que se trata do círculo industrial de Contagem. O vereador Braulio Lara perguntou se haverá monitoramento em tempo real. Tiago Gonzales informou que o acompanhamento será feito online.
1542. O vereador Braulio Lara, ao final desta fala, solicitou o envio do anexo do relatório.
1543. Sérgio Neves agradeceu a oportunidade de esclarecer questões, destacando que, além da falta de investimento, o maior desafio é a adesão da população nas áreas de interesse social, onde Tiago Gonzales também agradeceu pela oportunidade de prestar esclarecimentos.
1544. O presidente agradeceu a todos e informou que a comissão recebeu uma comunicação da Copasa, direcionada ao presidente desta Casa, informando a impossibilidade de o presidente da Copasa comparecer a esta oitava devido a compromissos previamente assumidos, sem possibilidade de reagendamento, sendo que, após este informe, nada mais havendo a tratar e discutir, o Presidente declarou encerrado os trabalhos às 11h48.

V.15 DA 15ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

1545. A décima quinta Reunião Ordinária realizou-se no dia 18 de Junho deste ano.
1546. Tendo em vista a presença de vereadores para o quórum regimental, deu início aos trabalhos para a leitura do seguinte documento:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1547. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 871/2024 de autoria dos vereadores Braulio Lara e Sérgio Fernando Pinho Tavares

1548. Ainda, não tendo recebido impugnação, as atas as reuniões de números 11, 12 e 13 foram declaradas aprovadas. Nada mais havendo para se tratar, a reunião foi encerrada.

1549. Passadas as reuniões, o trabalho será agora direcionado para demonstrar, com base nos depoimentos tomados e nos documentos solicitados em razão dos questionamentos dos parlamentares, como o novo contrato apresenta os mesmos problemas dos anteriores.

VI.1 DO NOVO CONTRATO COM O CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1550. Apesar de demonstrar repetidamente que o modelo de contratação da Prefeitura de Belo Horizonte para as ações que envolvem a limpeza da Lagoa da Pampulha, além de inadequado é ineficiente, o que se percebe é a repetição, desde 2015, do abuso da modalidade de inexigibilidade de licitação como forma de direcionar a contratação de determinadas empresas.

1551. O instituto da inexigibilidade de licitação não pode nem deve ser visto como regra, uma vez que a ausência de competição ocasiona, indiscutivelmente, um aumento de preço cobrado pelos serviços prestados.

1552. Consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido.

1553. É importante esclarecer que o legislador não cuidou de esclarecer o conceito de viabilidade de competição, limitando-se a trazer um rol de hipóteses (exemplificativo) na qual se presumiu a impossibilidade de competição entre os licitantes, em razão da natureza dos produtos e/ou serviços que serão adquiridos pela Administração. Vejamos o dispositivo legal:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1554. “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;”

1555. É de se estranhar que há quase 10 anos, não tenha sido realizado qualquer ato para estimular a concorrência para objeto tão fundamental a qualquer administração municipal, qual seja a efetiva limpeza da Lagoa da Pampulha.

1556. Na realidade, a última ação da prefeitura nesse sentido ocorreu em 2013, quando o procedimento de licitação escolhido foi o de técnica e preço, modalidade em que são avaliados e pontuados os dois quesitos para a escolha do vencedor.

1557. Ninguém, no entanto, consegue explicar como um procedimento com mais de um interessado seria posteriormente declarado como de inviabilidade de competição.

1558. Mais estranho ainda é que, após todo o trabalho investigativo realizado pelos membros do Poder Legislativo, mesmo demonstradas todas as inconsistências nos procedimentos anteriores, a administração municipal continua por seguir o mesmo caminho, contratando empresa que comprovadamente não atinge os resultados exigidos, em um processo com mera aparência de legalidade.

VI.2 DOS PROBLEMAS NO EDITAL 13.019/2023-SMOBI

1559. O último edital de contratação para os serviços de limpeza da Lagoa da Pampulha, cujo processo integral foi enviado como resposta a requerimento a esta CPI, apresenta uma série de inconsistências e desconformidade com o procedimento legalmente adequado.

1560. A começar pelo início do processo de contratação, que se inicia não pela vontade da administração pública ou por provocação do Poder Executivo, mas sim pelo envio, de ofício pelo próprio consórcio que posteriormente seria contratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1561. O primeiro documento que instrui o processo, é uma proposta comercial do Consórcio Pampulha Viva, datado de 31 de agosto de 2022, anterior a qualquer outro documento no processo. Não existe nos autos, qualquer documento que comprove que o material foi solicitado por pessoa ou setor da administração municipal, o que demonstra que a iniciativa para a contratação partiu das próprias empresas.

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL (Ano 2021-2022) – MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DA LAGOA DA PAMPULHA EM CLASSE III



PROPOSTA COMERCIAL (Ano 2023-2024)

RECUPERAÇÃO E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DA LAGOA DA PAMPULHA- BELO HORIZONTE/MG

Preparado para:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA (SMOBI)
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL (SUDECAP)
Belo Horizonte - MG

Preparado por:

CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA:
Belo Horizonte - MG

Mês/Ano	Documento	Código Documento
AGO, 2023	PROPOSTA COMERCIAL DE MANUTENÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA	

Controle de Produção do Documento

PROPOSTA COMERCIAL (Ano 2023-2024)

RECUPERAÇÃO E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DA LAGOA DA PAMPULHA – BELO HORIZONTE/MG



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

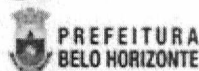
1562. Este fato apenas já seria suficiente para levantar sérias dúvidas a respeito da contratação, uma vez que não foi a Administração Pública que solicitou o serviço, mas o particular que o oferece, nos modelos que entende conveniente.

1563. Aliás, fica muito claro a partir da leitura dos documentos, que o Projeto Básico foi elaborado com base nos documentos previamente enviados pela futura vencedora, exatamente para garantir que a execução fosse feita por aquele consórcio, nos termos e parâmetros que ele mesmo apresentou, à exceção do objeto, que foi inexplicavelmente reduzido pela administração municipal.

1564. Inclusive, em questionamento da gerência de licitações, Ana Paula afirma que estaria de posse dos documentos, recebidos de maneira não informada no processo, como se depreende do e-mail abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Cristlayne Aulanya de Faria Silva <cristlayne.aulanya@edu.pbh.gov.br>

Documentos

2 mensagens

Cristlayne Aulanya de Faria Silva <cristlayne.aulanya@edu.pbh.gov.br>
Para: "anapaula.fvf@pbh.gov.br" <anapaula.fvf@pbh.gov.br>
Cc: amanda.j.santos@pbh.gov.br

5 de outubro de 2023 às 14:31

Boa tarde, a pedido da Amanda

Gentileza solicitar do Consórcio:

1.1. Termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados que deverá discriminar a pessoa jurídica líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e, ainda, estabelecer expressamente a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio na fase de licitação e na execução do contrato. A cláusula de responsabilidade solidária entre os consorciados deverá constar expressamente no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelas pessoas jurídicas e no Contrato de constituição de consórcio a ser celebrado pelo consórcio.

- O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.
- Obs. 1 - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.
- Obs. 2 - Para formalização do contrato, a proponente deverá constituir consórcio e apresentar o respectivo CNPJ, se for o caso. Deverá ser apresentado o instrumento jurídico de constituição do consórcio, nos termos do compromisso de consórcio apresentado para habilitação, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do comprovante de inscrição do consórcio no CNPJ;

OU

1.2. Instrumento jurídico de constituição do consórcio, nos termos do compromisso de consórcio (indicado no item 1.1), devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do comprovante de inscrição do consórcio no CNPJ;

2. Declarações a serem firmadas pelo Consórcio, anexas;
 3. Planilha de orçamento
 4. Cronograma Físico Financeiro
 5. Memória de cálculo dos BDI
 6. Administração local
 7. Encargos sociais
 8. Composição de Preços Unitários
 9. Anotações/requisitos de responsabilidade Técnica orçamentária
 10. Projeto Básico
- Em anexo um modelo de declaração.

Atenciosamente, Cristlayne Aulanya

Declarações Lagoa com alterações.docx
17K

ana paula fernandes <anapaula.fvf@pbh.gov.br>

5 de outubro de 2023 às 15:04

Para: Cristlayne Aulanya de Faria Silva <cristlayne.aulanya@edu.pbh.gov.br>
Cc: amanda.j.santos@pbh.gov.br, Ricardo Aroeira Aroeira <raroeira@pbh.gov.br>, Luciano Mendes Silva <luciano.m.silva@pbh.gov.br>

Prezada Cristlayne,

As declarações já encontram-se conosco na DGAU (vide anexo) e serão encaminhadas junto com o item 1 (assim que enviado pelo Consórcio) fisicamente para vocês incluírem no processo.

Não houve mudanças nos seguintes itens:

5. Memória de cálculo dos BDI
8. Composição de Preços Unitários

Adicionalmente, informo que estou com problemas na emissão da ART junto ao CREA.

Atenciosamente,

Ana Paula Fernandes Viana
Engenheira Civil e de Recursos Hídricos
Diretoria de Gestão de Águas Urbanas-DGAU
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Prefeitura de Belo Horizonte

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=b10886ab4b&view=pt&search=all&permthid=thread-a-r2469381787791462911&simlmsg-a-r-50749387400217...> 1/2

1565. Ressalte-se que os principais responsáveis pela realização desse processo foram questionados sobre as razões dessas inconformidades, mas optaram por permanecer calados, exercitando o direito de não auto incriminação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1566. Independente disso, a documentação aponta para indícios mais que suficientes, para um direcionamento do processo licitatório de maneira a garantir um vencedor previamente selecionado.

1567. Esse direcionamento, conforme demonstrado, é realizado principalmente por dois servidores da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, que dispõe de total controle do processo licitatório, inclusive em matérias alheias à sua área de formação e completamente divergentes das funções e atribuições legais dos cargos que ocupam.

VI.3 DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA INEXIGIBILIDADE

1568. Conforme demonstrado no item anterior, somente seria possível a inexigibilidade de licitação, que é uma modalidade específica dentro do processo licitatório, quando demonstrado que não há possibilidade competição entre os interessados em contratar com a administração pública. Em outras palavras, é quando a lei reconhece que não há outra forma de contratar determinado bem ou serviço.

1569. Para que a inexigibilidade seja válida, é necessário que a administração pública justifique detalhadamente os motivos que a levam a essa decisão, demonstrando a inviabilidade de competição e a vantagem direta da contratação direta para o interesse público. Geralmente, essa justificativa é embasada em pareceres técnicos e análises específicas que comprovem a necessidade da inexigibilidade.

1570. No entanto, o que verificamos no procedimento administrativo em análise, é que os pareceres técnicos que supostamente embasaram a contratação, são completamente genéricos, e as justificativas rotineiramente reapresentadas ao longo de todas as contratações são idênticas, não satisfazendo a exigência legal.

1571. Aliás, os pareceres técnicos contrariam frontalmente os documentos produzidos pelas próprias contratadas, ao afirmar que os trabalhos realizados tem atingido os parâmetros de classe 3 da água da Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1572. Os próprios relatórios trazidos, seja pela contratada, seja pelas empresas e institutos relacionados para a verificação e acompanhamento dos resultados obtidos desmentem essa afirmação, conforme exaustivamente explicado em capítulo anterior.

1573. Ressalte-se ainda a atuação da Fundação Christiano Ottoni, composta por professores especialistas da Universidade Federal de Minas Gerais, que atesta não somente a ausência de comprovação de eficácia de um dos dois produtos utilizados na limpeza, mas também a existência de inúmeras técnicas para a limpeza da lagoa.

1574. É importante ressaltar que a inexigibilidade de licitação não significa ausência de controle ou transparência. A administração pública ainda precisa seguir princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na condução dos processos de contratação, mesmo quando opta por essa modalidade excepcional de contratação direta.

1575. No entanto, todas essas inconsistências foram ignoradas pelos órgãos de controle, que notadamente parecem querer se eximir da responsabilidade de fiscalização, atribuindo toda a responsabilidade aos pareceres técnicos, sem no entanto verificar a adequação destes com o processo ou com o ordenamento jurídico vigente.

1576. Com isso, restou completamente prejudicada a análise sobre a legalidade do procedimento, que foi feita pelo mesmo órgão que representou a defesa dos ora indiciados, o que representa um claro conflito de interesses.

VI.4 DO AUMENTO DO VALOR DO CONTRATO E DA REDUÇÃO DO OBJETO

1577. Conforme demonstrado, o atual contrato para a limpeza da lagoa realizado por inexigibilidade, foi iniciado pela empresa posteriormente contratada. No entanto, salta aos olhos que a administração municipal optou por reduzir as obrigações e resultados inicialmente apresentados pela própria empresa, e ainda assim, inexplicavelmente o valor do contrato aumentou.

1578. A imagem abaixo ilustra a proposta comercial enviada em agosto de 2023, que iniciou o processo de inexigibilidade de licitação, onde a empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresenta proposta para atingimento da Classe 3, segundo as resoluções vigentes.

2. TRATAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA PARA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CLASSE 3

Esta proposta técnica contempla como proposições para a Manutenção da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha em Classe 3, a aplicação do Biorremediador ENZILIMP*, destinado à degradação de matéria orgânica, e uso do Remediador Físico-Químico PHOSLOCK* desenvolvido para reduzir as concentrações de fósforo total em ambientes aquáticos naturais. A aplicação combinada destas tecnologias de recuperação ambiental, ambas com registro no IBAMA, possibilitará a manutenção dos dispositivos da Resolução CONAMA nº 375 de 2005 e DN COPAM/CERH/001-08 estabelecidos para águas de Classe 3 e, possivelmente, para águas de Classe 2 no caso de algumas variáveis. Na sequência serão apresentadas as informações técnicas de cada tecnologia bem como o memorial descritivo do cálculo das dosagens dos produtos para a manutenção da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

2.1 Remediador ambiental PHOSLOCK® para redução de Fósforo

O produto PHOSLOCK* foi desenvolvido para remediar os efeitos da eutrofização e devolver equilíbrio a ecossistemas aquáticos através da redução do excesso de fósforo.

20

CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA
Rua Itaobim, 154 - Santa Inês - CEP 31080-240- Belo Horizonte/MG
Telefax: + 55 31 3486-3300 www.cntambiental.com.br

1579. No entanto, o objeto final da contratação para a limpeza da Lagoa, excluiu, sem qualquer justificativa válida, as determinações para atingimento da Classe 3, em documento elaborado por Ana Paula e Ricardo Aroeira:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. OBJETO

Constitui objeto desta contratação a execução dos Serviços Especializados de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha.

2.1. Localização

2.1.1. Os serviços serão executados na Lagoa da Pampulha está inserida integralmente no município de Belo Horizonte, coordenadas WGS84 19°51'09" S; 43°58'42"O, na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça, Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas/MG na Bacia do Rio São Francisco, conforme indicado na Fig. 1.

Inexigibilidade DQ-13.019/23-IN
Processo: 01-050.870/23-61
Plano de Obras: P-O-INF-12-0702

Pág. 1 de 55
Contratação Direta
Projeto Básico

1580. O objeto contratado foi reduzido de maneira a não existir nenhum parâmetro objetivo para o novo processo de remediação. Em outras palavras, o município está pagando para a adição do biorremediador, sem qualquer resultado necessário para o pagamento.

1581. Esta alteração foi feita exatamente porque a prefeitura, ao receber os estudos de laboratórios acreditados, o que sequer foi exigido da contratada, identificou o não atingimento das metas definidas no edital, o que em tese, obstaría o pagamento.

1582. No entanto, ainda que o objeto contratado não tenha sido entregue, os pagamentos foram regularmente realizados.

1583. Mais estranho é que a servidora Ana Paula, engenheira da DGAU, contradiz os relatórios juntados ao processo e os estudos realizados pelos professores da UFMG, bem como os relatórios por ele emitidos.

1584. A servidora fraudou documento público ao afirmar que os padrões classe 3 foram atingidos durante período maior que os próprios relatórios anexados no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processo de inexigibilidade, valendo-se do cargo que ocupa para subsidiar uma contratação ineficiente, causando prejuízo à administração municipal:

1585. Nas palavras da servidora, um dos argumentos que embasa a justificativa para a contratação, ela dispõe que “segundo dados da PBH, no mês de janeiro de 2017 foram alcançadas as metas almejadas, as quais foram mantidas até março de 2018, quando os serviços foram paralisados”. Basta confrontar as informações com os gráficos juntados pela própria Prefeitura de Belo Horizonte, principalmente em relação aos níveis de fósforo na água, que seria a principal atuação do biorremediador escolhido.

1586. O mesmo trecho foi reutilizado para “justificar” a nova inexigibilidade, no processo de 2023, conforme se extrai das fls. 325: “No mês de janeiro de 2017, após dez meses de aplicação da tecnologia contratada, foram alcançadas as metas contratuais, as quais foram mantidas até março de 2018, quando o referido contrato se encerrou. No mês de outubro de 2018 foi firmado novo contrato, com objetivos similares aos da contratação anterior, cujos serviços se encerrarão em 2023.

1587. Causa espanto que, apesar da redução do objeto contratado, o valor do contrato aumentou em mais de 50% em relação à última contratação. Os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito questionaram não só a razão da contratação de empresa comprovadamente ineficiente, mas também o aumento do valor da contratação, que de 2021 para 2023, aumentou em mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), um aumento de aproximadamente 50% em apenas dois anos. Não respondidas as perguntas, permanece inexplicado o motivo do aumento, bem como os indícios fortes de direcionamento de licitação e possível enriquecimento ilícito de alguma das partes.

1588. Apesar da discrepância entre os valores, não houve qualquer atuação de órgão de controle do município para solicitar a justificativa, que inclusive foi exclusivamente embasada em notas fiscais da própria contratada.

1589. Assim, além da ausência de justificativa válida para o aumento do valor do contrato, que inclusive apresenta redução do objeto, o aumento permanece



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inexplicado, sendo fundamental o cancelamento imediato do referido processo de contratação.

VI.5 DA ATUAÇÃO JURÍDICA DO MUNICÍPIO E DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES

1590. Muito embora a estrutura da administração municipal possua órgãos de controle e fiscalização, que deveriam atuar na guarda dos princípios da Administração Pública e zelar pela idoneidade das contratações e adequação dos valores dispendidos pelo município, o que se percebe após a leitura dos pareceres jurídicos é que a responsabilidade é completamente deslocada ao órgão solicitante.

1591. Nesse sentido, pede venia para transcrever trechos do parecer da jurídico-co AJU-OBI nº124/2023: “6. Preliminarmente, releva consignar que a manifestação aqui esposada circunscreve-se à análise jurídico-formal da solicitação para contratação direta do Consórcio Pampulha Viva, por inexigibilidade de licitação, não cabendo a este opinativo imiscuir-se no mérito das justificativas, planilhas, cálculos e outros documentos de caráter técnico constantes dos autos, e tampouco na conveniência e oportunidade da realização da contratação, cuja competência é atribuída ao Gestor Municipal.”

1592. “7. Esta análise parte da premissa de que os autores dos documentos técnicos que embasam a contratação em teia são servidores públicos habilitados tecnicamente e fiscalizados pelos seus conselhos profissionais, respondendo pela área técnica da Administração Municipal. Não cabe a esta Parecerista interferir no mérito de suas conclusões, mas somente analisá-las sob o ponto de vista jurídico quanto a sua adequação ou não ao modelo de contratação proposto.

1593. 8. Assim, o presente parecer cinge-se ao exame prévio estritamente jurídico quanto à possibilidade jurídica da contratação pleiteada e não tangencia assuntos estranhos à solicitação formulada, sendo que o seu eventual silêncio opinativo não comporta referendo a qualquer documento ou situação não referenciados neste Parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1594. Assim, a análise técnica da conformidade do procedimento fica restrita a apenas 2 servidores: Ricardo Miranda Aroeira e Ana Paula Fernandes Viana, conforme se extrai dos documentos que instruem o processo.

25. No caso em análise, o valor da contratação foi estimado em R\$22.674.940,83 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e três centavos)⁸, a preços de maio de 2023, **sendo importante ressaltar que o cálculo desse valor, em todas as suas fases, é de inteira responsabilidade da área técnica, não cabendo a esta Parecerista adentrar no mérito desse ato.**

1595. Também salta aos olhos que até o regime de contratação escolhido seja definido por dois engenheiros, tarefa que foge completamente às atribuições do cargo e da capacidade de atuação em matéria de Direito Administrativo. Ainda assim, são novamente os dois servidores que fazem a definição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

729c
112
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei¹⁹.

85. Assim, cabe à área requisitante, por meio de conhecimentos técnicos, indicar o regime adequado conforme o objeto a ser contratado, de forma fundamentada nos autos, em atendimento à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário do TCU)²⁰. No caso, a adoção do citado regime para a execução do contrato a ser celebrado está justificada pela área requisitante:

Foi escolhido esse regime de execução porque os serviços são padronizados, com alto grau de previsibilidade e descrição pormenorizada, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos. Desse modo a empreitada por preço global se adequa melhor às suas características, uma vez que serão pagos por etapa, atendendo o Cronograma, de acordo com a evolução do desenvolvimento e conclusão dos serviços.

86. Destaca-se a responsabilidade do setor competente na escolha e motivação do regime de execução e consequente reflexo de tal decisão na definição das regras licitatórias, inclusive de pagamento, com vistas a evitar a desnaturação do referido regime ou mesmo o pagamento antecipado.

1596. Por fim, a primeira análise jurídica foi realizada sem que praticamente um terço dos documentos fossem enviados à procuradoria, conforme se extrai do parecer:

4. Os presentes autos estão organizados em 04 (quatro) volumes e aparentemente contêm 1.098 (mil e noventa e oito) folhas numeradas e rubricadas. Contudo, verifica-se que não consta dos autos as folhas 580-979, assim como não há registro de sua retirada na contracapa do processo. Por essa razão, recomenda-se à Gerência de Licitações da SMOBI que promova a devida regularização da numeração dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1597. No entanto, a mesma procuradoria do município que deveria zelar pelo correto seguimento dos procedimentos municipais, atendendo os requisitos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, patrocinou a defesa dos servidores Ricardo Miranda Aroeira e Ana Paula Fernandes Viana.

1598. Ressalte-se que não fez apenas o acompanhamento dos servidores municipais, ambos em cargos de alto escalão e que recebem adequadamente para custear as próprias despesas jurídicas. Apresentou incidente para alegar o impedimento do relator, e orientou aos servidores públicos a não responder os questionamentos que poderiam esclarecer o mau uso dos recursos públicos quando se trata de limpeza da Pampulha.

1599. A inversão de prioridade representa, em última instância, prejuízo ao município, tendo em vista que a análise jurídica não adentra no mérito das escolhas dos engenheiros, nem mesmo quando se trata de regime jurídico de contratação, mas intercede em incidentes judiciais estranhos à sua atribuição legal, patrocinando defesa particular em detrimento dos prejuízos aos cofres públicos.

1600. Recomenda esta comissão, que seja revista a forma de atuação do referido órgão, para que esteja de acordo com as suas atribuições legais, e para que promova a guarda dos interesses do município, e não de funcionários investigados por fraude contra os cofres públicos.

VI.6 DAS DEMAIS INCONSISTÊNCIAS DESCOBERTAS PELA CPI

1601. Conforme exaustivamente demonstrado, a análise da administração sobre a adequação dos procedimentos licitatórios recai apenas na verificação das justificativas apresentadas pela área demandante, sem discutir o mérito da adequação em nenhum momento.

1602. A verificação pelo órgão responsável, no caso a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é praticamente inexistente, tendo em vista que a autorização para a contratação foi assinada em documento SEM DATA, e posterior-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mente juntada ao processo após o transcurso das etapas obrigatórias, conforme se extrai do processo de inexigibilidade:

- 1.091); Apêndice XIII – Relatório Fotográfico (fls. 1.032-1.105);
- 4.2. Minuta de contrato (fls. 1.106-1.129);
- 4.3. Autorização para Inexigibilidade de Licitação, contendo aprovação do Projeto Básico, de acordo com as regras da Lei nº 14.133/2021, sem data, assinada pelo Secretário da SMOBI, Leandro César Pereira, devendo ser providenciada a datação desse documento (fl. 1.130);
- 4.4. Quarta Alteração do Acordo de Constituição de Consórcio celebrado entre as empresas Hidrosience Consultoria e Restauração Ambiental Ltda., Millennium Tecnologia Ambiental Ltda. e CNT Ambiental Ltda. (fls. 1.137-1.145);
- 4.5. Declaração assinada pelo titular da empresa líder do Consórcio de pleno conhecimento e aceitação das regras e condições gerais da

Página 3 de 9
Parecer Jurídico Complementar AJU-OB1 nº
124-A/2023
Processo nº 01-050.870/23-61

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura –
SMOBI Rua dos Guajajaras, 1107 – 18º andar –
Bairro de Lourdes – 30180-105 – Belo Horizonte/
MG

1603. Verifica-se que, em ambos os casos (tendo em vista que a primeira autorização para contratação foi substituída), o atual secretário de Obras, Sr. Leandro César Pereira, data os documentos a caneta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO


APROVO o Projeto Básico, tendo em vista a justificativa constante no item 3 do referido documento.

AUTORIZO a realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com vistas à prestação de serviços de **Serviços Especializados de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha**.

D O procedimento reger-se-á pela Lei n.º 14.133/21 e demais normas e regulamentos pertinentes.

Objetiva-se com a contratação proposta garantir o fiel cumprimento dos princípios constitucionais insculpidos no art. 37, caput, estando enquadrado na excepcionalidade do inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Belo Horizonte, 09 de Outubro de 2023.


Leandro César Pereira

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Rodrigo Ferreira Matias
RM 139102-8
Secretário Adjunto / Subsecretário da
Planejamento, Gestão e Finanças
SZ/OB1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

1130
g

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

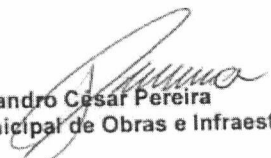
APROVO o Projeto Básico, tendo em vista a justificativa constante no item 3 do referido documento.

AUTORIZO a realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DQ-13.019/2023-IN**, processo administrativo 01-050.870/23-61, com vistas à prestação de serviços de **Serviços Especializados de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha**.

O procedimento reger-se-á pela Lei n.º 14.133/21 e demais normas e regulamentos pertinentes.

Objetiva-se com a contratação proposta garantir o fiel cumprimento dos princípios constitucionais insculpidos no art. 37, caput, estando enquadrado na excepcionalidade do inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023.


Leandro Cesar Pereira
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

1604. Dessa feita, inegável o indício de que a contratação do consórcio Pampulha Viva já estava anteriormente acordada, e a assinatura para autorização foi emitida em documento sem data, somente para ser incluído ao fim dos trâmites exigidos pelos setores internos.

1605. Também permaneceu sem esclarecimento, o motivo da inexigibilidade de contratação, ter sido estendido para as demais empresas que compõem o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

consórcio, mesmo não existindo qualquer contrato de exclusividade de produtos ou serviços pelas empresas MILLENIUM e CNT Ambiental.

76. Considerando o exposto e com amparo na análise técnica detalhada nos autos do presente processo administrativo, entende-se que se encontram preenchidos os requisitos acerca da exclusividade de aplicação e comercialização do produto *PHOSLOCK®* pela Hidrosience, o que inviabiliza a competição. Porém, não ficou claro que a existência de exclusividade quanto à atuação das empresas das MILLENIUM e CNT Ambiental. Nesse sentido, recomenda-se a área técnica proceder à complementação das informações.

1606. Assim, o município ampliou as hipóteses de contratação para além do que determina a Lei 14.133 de primeiro de abril de 2021, sendo imperativo o cancelamento do contrato.

1607. Posto isso, restou fartamente demonstrado que o a contratação foi precedida de inúmeros vícios, com objeto menor e valor 50% superior à contratação anterior, ocorrida apenas dois anos antes, o que demonstra a completa discrepância com qualquer índice de correção conhecido, e embasado única e exclusivamente nas manifestações de dois servidores, sem qualquer verificação do Poder Executivo municipal

1608. Encerradas as explicações, passamos à apresentação dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os contratos de limpeza da Lagoa da Pampulha.

VII DOS RESULTADOS DA CPI PAMPULHA

1609. Neste relatório, anunciamos uma série de medidas que essa Comissão Parlamentar de Inquérito já conquistou e ainda está propondo para chegarmos em medidas efetivas na recuperação da Lagoa da Pampulha. Pelas denúncias que foram realizadas pelos Vereadores membros deste trabalho, vimos que a Prefeitura ligou o sinal pela importância de atuar o escopo macro da Lagoa da Pampulha, atuando de forma multisetorial, em especial a parte do patrimônio cultural, para desenvolver ações na Lagoa da Pampulha. Apresentamos tam-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bém Projeto de Lei que visa proibir em definitivo a desvirtuação da utilização do espelho d'água da Lagoa da Pampulha, indicações para a prefeitura corrigir ações na sua gestão da lagoa e ainda listamos diversas outras tecnologias que poderiam estar sendo utilizadas em prol da sua recuperação.

VII.1 DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DA LAGOA DA PAMPULHA

1610. Além do intuito de apurar fato determinado relacionado à Lagoa da Pampulha, através da investigação de atos da administração pública municipal, buscou-se promover o debate e propiciar a apresentação de tecnologias, métodos de trabalho, pesquisas e soluções para a melhoria da qualidade da água da Lagoa.

1611. Ressalta-se que durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito foi possível vislumbrar e colacionar outras tecnologias diversas da que foi implementada pela Prefeitura de Belo Horizonte, a qual não cumpre o objeto do contrato administrativo, que é manter o padrão classe 3 de qualidade da água.

VII.2.1 DAS TECNOLOGIAS APRESENTADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM 2011 E EM 2013

1612. No ano de dois mil e onze, o município de Belo Horizonte através da Secretaria de Obras e Infraestrutura, com base no Decreto Municipal 10.710/01 e Lei 8.666/93, realizou um chamamento público (publicado no DOM no dia 16 de abril de 2011) por meio do credenciamento de empresas que quisessem apresentar propostas ou sugestões para o trabalho de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha, mostrando-se, nesse primeiro momento, aberta para tal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o biorremediador *Enzilimp*, sem apresentar, contudo, experiência ou forma de condução das atividades.

1620. A LG SOUND enviou proposta que consistia na emissão de ondas sonoras para controle de crescimento de algas e bactérias, com destaque para eliminação de cianobactérias. Já a empresa Mastertreat trabalha com a tecnologia italiana Eurovix, que utiliza produtos biotecnológicos liofilizados como enzimas e microrganismos.

1621. Por fim, a Odebrecht, na época, apenas manifestou interesse, porém não enviou tecnologia para recuperação da Lagoa da Pampulha.

1622. No ano de 2013, abriu-se processo licitatório SCO-03312013, oportunidade na qual 03 (três) empresas manifestaram interesse: Consórcio Pampulha Viva, Consórcio Vilasa Petroclean e DT Engenharia Ltda.

1623. A tecnologia do Consórcio Vilasa Petroclean consistia em procedimento com aplicação de ozônio e oxigênio *in situ* e em larga escala para revitalização e melhoria da qualidade de águas superficiais para redução de coliformes fecais, bactérias, parasitas e micróbios, remover a biomassa e reduzir a concentração de nutriente, eliminar a amônia e tóxicos, estabilizar o PH e eliminar os odores, tecnologia denominada *Oxy-Plus*.

1624. A DT Engenharia apresentou proposta de tratamento por meio da ampliação da ETAF - Estação de Tratamento de Águas Fluviais - Ressaca e Sarandi ou construção de novas na região da Bacia da Pampulha. Trata-se do Sistema Flotflux®, aplicada através da ETAF cuja eficácia, segundo a empresa, é comprovada e mencionada em diversas publicações de Congressos Brasileiros de Engenharia Sanitária, consistindo na captura de fósforo, com resultados de 90% de redução, redução de turbidez, sólidos suspensos totais, coliformes fecais e demais parâmetros.

1625. De acordo com o próprio site da Flotflux, tecnologia patenteada e desenvolvida pela DT Engenharia, o método Flotflux® é um processo de flotação em fluxo patenteado e de alta eficiência, utilizado para diversas finalidades, como a despoluição de corpos hídricos, o tratamento de água e esgoto e a criação de parques balneários, com mais de 70 instalações já implantadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1626. Já o Consórcio Pampulha Viva, formado por CNT Ambiental LTDA, Millennium Tecnologia Ambiental LTDA e Hydroscience Consultoria e Restauração Ambiental LTDA, apresentou proposta de tratamento via Enzilimp aliado ao Phoslock, sendo que o Enzilimp é tecnologia da Millenium LTDA e o Phoslock da Hydroscience Consultoria LTDA, posto que coube à CNT apenas realizar o monitoramento da qualidade da água.

1627. Após o processo que perdurou cerca de dois anos, sendo marcado por recursos e discussões acerca da lisura, o vencedor do certame foi o Consórcio Pampulha Viva, resultando no contrato AJ 32/2015 entre o Município de Belo Horizonte e o referido Consórcio, o qual continuou operando suas atividades na Lagoa, haja vista renovação do contrato por inexigibilidade de licitação em 2018.

1628. Contudo, tem-se que as tecnologias adotadas de forma conjunta não tratam as causas do problema da Lagoa, haja vista que não atuam nos afluentes e efluentes, cargas estas que entram no corpo hídrico mencionado diariamente, em uma taxa maior que pode suportar e dissolver, principalmente por se tratar de um corpo hídrico represado.

VII.2.2 DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA CPI

1629. Na 14ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2023, o pesquisador e ex-professor do departamento de hidráulica e saneamento da Unicamp, Luiz Mário Queiroz Lima, trouxe até a CPI um modelo de desassoreamento e despoluição para ser aplicado nos córregos através de pequenas lagoas de sedimentação acrescido de jardins filtrantes (imagem 1 e 2), visto que, segundo ele, as possíveis soluções seriam focar nos córregos que trazem sedimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Imagem 1 - lagoas de sedimentação e jardins filtrantes



Imagem 2 - aplicação da tecnologia de jardins filtrantes.

Americana/SP, Brasil

1630. Outro modelo apresentado por ele é uma tecnologia de despoluição de uso urbano que é a transformação dos córregos em parques lineares, onde existe o tratamento dos afluentes e cria um espaço para utilização pública. Tudo isso com a participação da iniciativa privada.

1631. Nesse sentido, o professor exemplificou os países que estão utilizando essa tecnologia que têm dado certo, como a exemplo da França. Ele também



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentou outras tecnologias que poderiam ser usadas, como a distribuição de geotubos.

1632. Já no dia 13/06/2023, ocorreu na Câmara Municipal, no Plenário Helvécio Arantes, às 9h30min, a 25ª Reunião da CPI, a qual consistiu na realização de Audiência Pública a fim de oportunizar às empresas espaço para exporem tecnologias e possíveis soluções para o tratamento da água da Lagoa da Pampulha, isto é, seu desassoreamento, retenção e retirada de resíduos, assim como de lixo sobrenadante.

1633. Sendo assim, o referido instrumento de participação popular contou com a presença de Carlos Eduardo Borges Pereira representante da CAESB- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Renato Abucham da VERUS AMBIENTAL e Décio Chami da PROTENCO ENGENHARIA.

1634. No entanto, as colocações do Sr. Carlos Eduardo Borges Pereira, diretor da companhia de saneamento do Distrito Federal (CAESB), responsável pelo projeto de despoluição do Lago Paranoá em Brasília, chamaram a atenção, haja vista sua posição no sentido de defender medidas que focam nas causas do problema e não nos efeitos, posicionamento amplamente defendido pela maioria dos membros da CPI ao longo dos trabalhos. Pois bem.

1635. O diretor da CAESB explicou que no decorrer das últimas décadas, o Lago Paranoá passou por um cenário significativo de poluição, atingindo quase 100% de contaminação na década de 1970. No entanto, esforços de recuperação e a implementação de medidas de saneamento básico resultaram em progressos consideráveis. Exibiu vídeo e ressaltou que vinte anos depois as cargas praticamente desapareceram, demonstrando a importância de ações efetivas nas causas do problema, para a preservação e recuperação do lago supra-mencionado.

1636. Aduziu que não focaram somente no tratamento da bacia do paranoá propriamente dita, mas principalmente nos afluentes que deságuam no lago, haja vista que a poluição era causada por altas cargas de sedimentos e esgotos trazidos pelos córregos. Em auditoria contratada o relatório atestou que os efluentes que chegavam ao lago eram os responsáveis pelo acúmulo de matéria orgânica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1637. Destacou, ainda, que em 5 (cinco) anos já foi possível obter resultados satisfatórios, que levaram ao retorno das atividades de recreação, lazer e esporte, pontuando, inclusive o desenvolvimento do cultivo de camarões, o que impulsiona o turismo gastronômico, enquanto o Consórcio Pampulha Viva atua na Pampulha há quase 10 (dez) anos e não foi possível enxergar mudanças eficientes.

1638. Em segundo momento, Renato Abucham, da Verus Ambiental, empresa especializada em remediadores ambientais, discorreu sobre método que atua via produto que reduz os odores, assim como o lodo no fundo da lagoa. Esse produto é o Acell3 utilizado também na produção de detergentes, pois é capaz de quebrar moléculas de gordura.

1639. Trata-se de um químico ambiental altamente biodegradável que pode ser usado em efluentes. Pontuou que a solução ajudaria a tratar as causas, haja vista, principalmente, a ampla experiência no Rio Pinheiros em São Paulo, onde houve a redução de fósforo, nitrogênio, ácidos graxos e consequente melhoria nos parâmetros de qualidade, sem incorrer em despesas com equipamentos e ampliações. *In verbis:*

“Aplicado-se continuamente o nosso produto numa concentração de 1 ou 2mg/L, de acordo com a vazão e por um período contínuo de alguns meses, a água já deixa de exalar mau odor. O tratamento, ao longo do tempo, leva à biodegradação também do lodo de fundo. E a redução da tensão superficial impede que mosquitos depositem suas larvas na superfície da água. Testes realizados com as águas do Rio Pinheiros passando por um canal que simulava em escala reduzida um longo trecho do rio e as melhorias foram imediatas.”

1640. Por último, o Sr. Décio Chami, da Proteco Engenharia Ltda., apresentou o “Projeto Pampulha”, idealizado em 1997 e que se mantém atual. Em sua explanação, Décio Chami, informou que participou do Projeto em 1997, o qual trazia um novo conceito de desenvolvimento para Belo Horizonte e, por conse-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

guinte, para a Região da Pampulha. Ademais, o projeto atuaria também no desassoreamento e nos córregos Sarandi e Ressaca.

1641. Durante a sua fala expôs o que se segue:

“26 anos depois o projeto precisa de adaptações, mas vários conceitos continuam atuais. O projeto vislumbra o lado da sustentabilidade e a recuperação de toda Pampulha. Este trabalho completo envolveu mais de 100 profissionais de diversas áreas que conceituaram e deram soluções para cada um dos problemas da lagoa”

1642. Dessa forma, diante do exposto, resta claro que as propostas apresentadas para tratamento e melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, atingindo os parâmetros (IQA: oxigênio dissolvido, fósforo total, nitrogênio total, turbidez, temperatura, ph, DBO e coliformes termotolerantes) são diversas. Logo, não há que se falar em inércia do Executivo por falta de soluções para a Lagoa.

VII.3 DA PRODUÇÃO DE PROJETO DE LEI PARA PROTEÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA

1643. Em razão das diversas ofensas vivenciadas pela Lagoa da Pampulha, está sendo apresentado o projeto de lei anexo que *“Dispõe sobre a vedação de atos que alterem o aspecto paisagístico, ecológico, histórico e cultural da Lagoa da Pampulha.”*

1644. Na justificativa do projeto foi destacado que:

Toda ação que gera resíduos capazes de causar danos ao meio ambiente deve se responsabilizar pela correta destinação destes.

Ocorre que, através dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, restou constatado que a área conhecida como Enseada do Zoológico integrava o espelho d'água da Pampulha antes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do assoreamento em decorrência da prática de bota-espera, que acabou se tornando bota-fora.

O bota-espera é um acúmulo proposital de resíduos em determinado local até que seja feito o seu transporte definitivo (bota-fora). No caso da lagoa, a prática vinha sendo realizada pela ETC Empreendimentos, empresa responsável, paradoxalmente, pelo seu desassoreamento.

Além disso, discutiu-se sobre a autoria do plantio de espécies exóticas na orla da Lagoa sem a prévia autorização dos órgãos de proteção ao patrimônio.

Diante disso, faz-se necessária a vedação de tais práticas, assim como a atribuição de responsabilização pelo depósito irregular de resíduos, principalmente em locais tombados pelo poder público.

VII.4 DAS INDICAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS PELA A PREFEITURA

1645. A Indicação é um instrumento legislativo por meio do qual se sugere à autoridade competente a realização de medida de interesse público. Tal instrumento está previsto no art. 129, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1646. Ao total estão sendo anexadas a este Relatório sete Indicações aptas a produzirem resultados positivos para o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha. As referidas proposições legislativas são frutos do trabalho realizado na Comissão Parlamentar de Inquérito, para corrigir graves problemas históricos que afligem a lagoa em seu tombamento.

1647. Nesse sentido, busca-se sugerir ao poder público medidas capazes de recuperar o Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Frisa-se que todas as medidas foram vastamente discutidas durante as Reuniões, sendo que algumas estão, inclusive, previstas em acordo judicial firmado pela Prefeitura de Belo Horizonte na Justiça Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1648. A primeira Indicação tem como finalidade propor ao IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais que seja exigido da Prefeitura o imediato desassoreamento da Enseada do Zoológico, conforme condicionante estabelecida por este próprio órgão para que fosse autorizada a implementação do Parque Francisco Lins do Rêgo.

1649. A segunda Indicação será encaminhada ao Prefeito Fuad Noman, bem como ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, Senhor Leandro Cesar Pereira, para que seja retirada, desde logo, a população de Leucenas (*Leucaena leucocephala*) do Parque Ecológico Francisco Lins do Rêgo e da Enseada do Zoológico, haja vista se tratar de espécie exótica que descaracteriza o bem tombado.

1650. Já a terceira Indicação, também a ser encaminhada ao Exmo. Prefeito Fuad Noman e Secretários Leandro César e José Reis Nogueira de Barros, tem como objetivo a retirada imediata da estrada de serviço situada dentro do corpo hídrico do espelho d'água Lagoa da Pampulha, assim como a urgente recuperação da área degradada.

1651. A quarta Indicação é para que sejam tomadas as medidas punitivas dos responsáveis que não realizarem as conexões de esgotamento sanitário nos locais onde já está disponível rede para a ligação predial, conforme plano de ação traçado no acordo judicial.

1652. A quinta Indicação, também baseada no acordo homologado, tem como fim a sugestão de desapropriação e criações de faixa de servidão previstas no referido acordo para erradicação do lançamento de esgoto na bacia.

1653. A sexta Indicação busca uma melhor eficiência da gestão da Lagoa da Pampulha, devendo ser definido um responsável direto, dentre os membros da Comissão Integrada para Gestão da Pampulha, criada pelo Decreto - 18318/2023. Tal pessoa deverá ser a deverá instituir dispositivos de proteção à Lagoa da Pampulha, para que independente de qualquer ação da COPASA ou da Prefeitura de Contagem, sejam tomadas medidas que impeçam os contínuos aportes poluidores.

1654. Por fim, destaca-se que a sétima indicação já foi aprovada por esta CPI. A Indicação 239/2023, indicou ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutu-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ra, Leandro César Pereira, a sugestão de revogação de imediato do edital de licitação SMOBI DQ - 016/2023, que possui como objeto a "Contratação dos Serviços de Consultoria para Elaboração do Plano de Requalificação da Enseada do Zoológico da Lagoa da Pampulha e o Plano de Erradicação da População da Leucena (*Leucaena leucocephala*) do Parque Ecológico Francisco Lins do Rego e da Enseada do Zoológico.", uma vez que não cabe a requalificação da enseada do zoológico, mas apenas seu desassoreamento, sob pena de estar ofendendo um patrimônio tombado.

VII.5 DA COMISSÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DA PAMPULHA

1655. Um dos principais fatores que foi exposto por essa Comissão Parlamentar de Inquérito foi a incapacidade da prefeitura de Belo Horizonte em atuar de forma conjunta nas intervenções que são realizadas na Lagoa da Pampulha.

1656. Como dito, pelo seu tombamento a lagoa exige uma atuação permanente do setor de cultura, com o setor ambiental e demais áreas que façam qualquer serviço ou obra em sua circunscrição.

1657. Pelas denúncias de contratos que deixaram um legado de graves ofensas ao nosso patrimônio, como estradas de serviços, aterros, plantação de espécies invasoras e sujeira, a prefeitura lançou a comissão integrada para gestão da Pampulha, como amplamente noticiado pela mídia³⁵.

1658. A Comissão foi criada por meio do Decreto - 18318/2023, assinado pelo prefeito Fuad Noman no dia 16 de maio, durante a abertura das comemorações dos 80 anos do Conjunto Moderno da Pampulha e dos 7 anos da conquista do título de Patrimônio Cultural Mundial, conferido pela Unesco, como Paisagem Cultural.

1659. Tal normativo estipulou as competências e composição:

Art. 2º – Compete à Comissão de Gestão Integrada do Conjunto Moderno da Pampulha, no que diz respeito ao

³⁵https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/05/16/interna_gerais,1494667/prefeito-de-bh-fuad-noman-cria-comissao-integrada-para-gestao-da-pampulha.shtml
<https://www.hojeemdia.com.br/minas/pampulha-celebra-oito-decadas-mas-ainda-enfrenta-desafio-de-despoluir-lagoa-1.961843>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial e sua área de amortecimento:

I – coordenar e articular ações, projetos e intervenções de órgãos públicos e do setor privado;

II – articular ações institucionais de fomento, financiamento e captação de recursos para a implantação e manutenção das ações de conservação;

III – promover e acompanhar ações de treinamento de agentes multiplicadores;

IV – sugerir políticas e diretrizes para o desenvolvimento integrado e sustentável;

V – promover a execução e o acompanhamento integrado de projetos de requalificação de espaços públicos, obras de mobilidade urbana e de saneamento identificados como prioritários;

VI – implementar a política de comunicação proposta;

VII – contribuir para a atualização da legislação pertinente;

VIII – sugerir diretrizes para ações de monitoramento que proporcionem a avaliação do estado de conservação e a melhoria das condições de fruição do bem.

Art. 3º – A Comissão de Gestão Integrada do Conjunto Moderno da Pampulha será composta pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal de Cultura – SMC –, que a coordenará;

II – Fundação Municipal de Cultura – FMC –, que atuará como secretário executivo;

III – Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU;

IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;

V – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VI – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL;

VII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE;

VIII – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI;

IX – Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap;

X – Superintendência de Limpeza Urbana – SLU;

XI – Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – Sumob;

XII – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur;

XIII – Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP;

XIV – Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS;

XV – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG.

1660. A movimentação para criação desta comissão é um dos importantes resultados obtidos por esta Comissão, com a exposição das mazelas acometidas pela prefeitura, em especial do seu desleixo na confecção dos processos licitatórios que não possuíam a compreensão da importância do tombamento de todo o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha, incluindo sua orla e seu espelho d'água.

VII.6 DO MAPA INTERATIVO DOS MARCOS E CONTRATOS INVESTIGADOS POR ESSA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

1661. Como enaltecido no início do capítulo IV, No intuito de facilitar a compreensão dos marcos balizadores deste trabalho e dos contratos investigados, estamos a disponibilizar o link que possui o mapa histórico interativo, com do-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIII.1. DAS ALTERAÇÕES À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DO ENQUADRAMENTO DOS AGENTES MUNICIPAIS

1666. Antes da individualização de condutas, cabe destacar que a Lei 8429 de 02 de junho de 1992, também conhecida como Lei da Improbidade Administrativa, é um dos principais instrumentos de proteção do patrimônio público e responsabilização de agentes políticos por atos ilícitos praticados no exercício das funções.

1667. Muito embora a aplicação do diploma legal tenha se mostrado relativamente eficaz no combate à corrupção pelos últimos anos, a lei foi alterada no ano de 2021 para restringir as hipóteses de responsabilização desses agentes.

1668. A partir da Lei 14.230 de 2021, passou-se a exigir o dolo específico do agente para que haja sua responsabilização nos termos estabelecidos pela Lei, que dispõe:

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

(...)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

1669. Nesse sentido, a aplicação da Lei é restrita ao agente que age intencionalmente para alcançar o resultado ilícito. Entretanto, não só as condutas comissivas se amoldam ao disposto no supracitado §2º.

1670. Muito embora haja extensa discussão sobre a natureza da Lei de Improbidade Administrativa (cível, penal, eclética...) certo é que o instituto do dolo específico trazido é aprofundado no estudo do Direito Penal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1671. Assim, necessário identificar se a omissão do agente público foi relevante para o acontecimento do fato ilícito, se tinha o agente o dever legal de atuar para impedir o resultado, e se tinha ou deveria ter conhecimento dos fatos que deveria impedir, e que posteriormente causaram lesão ao patrimônio.

1672. Vale dizer também que, no Direito Administrativo, existe o poder-dever da administração e dos funcionários e servidores que lhes fazem as vezes, não se tratando de mera faculdade a aplicação da Lei ou a fiscalização da correção dos atos. Não existe discricionariedade na atividade fiscalizatória, uma vez que a inércia tem o mesmo potencial de causar prejuízo ao erário que uma conduta comissiva.

1673. Quando o agente público toma ciência de fato que causou ou tem potencial de causar prejuízo (ou deveria tomar ciência em razão de documentos públicos produzidos pelos demais órgãos da administração) a ação é medida que se impõe.

1674. Ocorre que, na Prefeitura de Belo Horizonte, servidores de alto escalão ignoraram durante anos não só os documentos, mas os indícios visuais claros das intervenções ilegais, principalmente na lagoa da Pampulha.

1675. Estamos falando do aterramento de grande área do espelho d'água de patrimônio cultural tombado. Estamos falando da construção de estradas para caminhões no local onde a orla não poderia ser alterada. Estamos falando de 5 toneladas de lixo semanalmente retirados de um dos cartões postais da capital de Minas Gerais.

1676. Se a completa inação é ilegal e prejudicial na medida em que não impede a destruição e dilapidação do patrimônio, a ação inadequada também o é.

1677. Ao ignorar os documentos técnicos que demonstram cabalmente a ineficiência do tratamento escolhido, não há como afastar a responsabilidade dos gestores sob o argumento que “providências foram adotadas”. Pelo contrário, demonstram que existe interesse diverso da preservação e limpeza por trás da assinatura dos contratos, importando em enriquecimento ilícito de particulares selecionados pelo próprio administrador.

1678. O que verificou-se nessa CPI foi uma ação sistemática do Poder Público, operado por um núcleo de servidores corruptos da DGAU e SMOBI, que há



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anos detém o controle das ações de preservação e limpeza, além de participar ativamente da elaboração dos procedimentos licitatórios de maneira a garantir que determinadas empresas sejam vencedoras, recebendo milhões anualmente e sem qualquer resultado significativo, tudo isso com o suporte e a conivência de secretários do município.

1679. Dessa forma, restando comprovado o dever de fiscalização em razão da natureza do cargo ou função, a produção de documentos e estudos informando sobre as irregularidades, o direcionamento de licitação e a omissão criminosa na fiscalização da execução, que possibilitou o pagamento mesmo sem o cumprimento do contrato, não há como afastar a responsabilidade pelos ilícitos capitulados na Lei 8429/92.

1680. Todos os servidores indiciados, em algum grau, praticou conduta de improbidade em sua gestão na administração pública do Município de Belo Horizonte. Passa o relator a promover a individualização das condutas para posterior responsabilização.

VIII.2 INDICIAMENTOS

VIII.2.1 RICARDO DE MIRANDA AROEIRA

1681. Conforme demonstrado, Ricardo de Miranda Aroeira é um dos principais responsáveis pela atual situação da Lagoa da Pampulha, considerando sua intensa atuação para preservar contratos ineficientes reiteradamente renovados, a despeito de todas as evidências sobre a ineficiência, referendando ações que ofendem o patrimônio cultural, além de tentar justificar o que só pode ser definido como fraude aos procedimentos licitatórios.

1682. Como Diretor da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas (DGAU), Ricardo foi peça importante ou essencial em todos os contratos investigados e seus respectivos processos de contratação, inclusive no contrato firmado após o encerramento da primeira CPI sobre a Lagoa da Pampulha, por meio do edital 13.019, realizado também por inexigibilidade de licitação, demonstrando a continuidade do mesmo *modus operandi* que deu início às investigações, alheio a todas as recomendações do Poder Legislativo sobre a existência de ilegalidade no procedimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1683. Em sua atuação, observamos que, valendo-se de sua função pública e do cargo que ocupa, referendou a necessidade de contratação do Consórcio Pampulha Viva, como sendo a única solução disponível para a limpeza das águas da lagoa, a despeito do reiterado não atingimento dos resultados determinados pelas contratações anteriores.

1684. O que se constata é a vontade de manter esse cenário no qual uma enorme quantidade de lixo, dejetos e esgoto chega na lagoa, somente para preservar as contratações já comprovadamente ineficientes, ao custo de milhões de reais por ano sem ações para impedir a chegada de águas contaminadas.

1685. Daí surge a muito dita expressão ouvida nesta CPI de que os trabalhos na Lagoa da Pampulha são apenas para enxugar gelo. Ou seja, trata-se de uma expressão no sentido figurado para expressar que os trabalhos realizados até então na Lagoa da Pampulha não têm tratado as causas, mas somente os efeitos e problemas, o que faz com que a origem destes não se estanque.

1686. Ao remediar as águas sem impedir a chegada de esgoto no leito da lagoa, cria-se um gasto perene e exorbitante, uma vez que o ciclo nunca terminará se não houver medidas para impedir essa entrada de material. Aceitar inerte esta situação é colocar na contramão a necessidade de economicidade e eficiência dos gastos públicos.

1687. No que tange ao contrato AJ-057/2018, cujo objeto é o atingimento de padrão de água classe 3, por inexigibilidade, baseado nos relatórios já descritos, torna-se evidente o não atingimento de seu objetivo e a própria razão de sua contratação. O interessante é que não se verifica nenhuma ação, por parte deste gestor que determine a execução contratual conforme se pede, nem de outra forma sua glosa de pagamentos. Neste caso, diante das regras de direito público, por tratar-se de questão objetiva, não há que se falar em relativização de resultados.

1688. Já demonstrou-se que dos 68 itens da Resolução CONAMA/357/2005 para o atingimento de Classe 3, houve a inadequada redução a apenas 5, que também não foram cumpridos, conforme observado nos relatórios apresentados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1689. A manifestação do investigado para desacreditar o trabalho de ETAF, afirmando que a estação de tratamento só opera em tempo seco, e de que já há um passivo mergulhado no fundo da Lagoa, choca com diversos entendimentos científicos apresentados nesta Comissão.

1690. A sucessão de atos equivocados, caros e comprovadamente ineficazes, estando o referido servidor à frente dos trabalhos envolvendo a despoluição e o desassoreamento da Lagoa da Pampulha, só leva a uma conclusão lógica, qual seja o envolvimento deste servidor nas condutas lesivas ao município de Belo Horizonte, ao seu erário e a seu patrimônio cultural, tanto por ação, ao direcionar a contratação de empresa ineficiente, quanto por omissão, uma vez que os valores foram integralmente pagos mesmo com o descumprimento das determinações do edital.

1691. Não se pode alegar ignorância, uma vez que a Prefeitura e o próprio Sr. Ricardo foram notificados diversas vezes pelo Ministério Público Federal, Estadual e de Contas. Ele agiu dolosamente na condução das ações da DGAU, mantendo contratos nocivos e ilegais na Lagoa da Pampulha, deixando de investir nas causas dos problemas.

1692. Cabe observar que o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira figura como uma espécie de responsável geral das questões que tratam da Lagoa da Pampulha. Suas manifestações, ainda que frontalmente contrárias aos documentos contidos no próprio procedimento de inexigibilidade, serviram para embasar a assinatura pelo titular do órgão de maneira a ratificar os processos de inexigibilidade. É ele quem figura nas respostas diversas, mesmo de outros órgãos e departamentos, quando se trata de questões relativas à Lagoa.

1693. O servidor afirmou, na oitiva do dia 06 de junho de 2023, ainda na primeira CPI realizada, derivada do requerimento 267/2022, que foi convocado pelo Prefeito Márcio Lacerda, à época da licitação SCO 33/2013, para tratar diretamente sobre uma questão contratual envolvendo o tema. Assim, o próprio depoimento aponta para o controle e a responsabilidade sobre as ações que envolvem a Lagoa da Pampulha.

1694. Ora, nenhum daqueles hierarquicamente superiores, secretários ou superintendentes foram chamados, mas tão somente o próprio Ricardo. Declarou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ainda que o Prefeito o determinou a encaminhar e-mail ao Sr. João Carlos, da Empresa DT Engenharia. E-mail este, causa de ilegalidade por negociar condições não estabelecidas no processo SCO 33/2013.

1695. Pelos elementos de prova colhidos, é possível indicar o Sr. Ricardo como um dos principais agentes para a concretização de todos os processos investigados pelos parlamentares.

1696. Quando da assinatura do contrato AJ-032/15, celebrado aos 09/11/2015, com o valor contratado R\$29.596.000,00, verificam-se pagamentos da ordem de R\$37 milhões de reais, amparados no referido contrato, conforme planilha encaminhada em resposta ao requerimento n. 55/23 da CPI Pampulha (f. 442/445 do PDF anexado em resposta), o que corresponde a um acréscimo de cerca de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor contratado, tendo ocorrido reajustes desde o primeiro pagamento, o que já se revela abusivo e contrário ao melhor interesse do município.

1697. Conforme cláusula décima do contrato AJ-032/15, os preços são fixos e irrealizáveis, pelo período de 12 (doze meses), a contar da data do orçamento referencial – planilha de orçamento – Anexo II-a do edital de licitação SCO-033/2013-CC. Para aplicação do reajuste, dispõe o contrato que seriam considerados os índices publicados na revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, relativa ao mês de agosto de 2013.

1698. Na planilha de pagamentos relativos ao contrato AJ-032/15, verificam-se pagamentos com reajustamento, desde o início do contrato, que variam de 12,49% a 25,49%.

1699. Por sua vez, as Guias de Liberação de Medição (GLM), registram desde o primeiro pagamento reajuste que retroage ao mês de agosto/2013, e tal reajustamento não deve prevalecer. Isso porque, quando do prosseguimento do processo licitatório, em 2015, após a paralisação por aproximadamente 02 anos, a comissão de licitação solicitou a manifestação formal dos licitantes pela “manutenção das propostas de 2013”. Essa confirmação em 2015 deve ser considerada como data da proposta. Assim, mais uma vez, não se mostra razoável o critério de reajustamento que tomou por data-base os valores da proposta apresentada pelo Consórcio Pampulha Viva em 2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1700. Tudo isso foi avalizado pelo Sr. Ricardo de Miranda Aroeira.

1701. Também, recai sob sua responsabilidade a transição entre o contrato AJ-032/2015 e a inexigibilidade do contrato AJ-57/2018, em evidente fraude licitatória para garantir o contrato do Consórcio Pampulha Viva, conforme detalhado no item IV.3.5 deste Relatório, em especial o item IV.3.5.3. Neste último caso, contou ainda com a ajuda da Ana Paula Furtado, que foi utilizada como a base para sustentar, também nesse procedimento uma inexigibilidade fantasiosa e incompatível com o ordenamento jurídico vigente.

1702. Novamente, no edital 13.019/2023, é o Sr. Ricardo que figura, juntamente da Sra. Ana Paula Furtado, como os responsáveis técnicos que atestam a necessidade de contratação por inexigibilidade, sob argumentos frágeis e contraditórios nos próprios documentos, conforme demonstrado.

1703. Ademais, mesmo após os questionamentos da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, realizou novamente as mesmas ações apontadas como lesivas e ilegais, no processo 01-050.870/23-61, que resultou na inexigibilidade de licitação de número 13.019/2023, contratando novamente o consórcio Pampulha Viva pelo valor de R\$ 22.512.525,14 (vinte e dois milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos).

1704. A própria PGM aponta Ricardo como sendo o responsável por subsidiar a contratação, às fls. 708 do referido processo de inexigibilidade, ao afirmar que “A contratação demandada é fundamentada na seguinte justificativa apresentada pelos Engenheiros Ricardo de Miranda Aroeira e Ana Paula Fernandes Viana Furtado, ambos da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da SMOBI”.

1705. Necessário ressaltar que os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito questionaram não só a razão da contratação de empresa comprovadamente ineficiente, mas também o aumento do valor da contratação, que de 2021 para 2023, aumentou em mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), um aumento de aproximadamente 50% em apenas dois anos. Não respondidas as perguntas, permanece inexplicado o motivo do aumento, bem como os indícios fortes de direcionamento de licitação e possível enriquecimento ilícito de alguma das partes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1706. É também Ricardo de Miranda Aroeira que concede a maioria das reportagens que buscam esclarecimentos sobre a Lagoa da Pampulha pela Prefeitura. Sejam em matérias jornalísticas, documentários ou entrevistas, ele é o responsável indicado. E nestes, muitas das vezes contradizem seus próprios argumentos, como no caso das matéria publicadas em dezembro de 2016 e março de 2017, em que afirma que a lagoa estará apta a esportes náuticos, matérias essas que foram recordadas pela reportagem da Rede Globo na exibição de um documentário por ocasião do aniversário de 80 anos da Lagoa da Pampulha, Reage Pampulha, no dia 06/05/2023. Nessa reportagem o Gestor muda a versão apontando que a afirmação de outrora era apenas uma possibilidade.

1707. Ainda, essa Comissão, em sua análise de documentos, não poderia deixar de levar em consideração, Ata da 96ª reunião COMUSA, realizada sem quórum necessário, e que o referido servidor na qualidade de Conselheiro e de Secretário Executivo, de maneira natural discorre a reunião, conclui e lavra ata, assinando-a. O servidor discorreu sobre as ações de recuperação da qualidade das águas. Mas o principal nisso tudo é evidenciar mais uma vez o poder do referido servidor, que se fez valer até mesmo uma reunião sem quorum, desde que a mesma sirva a seus interesses.

1708. Diante do exposto, não restam dúvidas da atuação do referido servidor, diretor e gestor do contrato de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, após todo o esforço desta CPI, ouvidos testemunhas, relatos e apresentações de técnicas, que também contou com participações diversas e do próprio testemunho, levando às seguintes conclusões:

1709. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento pela possível prática dos crimes definidos nos arts. 171, 297, 299, 317, 319, 320, 321, 335, todos do Código Penal; pelos crimes em licitações e contratos administrativos na forma dos art. 337-F, art. 337-K e art. 337-L do CP, com redação dada pela Lei n. 14.133/2021; além dos crimes previstos na Lei 9605/98, que define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; pelo descumprimento dos arts. 17 e 18 do Decreto-lei n. 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além dos crimes previstos nos termos do art. 11, V, da Lei 8429/92,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de improbidade administrativa, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

VIII.2.2 ANA PAULA FERNANDES VIANA FURTADO

1710. Conforme demonstrado no decorrer dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resta claro também, o papel central desempenhado pela servidora Ana Paula Fernandes Viana Furtado, engenheira civil da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, na articulação e execução do esquema para o favorecimento de empresas e pessoas nos contratos que envolvem a qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, em detrimento do erário municipal.

1711. Parte do esquema ilegal e lesivo, consistiu, como exaustivamente demonstrado, na reiterada contratação de intervenções para limpeza das águas de um dos cartões postais da cidade de Belo Horizonte, mesmo tendo sido comprovadamente ineficiente para atingir os resultados determinados em edital pela própria Administração.

1712. Para tanto, a servidora valeu-se da função desempenhada para falsear a realidade a fim de subsidiar a repetida contratação de empresa específica, no caso o Consórcio Pampulha Viva, para o serviço de limpeza das águas, fraudando o certame licitatório e ignorando vários dos princípios básicos da Administração Pública, como impessoalidade, moralidade e eficiência, sem prejuízo de caracterizar também, ilícito na esfera criminal.

1713. Ana Paula Fernandes Viana Furtado figura como signatária dos seguintes atos: - “projeto básico da contratação”; “cronograma físico-financeiro”; - “planilha de orçamento” (estimando preço de mais de R\$ 16 milhões e atribuindo BDI = 25,85% para todos os serviços, inclusive para “ensaios de análise de qualidade da água”) (ARTs 1400264251 e 1405066121 para atividade técnica de “orçamento, saneamento”); - Relatório Técnico nº 067/2018, que “tem como objetivo apresentar justificativa para contratação por inexigibilidade de licitação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha”, além do projeto básico e do cronograma físico-financeiro da inexigibilidade decorrente do edital 13.019/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1714. A própria Procuradoria Geral do Município ressalta que a definição do preço é feita pela área técnica, não adentrando na correspondência dos valores. No mesmo sentido, o parecer jurídico informa que até mesmo o regime de contratação, qual seja a empreitada por preço global, foi definida pela Senhora Ana Paula, conforme parecer jurídico às fls 729.

1715. Importante instar que a definição de regime jurídico de contratação com o Poder Público, jamais deveria ser atribuído a uma engenheira, pela completa incompatibilidade com as funções exercidas. Por outro lado, fica claro que a PGM tenta se afastar do processo frente ao verdadeiro show de horrores jurídicos que as sucessivas contratações sem licitação representam.

1716. Necessário refletir se à procuradoria do município, cabe atuar diretamente para impedir erros jurídicos grotescos na contratação, uma vez que empreitada por preço global pressupõe uma ação com início e fim, diferente da prestação de serviço continuada, que ocorre desde 2015 valendo-se de regime de contratação completamente incompatível com o objeto.

1717. No ano de 2020, Ana Paula Fernandes Viana Furtado defendeu dissertação que, “segundo dados da PBH, no mês de janeiro de 2017 foram alcançadas as metas almejadas, as quais foram mantidas até março de 2018, quando os serviços foram paralisados”.

1718. O mesmo trecho foi reutilizado para “justificar” a nova inexigibilidade, no processo de 2023, conforme se extrai das fls. 325: “No mês de janeiro de 2017, após dez meses de aplicação da tecnologia contratada, forma alcançadas as metas contratuais, as quais foram mantidas até março de 2018, quando o referido contrato se encerrou. No mês de outubro de 2018 foi firmado novo contrato, com objetivos similares aos da contratação anterior, cujos serviços se encerrarão em 2023 [encerraram em 30/09/2023].

1719. Além de se tratar de justificativa genérica, vedada por lei e repetida em vários projetos básicos, é também falsa. Nada mais absurdo, pois segundo os relatórios de “Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha”, elaborados, de jul./2016 a fev./2018, pelo próprio Consórcio Pampulha Viva para fins de medição, liquidação e pagamento, no âmbito do Contrato AJ 32/2015, de fev./2017 a jan./2018, apenas em 2 (duas) oportunidades ao longo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de 12 (doze) meses de aplicação de Phoslock, a concentração média de fósforo total esteve abaixo do limite imposto pelo CONAMA para Classe 3.

1720. Os próprios gráficos do Relatório 1, do Contrato AJ 052 juntado no processo, às fls 521, demonstram que TODAS as medições de fósforo realizadas de setembro de 2018 a janeiro de 2019, estavam acima do padrão estabelecido para a Classe 3. Ainda assim, a servidora defende a eficácia da medida, contrariando ao documento juntado no mesmo processo de inexigibilidade.

1721. Vale dizer que o próprio Consórcio Pampulha Viva (item IV.3.5.3.3) atestou a ineficiência do método utilizado para alcançar os fins determinados no objeto da contratação, e ainda assim foi paga por um serviço que, apesar de realizado, não cumpriu os objetivos propostos.

1722. Na mesma linha, o restante da documentação juntada comprova que o "tratamento" das águas da Lagoa da Pampulha resultante do Contrato AJ 32/2015 não atingiu as metas de Classe 3 durante todo o ano, para todos os pontos de coleta e para todas as variáveis impostas por CONAMA.

1723. Resta claro, pois, o direcionamento do procedimento licitatório, fundado em uma inexigibilidade inexistente, criada por Ana Paula juntamente com Ricardo Aroeira, com o único motivo de fraudar o certame para garantir a contratação de determinada empresa.

1724. A servidora atesta na "solicitação de contratação" (Processo 01-123.445/18-10, f. 3-7; Contrato 57/2018), que "a combinação de remediadores de fósforo e de biorremediadores é, atualmente, no Brasil, a ÚNICA capaz de garantir o alcance dos objetivos", isto é, "Assegurar Padrões de Classe 3 às Águas da Lagoa da Pampulha".

1725. No que se refere ao produto ENZILIMP®, afirma a Engenheira que esse biorremediador é utilizado para acelerar a transformação do fósforo orgânico e potencializar o uso do remediador PHOSLOCK® e, para o uso conjugado dos 02 produtos, a Hidroscience se associou à empresa Millennium. Esse produto, encontra-se registrado no IBAMA em nome da Millennium Tecnologia Ambiental Ltda., conforme Certificado constante de fl. 75.

1726. No entanto, o estudo promovido pela FCO, e os depoimentos dos professores da UFMG sobre as ações de limpeza, evidenciaram que não há litera-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tura comprovando a eficácia do produto ENZILIMP. Ainda assim, a engenheira Ana Paula defende o uso conjugado dos 2 produtos, além de desacreditar a solução de oxigenação apresentada pelos professores da UFMG.

1727. Contraditoriamente, a mesma servidora alega em documento público anexado a este relatório, a necessidade de estudar ALTERNATIVAS para reabilitação de lagos urbanos, atestando que “intervenções extra-lagos, para redução da carga de nutrientes no escoamento superficial podem contribuir para a reabilitação da Lagoa da Pampulha. Uma vez que esta carga está relacionada à concentração de nutrientes no escoamento, alternativas de tratamento das águas pluviais e fluviais devem ser consideradas no arranjo de intervenções. Essas alternativas contemplam desde Wetlands à Estações de Tratamento.”.

1728. O Próprio relatório 5, produzido pela Fundação Cristiano Ottoni, fala em mais de 20 alternativas que devem ser estudadas para o tratamento das águas da pampulha. Estariam os professores da UFMG, que promoveram estudos ao custo de 11 milhões de reais ao município, completamente equivocados?

1729. Também restou inexplicada a solicitação da Procuradoria Geral do Município para que fosse explicada a inexigibilidade em relação às outras duas empresas, nos seguintes termos: “Ainda Porém, não ficou claro ou a existência de exclusividade quanto à atuação das empresas das MILLENIUM e CNT Ambiental. Nesse sentido, recomenda-se a área técnica proceder à complementação das informações”. Não encontramos qualquer justificativa válida no corpo do processo.

1730. Necessário também destacar partes da oitiva da servidora perante à primeira CPI, devidamente compromissada, nos termos do CPP, art. 213. Ana Paula Fernandes Viana Furtado informou que, em 2018, atendeu a pedido da administração para “auxiliar na contratação dos serviços da continuidade do tratamento da água da Lagoa da Pampulha”, preparando a documentação técnica, os estudos técnicos para essa contratação. Perguntada se “já estava na DGAU antes do da inexigibilidade ter sido feita”, respondeu: “eu estava na DGAU quando foi me pedido para fazer inexigibilidade”.

1731. Ainda, afirmou que os quatorze pontos monitorados, no bojo do Contrato 57/2018, estão “dentro do estabelecido para a classe três da resolução CONA-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MA". E que a água da Lagoa da Pampulha, "na maioria do tempo que eu [fui] fiscal, "em sua maior parte do tempo, ela esteve com características de classe três, considerando algumas prerrogativas inclusive prevista na gestão de recursos hídricos, que é a sazonalidade", o que foi desmentido pelos relatórios e documentos de análise de qualidade das águas trazidos por esta Comissão Parlamentar.

1732. O que se observa de fato é que Ana Paula Fernandes Viana Furtado, juntamente com Ricardo de Miranda Aroeira, elaboraram o projeto básico da contratação, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e o cálculo do BDI-saneamento básico no contrato AJ 057/18, de maneira a assegurar a empresa/consórcio vencedor.

1733. Da mesma forma, repetiram após o encerramento da primeira CPI sobre a pampulha, as mesmas justificativas e o mesmo modus operandi, para contratar a mesma empresa para remediação com o mesmo produto. A única alteração foi a estimativa em valor 50% maior que TODOS os últimos quatro contratos firmados desde o ano de 2015.

1734. Após a execução do objeto dos contratos já encerrados sem o alcance dos parâmetros determinados pelo edital, atestou falsamente a melhoria da qualidade da água nos termos exigidos pelo Poder Público como forma de garantir o pagamento do Consórcio Pampulha Viva, que apesar de ter despejado de fato os remediadores, não foi eficaz em atingir a qualidade da água na Classe 3, exigida editaliciamente.

1735. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento pela possível prática dos crimes definidos nos arts. 171, 297, 299, 317, 319, 320, 321, 335, todos do Código Penal; pelos crimes em licitações e contratos administrativos na forma dos art. 337-F, art. 337-K e art. 337-L do CP, com redação dada pela Lei n. 14.133/2021; além dos crimes previstos na Lei 9605/98, que define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; pelo descumprimento dos arts. 17 e 18 do Decreto-lei n. 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além dos crimes previstos nos termos do art. 11, V, da Lei 8429/92,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de improbidade administrativa, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

VIII.2.3 LEANDRO CESAR PEREIRA

1736. A atuação do atual secretário de Obras e Infraestrutura da Prefeitura de Belo Horizonte também chamou atenção desta CPI, tendo em vista que, mesmo com a mudança do titular da pasta, o procedimento para a contratação da mesma empresa ineficaz se deu exatamente da mesma maneira.

1737. O primeiro fato que chama atenção, é a completa desorganização do procedimento que custará mais de 22 milhões de reais ao povo de Belo Horizonte. Segundo a Procuradoria do Município, (pag 709): "A procuradoria também salienta que: Os presentes autos estão organizados em 04 (quatro) volumes e aparentemente contêm 1.098 (mil e noventa e oito) folhas numeradas e rubricadas. Contudo, verifica-se que não consta dos autos as folhas 580-979, assim como não há registro de sua retirada na contracapa do processo. Por essa razão, recomenda-se à Gerência de Licitações da SMOBI que promova a devida regularização da numeração dos autos"

1738. Ou seja, o procedimento de inexigibilidade de licitação foi enviado para análise jurídica, sem 400 (quatrocentas) páginas das 1.098 existentes. Ou seja, a primeira análise jurídica incidiu somente sobre dois terços do procedimento, o que não faz o menor sentido, e obviamente prejudica a análise da correção do procedimento.

1739. Ademais, em outra prática completamente alheia ao devido processo administrativo, o Secretário assina às fls. 677, o documento de autorização da inexigibilidade de licitação, datado a caneta.

1740. Mais adiante, às fls. 1160, a Procuradoria, no parecer jurídico complementar, identifica, em texto sublinhado, que: "Autorização para Inexigibilidade de Licitação, contendo aprovação do Projeto Básico, de acordo com as regras da Lei nº 14.133/2021. sem data, assinada pelo Secretário da SMOBI. Leandro César Pereira, devendo ser providenciada a datação desse documento (fl. 1.130):



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1741. Novamente, o documento é uma das únicas folhas, em todas as mais de mil páginas de processo, datado a caneta.

1742. Depreende-se, por análise lógica, que o documento que autoriza a inexigibilidade, foi assinado sem a data correspondente, o que demonstra que o Secretário autorizou a inexigibilidade sem mesmo ter conhecimento do inteiro teor do processo, o que implica em grave falta para servidor, quanto mais ao ordenador de despesa e titular da pasta.

1743. Isso inclusive reforça que o núcleo responsável pelas contratações contestadas é formada pelos servidores responsáveis, no caso, Ricardo e Ana Paula, de maneira que o secretário sequer se preocupou a verificar a legitimidade do procedimento, enviando autorização sem data ao setor responsável pelo processo.

1744. No entanto, ainda que não haja elementos suficientes para demonstrar que o secretário participa do núcleo de corrupção responsável por garantir o direcionamento da contratação pública, comete ato ilícito nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista o dolo omissivo claro, vez que se trata de ação que deveria saber ser completamente ilegal e inadequada.

1745. Dessa forma, recomenda o relatório final que seja o Secretário Leandro César Pereira, indiciado pela prática do delito previsto no art. 10, VII da Lei 8429 de 1992, bem como pelo delito previsto no art. 337-E do Código Penal, alterado pela Lei 14133 de 01 de abril de 2021.

VIII.2.4 JOSUÉ COSTA VALADÃO

1746. O trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito comprovou a existência de verdadeira estrutura paralela inserida na administração pública municipal, com a finalidade única de perpetuar o ciclo de contratos ineficazes de limpeza e recuperação da Lagoa da Pampulha, ao custo de milhões de reais por ano, sem nunca conseguir atingir o objetivo proposto.

1747. São os mesmos agentes que há anos, elaboram, fiscalizam, determinam as intervenções que serão realizadas, autorizam o pagamento sem o cumprimento do serviço, além de, como demonstrado, direcionar quais as empresas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que serão contratadas. Isso se dá por meio da criação de exigências fictícias e manipulação de dados, criados tão somente para justificar uma inexigibilidade de licitação com vistas a beneficiar particulares em detrimento de toda a população belo-horizontina.

1748. A sucessão de contratos escusos, claramente direcionados e não fiscalizados acarreta não somente prejuízo ao erário, mas também a toda coletividade, com a destruição de patrimônio cultural da humanidade na medida em que foi constatado verdadeiro aterramento de segmentos da Lagoa da Pampulha, o que configura descaracterização ilegal promovida (e paga) pelo próprio município.

1749. Não há como limitar, pois, a responsabilidade aos servidores responsáveis pela contratação, gestão e fiscalização dos contratos. Ademais, não se trata de fato que demanda superior conhecimento técnico. A ineficiência pode ser constatada por qualquer cidadão. Basta andar pela orla da Lagoa para sentir o mau cheiro, observar a cor da água e o constante acúmulo de lixo em diversos pontos.

1750. Os documentos obtidos nessa CPI rechaçam completamente as alegações da Prefeitura de Belo Horizonte, demonstrando que trata-se, na verdade, de verdadeiro esquema para enriquecimento ilícito de empresas como a Andrade Gutierrez, dentre outras selecionadas pelos agentes que deveriam zelar pelo patrimônio municipal.

1751. A atuação da SUDECAP e da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, somado à completa inércia da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Fundação Municipal de Cultura, são diretamente responsáveis pelo prejuízo causado na Pampulha, desde o aterramento de grande parte do espelho d'água que deveria estar protegido pelo tombamento, mas foi descaracterizado pelo aterramento deliberado, pelo plantio de espécies proibidas e consideradas invasoras, até a manutenção das fontes poluidoras ativas, de maneira a justificar contratos milionários para retirada do lixo e do esgoto que se permitiu jogar no espelho d'água.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1752. Neste contexto há um Secretário que esteve presente em todos os contratos investigados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Josué Costa Valadão.

1753. Ele participa na construção dos atos executivos que dão origem às contratações das empresas investigadas como também seus pagamentos. Suas digitais estão em tudo que envolve a Lagoa da Pampulha:

1754.

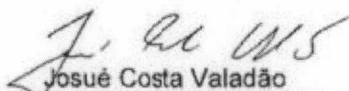
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	 SUDECAP SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BELO HORIZONTE
<div>HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO SCO Nº 33/2013</div>	



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao setor competente, para emissão da Nota de Empenho.

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2015.

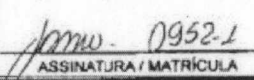

Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

EXTRATO PUBLICADO NO DOM

EM 10/11/15 PAG.


ASSINATURA / MATRÍCULA



SUDECAP

SUPLENTE DO SECRETÁRIO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DA CAPITAL

39394

PBH
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO

Livro nº: 113 Folha nº: 163
Data: 09-11-15 Nome: Josué Costa Valadão

PROCESSO nº 01.055.158-13-50

CONTRATO AJ-32/2015, que entre si fazem, o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, aqui denominada SMOBI e CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA, para a prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, sob as cláusulas e condições seguintes:

Nº 17: 01.055.2700.0040.00.00

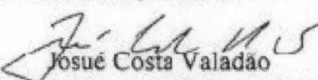
CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES:

São partes neste contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, CNPJ nº 18.715.383/0001-40, representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão, presente também a Sra. Jamille Torres Leite Castro, representando a Procuradoria Geral do Município, mediante delegação e, como CONTRATADA, CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA, CNPJ nº 23.436.551/0001-06, sediada nesta Capital, neste ato representada por seu representante legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO:


É objeto deste contrato a prestação, pela contratada, sob regime de empreitada, a preços unitários, por medição, dos serviços de recuperação da qualidade de água da Lagoa da Pampulha, através da implantação de técnicas que possibilitem o atendimento aos dispositivos da Resolução CONAMA 357/05, DN COPAM/CERH/001-08, considerando os limites para a Classe 3, adjudicados à contratada em decorrência do julgamento da Licitação SCO-033/2013-CC e, segundo a proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2015.

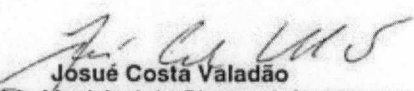

Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	EM DUPLICADO PAG. <i>Janio - 09521</i> ASSINATURA / MATRICULA	 SUDECAP SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL
PROCESSO Nº 01-123.445/18-10		
DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA REGISTRADO Folha Nº <i>32</i> <i>Roberta</i> 18 Mat: <i>2662-0</i>	CONTRATO AJ 057/2018 , que entre si fazem, o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE , pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura , aqui denominada SMOBI e CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA , para a <i>execução dos serviços de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha</i> , sob as cláusulas e condições seguintes:	
CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE , o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE , CNPJ nº 18.715.383/0001-40, representado pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão, presente também o Diretor Jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP , Adv. Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, mediante delegação da Procuradoria Geral do Município e, como CONTRATADO , CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA , CNPJ 23.436.551/0001-06, com sede em Belo Horizonte, MG, na Rua Centralina, 1.190 – Bairro Santa Inês – CEP 31080-140, neste ato representado por seu representante legal. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO 2.1. É objeto deste Contrato a <i>execução, pela Contratada, sob regime de empreitada por preço global, com acordo de nível de serviço, de serviços especializados de tratamento de ambientes aquáticos lênticos (lagos, lagoas e represas), para assegurar padrões de Classe 3, para as águas da Lagoa da Pampulha, conforme as disposições e especificações contidas no Projeto Básico datado de 30/08/2018 (fls. 8-161), neste instrumento e, complementarmente, na Proposta Técnica e Comercial, datada de 03/09/2018 (fls. 163-388), os quais, conhecidos e aceitos pelas partes, incorporam-se a este instrumento independentemente de transcrição.</i>		

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2018.


Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	EXTRATO PUBLICADO NO DOM EM <u>11/08/18</u> PÁG. _____ <i>Assmo. 0952-1</i> ASSINATURA / MATRICULA	DUVOT-SD
	PROCESSO Nº 01-042.985/16-07 CONTRATO AJ 049/2018 , que entre si fazem, o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE , pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, aqui denominada SMOBI e ETC EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA. , para execução das obras de revitalização da Lagoa da Pampulha, sob as cláusulas e condições seguintes:	
REGISTRADO 01 <i>Roberta</i> Folia Nº <u>23</u> <u>08/18</u> Mat. <u>2662-0</u>		
CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE , CNPJ n.º 18.715.383/0001-40, representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão, presente também o Sr. Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Assessor Jurídico e, como CONTRATADA, ETC EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA. , CNPJ 03.193.191/0001-43, sediada na Rua José de Oliveira, n.º 15, 2.º e 3.º pavimentos, Casa Verde – CEP: 02.531-010 – São Paulo / SP, neste ato representada por seu representante legal.		

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2018.

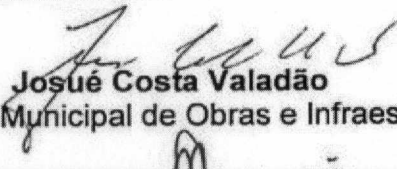
Josué Costa Valadão
Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
SMOBI

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	EXTRATO PUBLICADO NO DOM EM <u>21/11/18</u> PÁG. _____ <i>Assmo. 0952-1</i> ASSINATURA / MATRICULA	
	PROCESSO Nº 01-040.323/17-84 CONTRATO AJ 14/2018 , que entre si fazem, o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG , por meio da Escola de Engenharia da UFMG, com a interveniência da Fundação Christiano Ottoni-FCO, para a prestação de serviços de consultoria a projetos e obras de engenharia, bem como atualização, revisão e desenvolvimento de documentação técnica sob as cláusulas e condições seguintes:	
REGISTRADO 01 <i>Yuriana</i> Folia Nº <u>41</u> <u>3/11/18</u> Mat. <u>28216</u>		



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2018.


Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

1755. Posto isso, é inegável sua participação em todo este esquema criminoso, atuando como o ordenador de despesas dos contratos. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento pela possível prática dos crimes definidos nos arts. 319, 320, todos do Código Penal; pelos crimes em licitações e contratos administrativos na forma dos arts. 337-F e art. 337-L, V, do CP, com redação dada pela Lei n. 14.133/2021; além dos crimes previstos na Lei 9605/98, nos artigos 63 e 64 que definem as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; pelo descumprimento do art. 17 do Decreto-lei n. 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

VIII.2.5 DO CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA

1756. Conforme exposto no item IV.3.5.3, o Consórcio Pampulha Viva é composto pela CNT Ambiental, Hydrosience Consultoria e Restauração Ambiental LTDA e Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA, sendo que cada empresa realiza tarefas separadas e que não teriam a necessidade de estarem unidas em um consórcio.

1757. Desde o processo SCO-033/2013, registraram-se denúncias das irregularidades que pesam sobre o referido processo de escolha e favorecimento do Consórcio Pampulha Viva. Tem-se a denúncia feita pela DT Engenharia de Construções Ltda. ao Tribunal de Contas de Minas Gerais que, dentre outras, apontou favorecimento da licitante sagrada vencedora, consubstanciado nos seguintes fatos: a) impropriedade do percentual atribuído ao quesito técnica (80%), numa concorrência pública por técnica e preço, cuja disparidade em relação ao quesito preço (20%), acaba por invalidar a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

concorrência; b) atribuição de idêntica redação na avaliação técnica apresentada por dois integrantes da comissão julgadora (Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira), o que acaba por configurar que a avaliação foi feita por apenas uma, e não duas pessoas.

1758. A licitante sagrada vencedora do certame também teria sido beneficiada mediante outra modalidade de fraude ao processo licitatório, denunciada pela DT Engenharia de Construções Ltda., que apresentou prova de ter sido convidada à apresentação de proposta e de documentação necessária a instruir processo de inexigibilidade de licitação, para atingimento de Classe 2 (Res. CONAMA 357/2005) para as águas da Lagoa da Pampulha, conforme mensagens trocadas por e-mail com Ricardo de Miranda Aroeira e reunião com o então Prefeito Márcio Lacerda, cujas tratativas ocorreram à margem do processo licitatório SCO-033/13.

1759. Todas as ilegalidades deste processo foram demonstradas no item IV.3.5.2

1760. Mesmo sem atingir o objeto do contrato AJ-032/15, que era o atingimento de Classe 3, nos termos da Resolução CONAMA 357/2005, a PBH/SMOBI celebrou novo contrato (AJ-057/18) com o Consórcio Pampulha Viva, nos mesmos moldes, e com o mesmo objeto do contrato anterior (AJ-032/15).

1761. Dessa vez, sob a absurda justificativa de inviabilidade de competição, o que fundamentou a contratação por inexigibilidade de licitação.

1762. Sob qualquer ângulo que se analise tal inexigibilidade, conclui-se que ela não se sustenta. A uma, porque o contrato anterior foi decorrente de concorrência por técnica e preço; a duas, porque havia outras técnicas ofertadas e eram do conhecimento da PBH, tanto no processo licitatório SCO-033/2013 (ref. contrato AJ-032/15), quanto no chamamento público realizado pela PBH em 2011; a três, diante da existência de técnicas de limpeza e tratamento das águas, em lagos com características semelhantes à Lagoa da Pampulha, que à época da licitação já eram reconhecidas como casos de sucesso no Brasil, desprezados pela PBH no processo de inexigibilidade de licitação, tal como a própria ETAF que já operava na Lagoa da Pampulha; e por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fim, porque o objeto contrato (assegurar o atingimento de classe 3) jamais foi cumprido no exercício do contrato AJ 032/2015.

1763. Assim, também no contrato AJ-057/18, o Consórcio Pampulha Viva se beneficiou de procedimentos irregulares e fraude, cometidos no âmbito do processo de inexigibilidade de licitação e não obstante tal, o contrato vem sofrendo sucessivas renovações, a atual com previsão de término para outubro de 2023.

1764. Tais irregularidades dão ensejo à responsabilização, em face do cometimento de crimes, no tocante a licitações e contratos.

1765. Com base no exposto, o relatório indica pelo indiciamento de Marco Antônio Andrade do Consórcio Pampulha Viva, Thiago Finkler Ferreira da Hidroscience Consultoria e Restauração Ambiental Ltda., e Eduardo Ruga da Millenium Tecnologia Ambiental Ltda., pela prática dos crimes previstos e seu principal articulador, Marco Antônio Andrade, juntamente com a empresa CNT Ambiental Ltda., Hidroscience Consultoria e Restauração Ambiental Ltda., na pessoa do Thiago Finkler Ferreira, Millenium Tecnologia Ambiental Ltda., na pessoa do Eduardo Ruga, por prática de crimes definidos nos arts. 317, 319, 320, 321, 335, todos do Código Penal; pelos crimes em licitações e contratos administrativos na forma dos arts. 337-F, art. 337-K e art. 337-L, do CP, com redação dada pela Lei n. 14.133/2021; além dos crimes previstos na Lei 9605/98, que define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; pelo descumprimento dos arts. 17 e 18 do Decreto-lei n. 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

1766. Ressalte-se que as ações de ressarcimento ao erário e as penas pela prática de atos ilícitos contra a probidade administrativa, pode e devem ser estendidos às empresas, quando cabível, para assegurar o efetivo ressarcimento dos cofres públicos.

1767. Vale lembrar que, na Súmula 645 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que dispõe que o crime de fraude à licitação é formal, sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIII.2.6 MÁRIO DE LACERDA WERNECK NETO

1768. No que diz respeito à atuação do Secretário Municipal do Meio Ambiente, Sr. Mario de Lacerda Werneck Neto, também restou comprovada a atuação ativa em prejuízo do Conjunto Paisagístico da Pampulha, promovendo alteração e descaracterização de patrimônio tombado a despeito da legislação existente e das recomendações de outros órgãos.

1769. O projeto paisagístico leva em conta não só o espelho d'água, mas todo o entorno do patrimônio, desde as construções às margens do lago, até as espécies vegetais, que tem um papel fundamental na composição da paisagem e do ecossistema do local.

1770. Entretanto, em uma ação completamente irresponsável da Secretaria de Meio Ambiente, foram introduzidas espécies vegetais consideradas invasoras como a *Leucaena Leucocephala*, popularmente chamada de leucena. A espécie é inadequada uma vez que promove verdadeira cortina vegetal, impactando diretamente na visada do patrimônio cultural tombado.

1771. Tendo em vista a já comprovada ineficiência para a manutenção da região da Lagoa da Pampulha, o Poder Público municipal optou por realizar o plantio dessa espécie para acobertar as áreas mais degradadas, como por exemplo o local onde foi construída uma verdadeira estrada de serviços na área do espelho d'água.

1772. A ação ilegal foi inclusive, identificada pelo Ministério Público Federal, que emitiu uma Notificação Recomendatória Conjunta MPF/MPC N. 01/2023 orientando a retirada dessa espécie, tendo em vista que jamais poderia ter sido plantada no local, vez que trata-se de "vegetação invasora e danosa estranhamente mantidas e cultivadas pelo próprio Município nas sucessivas ações de intervenção e/ou desassoreamento da Lagoa".

1773. A alegação de reprodução natural da espécie em razão dos fatores relacionados à dispersão das suas sementes, alegadas pelos representantes do município são completamente contrárias às evidências encontradas no trecho de aproximadamente 1 quilômetro partindo do dique da Enseada do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Olhos d'Água em direção ao Pampulha late Clube (PIC). Nesse trecho, são encontrados espécimes que aparentam ter sido plantados sistematicamente, obedecendo uma linha de plantio e distanciamento semelhantes entre as árvores.

1774. Ademais, o prejuízo não é exclusivo da visada tombada do bem histórico, mas se estende às espécies vegetais nativas da região, vez que “A espécie exótica de hábito arbóreo *Leucaena leucocephala* (leucena) é apontada em vários estudos e investigações como uma espécie invasora, que exerce efeito alelopático desfavorável sobre outras plantas, inibindo o desenvolvimento destas nas suas proximidades.” como se extrai da mesma Notificação Recomendatória Conjunta MPF/MPC N. 01/2023.

1775. Muito embora tenha sido notificado sobre o risco da presença dessa espécie (fato que deveria ser sabido pelo órgão responsável pelo Meio Ambiente no município), o Sr. Secretário Mário Werneck nada fez para recuperar a área.

1776. Pelo contrário, as ações do Sr. Mário Werneck demonstram, além do completo desconhecimento da área, o absoluto desrespeito com a legislação de proteção ao patrimônio tombado. Como já esclarecido pelos trabalhos da CPI, toda e qualquer intervenção na orla da Lagoa, ainda que não afete diretamente o espelho d'água, precisa respeitar as regras de tombamento da área, uma vez que a visada do espelho d'água também é protegida.

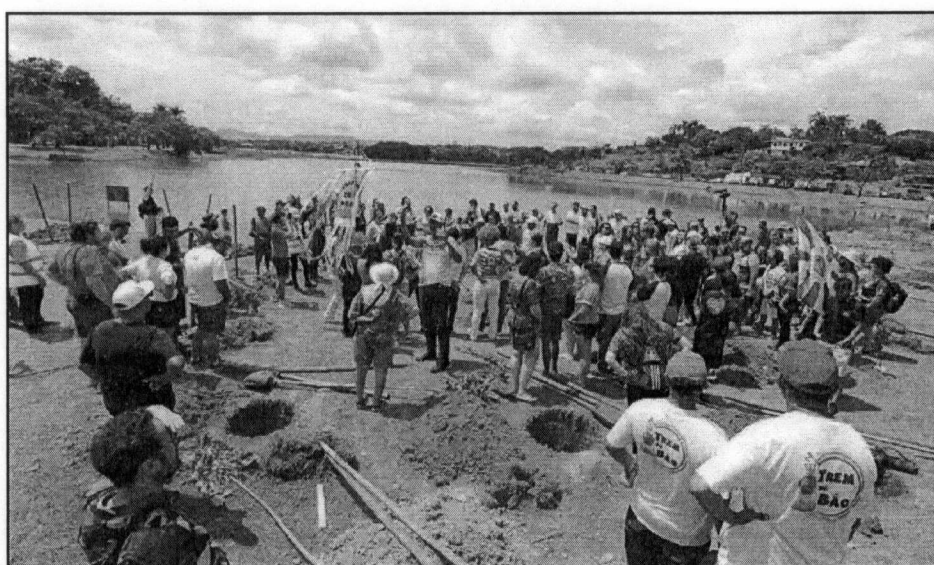
1777. Isso quer dizer que qualquer intervenção que altere ou prejudique a visada do Conjunto Lagoa da Pampulha necessita de um estudo prévio e de uma autorização para sua realização. Além disso, acabamos de mostrar que nem todas as espécies vegetais são adequadas para o local.

1778. No entanto, essas disposições da Lei seguem sendo ignoradas pelo Secretário, que promove ações populistas, sem qualquer estudo prévio, em detrimento da preservação do patrimônio, conforme se verifica nas imagens que acompanham reportagens publicadas nos principais veículos de comunicação³⁶³⁷, bem como no perfil institucional da PBH nas redes sociais:

36 <https://www.otempo.com.br/cidades/blocos-do-carnaval-de-bh-plantam-100-mudas-de-arvores-na-pampulha-1.2805479>



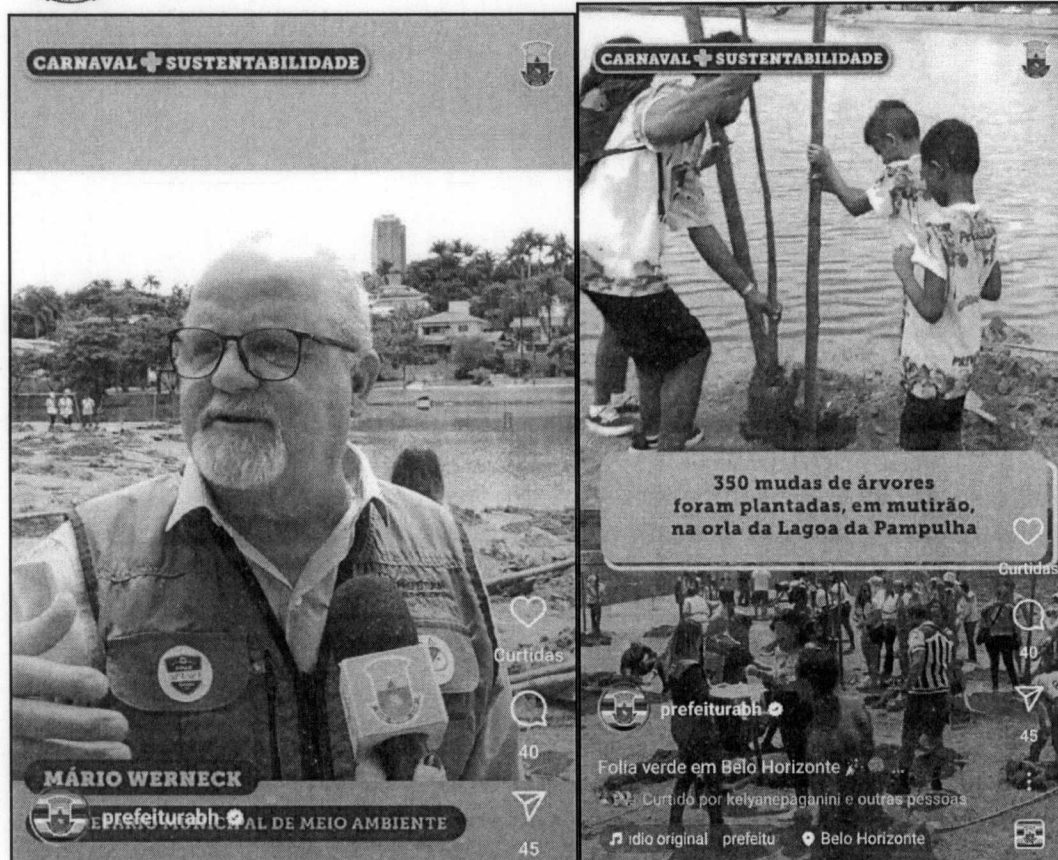
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



37 https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/28/interna_gerais,1450482/blocos-de-carnaval-se-unem-em-mutirao-para-plantio-de-arvores-na-pampulha.shtml



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



1779. Nesta ação, destaco que a Luciana Rocha, presidente da FMC, confirmou que “a gente não tem ainda manifestação dos órgãos competentes em relação a esse plantio. Não houve uma licença prévia, uma anuência prévia. Foi realizada uma visita técnica posterior. Então não há essa documentação.”.

1780. Resta claro que a atuação do Secretário Municipal de Meio Ambiente interferiu diretamente em área de patrimônio tombado, alterou suas características de visada e deixou ser introduzidas espécies invasoras na região, que tem potencial de prejudicar a flora natural e preexistente.

1781. Dessa forma, indica o relatório pelo indiciamento por restarem configurados os delitos de prevaricação tipificado no art. 319 do CP, bem como violação ao disposto nos artigos 17 e 18 do Decreto Lei 25/1937.

VIII.2.7 MARCELO CARDOSO LOVALHO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1782. Em 28-3-2023, Marcelo Cardoso Lovalho, gerente de Manutenção e Estrutura da Zeladoria Urbana de Belo Horizonte (SUZURB), foi ouvido pela CPI DA LAGOA DA PAMPULHA.

1783. Com presença em trabalhos na Prefeitura de Belo Horizonte desde de 2008, as declarações de Marcelo Cardoso Lovalho revelam vícios de toda ordem: 1- licitação sem planejamento; 2- exercício de contrato divergente da previsão editalícia; 3- fiscalização alheia à verificação de cumprimento do avençado; 4- intervenção ilegal em bens culturais protegidos por tombamento; 5- transformação da extremidade oeste da Lagoa da Pampulha em laboratório de testes; entre outros.

1784. As informações trazidas por Marcelo Cardoso Lovalho permitiram à CPI DA LAGOA DA PAMPULHA entender que fazer desaparecer o sistema enxuga gelo, gestado por Empresas-FCO-FMC-SMOBI-SUDECAP, tem importância equivalente a punir desídia, ineficiência em gasto público, corrupção etc. Tais fenômenos viabilizam-se a partir de convicção de não-impunidade comungada pelos integrantes dos núcleos operativo e cooperativo – detentores do poder de, sem fiscalização interna, movimentar os dinheiros destinados à restauração da Lagoa da Pampulha, inclusive os oriundos de financiamento externo, significando dívida em dólar, ao longo de uma década.

1785. Como melhor delineado no item IV.2.3, fere o princípio da moralidade o fato de SMOBI-SUDECAP, com fundamento em “trabalho de batimetria mais antigo”, apenas licitar desassoreamento sob a justificativa de “tirar o que está entrando” e ainda deixar marcas visíveis que ofendem diretamente o espelho d’água da lagoa da Pampulha. Perante a CPI DA LAGOA DA PAMPULHA Marcelo Cardoso Lovalho atestou que, em detrimento de estudos técnicos preliminares e projeto básico, “veio pré-definido esse volume de 460.000 m³”. A partir daí, Marcelo Cardoso Lovalho revela o aspecto dantesco do enxuga gelo, as seguinte forma: “A gente tinha as áreas predeterminadas, o que que a gente tinha que estar aí que fazer na hora que começasse o contrato, fazer uma nova batimetria para a gente ver realmente que áreas que a gente ia atacar, mas dentro [do volume pré-estipulado].” A improvisação é tamanha que a lesão ao interesse público e a ofensa à Lei n. 8.666/1993, art. 6º, IX, soam tênues. Suas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

palavras mostram claramente que sua divisão sequer se preocupou em realizar um projeto básico antes de contratar. Tudo foi feito sem elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

1786. Marcelo Cardoso Lovalho possibilitou à CPI da Lagoa da Pampulha constatar que o enxuga gelo é um jogo de deixar entrar e tirar o que está entrando gerido pelos indiciados por essa CPI.

1787. Ao custo de dezenas de milhares de reais/ano, que escoam pelo vertedouro da Lagoa da Pampulha via, entre outros meios, métodos de medição, liquidação e pagamento tais como o descrito por Marcelo Cardoso Lovalho, da seguinte forma, referindo-se a um dos itens da planilha orçamentária: *“Esse caminhão, por exemplo, aí de 1 km, aí que anda 1 km. A gente pensou em cubá-lo também, medir aí, só que como é um material muito molhado, heterogêneo, na Lagoa, ficou inviável, vinha com muita água. (...) Mas a gente viu que o correto que deu certo é medir e simplificou o nosso serviço é medir o bota espera.”* Marcel/o Cardoso Lovalho acrescentou que *“neste processo, eu tive que adaptar. Então, houve uma adaptação? Sim, porque a gente viu que, porque no contrato acho que saiu medir tudo por só por cubagem de caminhão”*.

1788. Perguntado sobre interferências sobre seu trabalho como fiscal de contratos”, Marcelo Cardoso Lovalho respondeu que: *“Na Pampulha, tem mais interferência porque a Gestão de Águas Urbanas [DGAU] está ligada diretamente à gente. Então a gente tem um trabalho, praticamente trabalha junto ali, as diretrizes geralmente vêm deles”*.

1789. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento pela possível prática dos crimes definidos nos arts. 317, 319, 320, 321, 335, todos do Código Penal; pelos crimes em licitações e contratos administrativos na forma dos art. 337-F, art. 337-K, art. 337-L e art. 337-H do CP, com redação dada pela Lei n. 14.133/2021, ao promover intervenção em bem cultural



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

protegido por tombamento com espírito de deixar entrar para “tirar o que está entrando” e disposição de “ver realmente que áreas (...) atacar”, “na hora que começasse o contrato”; além dos crimes previstos na Lei 9605/98, que define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; pelo descumprimento dos arts. 17 e 18 do Decreto-lei n. 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além dos crimes previstos nos termos do art. 11, V, da Lei 8429/92, de improbidade administrativa, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

VIII.2.8 MAURO LÚCIO RIBEIRO DA SILVA

1790. Em 16/05/2023, a CPI DA LAGOA DA PAMPULHA ouviu Mauro Lúcio Ribeiro da Silva.

1791. Inicialmente, cabe destacar que Mauro Lúcio Ribeiro da Silva esclareceu a esta CPI que está na Prefeitura desde de 2008 e que: *“Quando a Diretoria de Manutenção voltou a existir, eu recebi um convite do então superintendente, Henrique Castilho, para ocupar o cargo de Diretor de Manutenção da SUDECAP, que foi no dia 29-9-2018, e lá eu fiquei até o dia 30-7-2022, quando nós fomos todos cedidos para a SMOBI para uma nova subsecretaria que havia sido criada, que é a SUZURB, e, na mesma data, dia 30-7-2022, eu fui nomeado como Diretor de Obras de Manutenção, na SUZURB.”.*

1792. Conforme a CPI DA LAGOA DA PAMPULHA apurou, a criação da nova subsecretaria permitiu ao esquema de enxuga gelo concentrar, sob abrigo da SMOBI, dois dos maiores integrantes do núcleo operativo, a saber: - Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, na SUZURB; e, - Ricardo de Miranda Aroeira, na DGAU. Por um lado, o eixo Mauro-Ricardo concentra imenso poder de decisão sobre intervenções da Lagoa da Pampulha, movimentando, anualmente, centenas de milhões de reais. Por outro, a entrada de Mauro Lúcio Ribeiro da Silva amplia a forma como a SMOBI vem sendo utilizada para efetivar os interesses das forças que, há décadas, se empenham na destruição da orla da extremidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

oeste da Lagoa da Pampulha e mutilação de seu espelho d'água, bens culturais – orla e espelho d'água – protegidos por tombamento.

1793. Essa ideia – a de que enseadas da extremidade oeste da Lagoa da Pampulha devem ser aterradas e que agentes de destruição/mutilação de bens culturais não serão responsabilizados, como, até hoje, não o foram – impregnou-se de tal modo na SMOBI-SUDECAP que os integrantes dos núcleos operativo e cooperativo especializaram-se na prática de ilícitos contra a Lagoa da Pampulha.

1794. Assim, Mauro Lucio Ribeiro da Silva, ao lado de Ricardo de Miranda Aroeira, são dois dos maiores integrantes do núcleo operativo que permitiu ao esquema de enxuga gelo concentrar, sob abrigo da SMOBI, as demandas, licitações, procedimentos e contratações relacionados à Lagoa da Pampulha.

1795. Por um lado, o eixo Mauro-Ricardo concentra imenso poder de decisão sobre intervenções da Lagoa da Pampulha, movimentando, anualmente, centenas de milhões de reais. Por outro, a entrada de Mauro Lúcio Ribeiro da Silva (inicialmente na SUDECAP e agora na SUZURB) amplia a forma como a SMOBI vem sendo utilizada para efetivar os interesses das forças que, há décadas, se empenham na destruição da orla e do espelho d'água da Lagoa da Pampulha.

1796. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento de Mauro Lúcio Ribeiro da Silva pela possível prática dos crimes definidos no art. 319 do CP, nos arts. 337-I e art. 337-L também do CP, com redação dada pela Lei 14133/21; pelos crimes definidos pela Lei 9.605/1998, nos artigos 62 e seguintes; pelas infrações contidas no Decreto-Lei 25/1937, dispostas nos artigos 17 e 18; além dos crimes previstos nos termos do art. 11, V, da Lei 8429/92, de improbidade administrativa, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

VIII.2.9 MAURÍCIO CANGUÇU MAGALHÃES

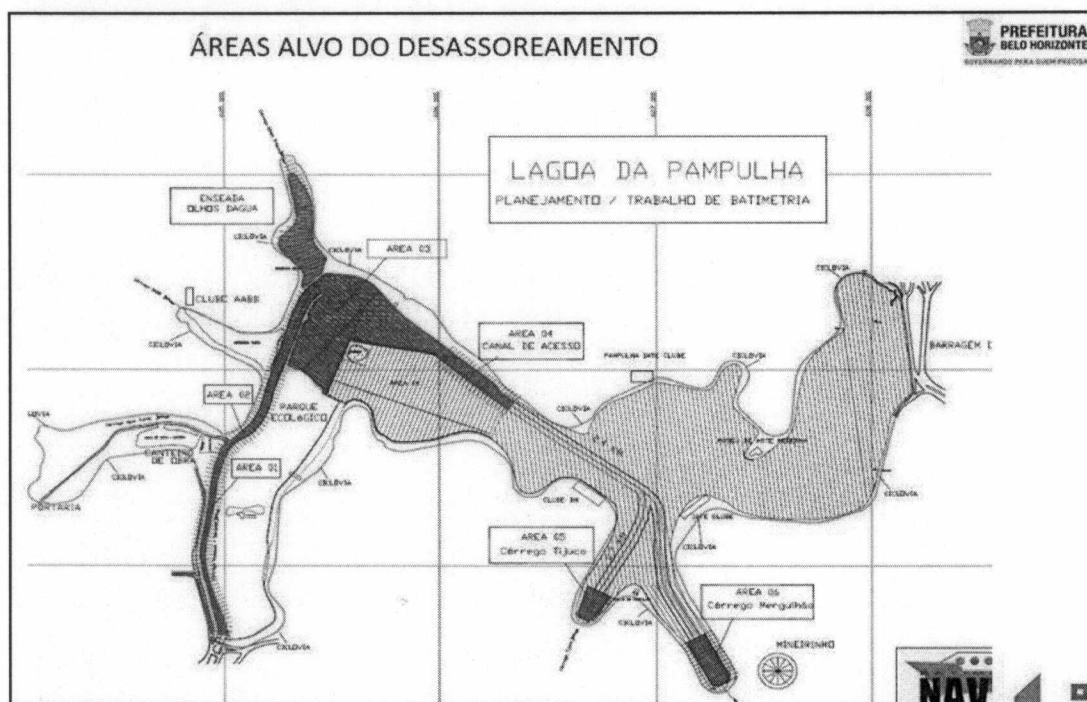


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1797. Em 16-5-2023, a CPI da Lagoa da Pampulha ouviu Maurício Canguçu Magalhães, gerente de apoio à manutenção da diretoria de manutenção da Subsecretaria Municipal de Zeladoria Urbana (SUZURB) da SMOBI.

1798. Maurício Canguçu Magalhães atuou na elaboração do Termo de Referência que resultou no Edital do Pregão Eletrônico SMOBI 022/2022, que objetiva a execução de serviços comuns de engenharia de desassoreamento da Lagoa da Pampulha (Cláusula 2. Objeto).

1799. Ocorre que tais serviços pretendiam reproduzir o modelo contratação-inércia-omissão, que já se demonstrou ineficiente, e manter (i) a área assoreada de cerca de 100 m de largura ao da Avenida Otacílio Negrão de Lima, (ii) as áreas emersas existentes nas Enseadas dos Córregos Olhos D'Água e da AABB, (iii) a Enseada do Zoológico completamente assoreada/aterrada e (iv) os supramencionados diques (dois) e estrada, tal como se vê, a seguir, em imagem extraída do Memorial Descritivo, p. 7 (Apêndice IX do Edital em tela):



1800. Não desassorear essas áreas significa perpetuar a destruição e mutilação do espelho d'água e da orla da extremidade oeste da Lagoa da Pampulha, o que não pode prosperar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1801. Conforme a CPI DA LAGOA DA PAMPULHA apurou, o Pregão Eletrônico SMOBI 022/2022 prevê transbordo do material escavado e transporte ao bota espera, bem como secagem do material no bota espera (Memorial Descritivo, p. 9), localizado na Enseada do Zoológico (Termo de Referência, Figura 1, p. 2). Por tratar-se de intervenção em bem cultural protegido por tombamento, a referida utilização depende de autorização prévia dos órgãos de órgão do patrimônio cultural municipal e estadual, exigência cujo cumprimento nem Edital do Pregão Eletrônico SMOBI 022/2022, nem seu Apêndices, permite aferir. Ocorre que o IEPHA negou tal autorização, pontuando que tal uso poderia ocorrer durante um período temporário, que já findou, bem como que, na presente data [nov./2021], a enseada [do zoológico] já deveria estar totalmente recuperada na condição de espelho d'água da lagoa, o que está muito longe da realidade lá observada³⁸.

1802. No que tange ao pagamento do contrato da empresa ETC, perguntado se “participa de trabalhos de Campo da Lagoa da Pampulha” e “desde quando”, Maurício Canguçu Magalhães respondeu: “Esporadicamente através de visitas, mais ativamente nos contratos de desassoreamento, limpeza do espelho d'água desde que eu iniciei minha trajetória aí no no departamento de obras de manutenção da SUDECAP, 2018. E acrescentou: “Uma das minhas atribuições é aprovar os termos de referência, projetos básicos, contratos.”.

1803. Assim, por sua atuação dolosa, o relatório recomenda o indiciamento de Maurício Canguçu Magalhães pela possível prática dos crimes definidos no art. 319 do CP, nos arts. 337-I e art. 337-L também do CP, com redação dada pela Lei 14133/21; pelos crimes definidos pela Lei 9.605/1998, nos artigos 62 e seguintes; pelas infrações contidas no Decreto-Lei 25/1937, dispostas nos artigos 17 e 18; além dos crimes previstos nos termos do art. 11, V, da Lei 8429/92, de improbidade administrativa, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis e ações de restituição do dano ao erário.

³⁸ Nota técnica n. GPO 212/2021; Nota técnica n. GPO 221/2021 e Nota técnica n. GPO 262/2021, todas do IEPHA/MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VI.2.10 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

1804. A primeira premissa para compreensão da Lagoa da Pampulha é saber que se trata de bem cultural protegido por tombamento, conforme bem exposto no item IV.1, que trouxe todo histórico de sua proteção patrimonial.

1805. Diversas foram as intervenções ocorridas na vigência da Certidão de Registro de Tombamento, diante das quais não cabe omissão da Fundação Municipal de Cultura (FMC), que outras responsabilidades, deve:

1806. impedir que a Enseada do Zoológico se torne ambiente terrestre;

1807. determinar retirada total da área aterrada, cuja altura, em relação ao espelho d'água da Lagoa da Pampulha, não caracteriza assoreamento natural, mas sim aterramento;

1808. garantir que enseada do Zoológico volte ao seu status original, isto é, volte a ser espelho d'água, íntegro e inviolável;

1809. vetar que a Enseada do Zoológico seja utilizada como bota-espera ou área de 'instalações de desidratação'; e,

1810. identificar como se deu a desmobilização das bacias de decantação.

1811. Cabe à FMC proteger a peculiaridade do Conjunto Urbano da Pampulha, caracterizada pelo fato de que a modelagem concebida por Kubitscheck-Niemeyer tomou como ponto de partida sua orla e seu espelho d'água para fins de, respectivamente, visada da própria orla e do próprio espelho d'água e de reflexo da orla e dos monumentos arquitetônicos.

1812. No entanto, Luciana Rocha Féres, Presidente da FMC [Fundação Municipal de Cultura de BH/MG], declarou, em 23-5-2023, à esta CPI DA LAGOA DA PAMPULHA, *"que não há fiscalização por parte do órgão na Lagoa*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*da Pampulha, e que sua atuação se dá por meio da articulação com outras entidades, na proteção do patrimônio arquitetônico*³⁹.

1813. Sendo assim, desde o tombamento municipal em 2003, diversos presidentes estiveram a frente da FMC: Thais Velloso Cougo Pimentel (2010 - 2011), Geraldo Magela Venuto (2012), Mauro Guimarães Werkema (2012), Leonidas José de Oliveira (2013 - 2016), Simone Maria Barbosa Silva Araújo (2017), Mário Luís dos Santos Vilela (2017), João Luiz da Silva (2017), Rômulo José Avelar (2017 - 2018), Fabíola Molin Mendonça (2019 - 2022) e Luciana Rocha Féres atual presidente

1814. A forma tomada pela Fundação Municipal de Cultura nos anos em que se deixou mutilar gravemente a Lagoa da Pampulha, devendo seu corpo diretivo pretérito ser investigado pelos delitos de prevaricação e condescendência criminosa (arts. 319 e 320 do CP). Ainda, necessário aprofundar a investigação de qualquer omissão na proteção da Lagoa da Pampulha que pode constituir crime de improbidade administrativa, na forma da Lei 8429/92.

1815. Recomenda-se, outrossim, um aprofundamento investigativo sobre a atuação do órgão para ser apurado nominalmente as responsabilidades sobre aqueles que se omitiram desde o tombamento municipal da Lagoa da Pampulha em 2003, até a presente data, em especial nos anos que ocorreram as assinaturas de contratos que tiveram intervenção direta na Lagoa da Pampulha.

VIII.2.11 COPASA, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE E PREFEITURA DE CONTAGEM

1816. Passamos agora, neste capítulo, a discorrer sobre pontos verificados por essa Comissão em referência às obrigações, responsabilidades e deveres da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no que se refere aos trabalhos relativos ao tema em tela: Tratamento das águas da Lagoa da Pampulha.

³⁹ <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2023/05/desassoreamento-de-enseada-do-zool%C3%B3gico-foi-condicionante-para-parque>.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1817. Para iniciar, contextualizamos seu perfil corporativo e o descrevemos para melhor compreensão do assunto. É a referida Companhia de Saneamento responsável por, de acordo com seu Estatuto Social:

- Abastecimento de água potável: captação, tratamento e distribuição da água tratada até o consumidor final;
- Esgotamento sanitário: coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, da ligação predial até o lançamento final no meio ambiente;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo urbano e do lixo originário da varrição e limpeza urbana.

1818. Assim sendo, trazemos a mesma ao contexto em razão de sua direta ligação com o tema, que desempenha função *sine qua non*, figura como personagem de primeira ordem, sem a menor possibilidade do seu afastamento.

1819. Já a Prefeitura de Belo Horizonte e a Prefeitura de Contagem possuem o poder/dever de fiscalização em vigilância sanitária.

1820. Assim, cabe à COPASA e a Prefeitura efetivar a notificação individualizadas de cada imóvel não ligado à rede de esgotamento sanitário, evidenciar as notificações e manter operações “caça-esgoto” em toda a abrangência da Bacia da Lagoa da Pampulha, sob pena de prevaricação. Sugere-se também a comunicação via conta de água de todas as ligações na Bacia da Pampulha com mensagem de alerta para o lançamento irregular de esgoto e sobre as punições cabíveis, convocando a população a zelar pela Pampulha.

1821. Nessa senda, conforme item IV.3.4, que descreve o “acordo de compadres” da ação 1066131-83.2021.4.01.3800, que corre na 19ª Vara Federal de Belo Horizonte, necessário reconhecer a prestação de informações pelos funcionários da COPASA, em oitiva realizada a esta CPI.

1822. Foram apresentados os avanços em relação ao acordo para busca ativa dos pontos sem ligação de esgoto, devidamente alinhados com as políticas sugeridas para o tratamento preventivo das águas de vertem para a Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1823. Ademais, após a apresentação dos gráficos pela COPASA, restou claro que a água vinda do município de Contagem apresenta poluição em grau muito mais elevado quando comparado a Belo Horizonte.

1824. No entanto, atento aos limites dessa comissão, resta sugerir a adoção pelo município e pela COPASA, de ações intermunicipais e coordenadas com vistas a solucionar a situação notificada. Muito se reportou de grupos e comissões de trabalho. Porém, é preciso haver responsabilização caso não sejam cumpridos.

1825. Registre-se também, a necessidade apontada pelos vereadores, que os cronogramas apresentados face ao acordo supracitado, trazidos a essa CPI, tenham de forma periódica e recorrente, a prestação de contas sobre o avanço de cronograma, com prazos bem definidos para cada ação a ser realizada, responsáveis por elas e as fontes dos recursos, possibilitando a fiscalização pelos agentes públicos e políticos.

VIII.3 DA NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DE INVESTIGAÇÕES

1826. Diante da limitação temporal e de se apurar condutas individualizadas, essa Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda a continuidade da investigação de eventuais condutas delitivas de outros órgãos que direta ou indiretamente colaboraram com a manutenção do esquema “enxuga gelo” para perpetuar o trágico cenário que a Lagoa da Pampulha se encontra.

VIII.3.1 DA EQUIPE DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI

1827. Apesar de não estar sendo feito indiciamento específico dos participantes do Grupo de Trabalho da Fundação Christiano Ottoni, do Contrato AJ 89/2018, que apresentou valor global de R\$11.261.763,16 (onze milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), esta Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda uma investigação mais detalhada pelo Ministério Público de todo seu escopo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1828. Conforme apresentado no item IV.7.1 deste relatório, o vultoso volume financeiro utilizado se deu em vão, uma vez que a atuação do grupo foi feita de forma maculada e não imparcial, já que houve participação dos próprios servidores da prefeitura na produção dos relatórios.

1829. Vale lembrar que não há justificativa do valor, uma vez que não foi demonstrado como foi gasto mais de R\$8.478.395,21 (oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), uma vez que os profissionais vinculados à UFMG receberam R\$2.783.367,95 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

1830. Nesse sentido, há indícios de superfaturamento do contrato e utilização inadequada de verbas públicas, que poderá ser melhor apurado em análise contábil pelo Ministério Público.

VIII.3.2 DA PROCURADORIA E CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E ASSESSORIA JURÍDICA DA SUDECAP

1831. Apesar de não estar sendo feito indiciamento específico dos procuradores, controlador geral do município ou do assessor jurídico da SUDECAP, também há de se realizar uma continuidade na investigação pelo Ministério Público, se houve dolo na omissão de menção do tombamento da Lagoa da Pampulha nos contratos que foram celebrados.

1832. É evidente que qualquer ação em objetos tombados, deve ter a consideração expressa da necessidade de proteção deste patrimônio, não sendo possível sua descaracterização e/ou intervenção sem critérios para preservar o bem.

1833. A Procuradoria, Controladoria do Município e assessoria da SUDECAP possuem o dever evitar o cometimento de ilegalidades dentro da estrutura administrativa municipal. Contudo, *in casu*, não se observou uma ação concreta para evitar as ofensas que foram descritas na Lagoa da Pampulha. Com uma simples observação nos pareceres destes órgãos, poder-se-ia ter modificado a condução irregular dos processos que aqui foram investigados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIII.3.3 DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO SCO 033/2013

1834. Ainda no ano de 2011, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou um chamamento público com vistas a identificar tecnologias e métodos de limpeza das águas da Lagoa da Pampulha.

1835. Dois anos depois, o processo licitatório SCO 033/2013 foi deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, para contratação de “serviço de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha”.

1836. O objeto da contratação definia que, após a realização do tratamento licitado, a qualidade da água deveria atingir os limites fixados para a classe 3, parâmetro definido na Resolução CONAMA 357/05 e DN COPAM/CERH 001/08.

1837. O procedimento licitatório foi paralisado em 2013 sem qualquer justificativa, enquanto existiam 3 empresas interessadas na realização do serviço. Essa licitação ficou paralisada sem qualquer justificativa por mais de 20 (vinte) meses, coincidentemente enquanto a empresa que futuramente se sagrou vencedora, resolvia contenda judicial envolvendo a patente de um dos produtos que seriam considerados os únicos capazes de promover a limpeza desejada pela Sra. Ana Paula e pelo Sr. Ricardo Aroeira, para justificar uma posterior inexigibilidade de contratação completamente fictícia.

1838. Retomando as ações da comissão de licitação, da mesma forma abrupta como foi paralisado e sem qualquer justificativa, o procedimento foi retomado como se jamais tivesse sido interrompido, sem prestar qualquer esclarecimento à população, que é diretamente interessada no objeto da contratação, ou mesmo às outras concorrentes, que inclusive contestaram judicialmente o ato, não só estranho, mas de fato ilegal e incompatível com o ordenamento vigente.

1839. Como se ato contínuo fosse, a nova comissão de licitação, formada por integrantes diversos daqueles presentes nos atos de 2013, reiniciou o procedimento a partir do recurso da pontuação obtida, para conceder o objeto ao Consórcio Pampulha Viva no ano de 2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1840. Coincidentemente, a comissão que determinou o vencedor de 2015 contava com a participação de servidores que fiscalizariam a execução do serviço contratado. Com base nas manifestações desses servidores, a empresa vencedora foi paga mesmo sem ter alcançado o objeto determinado pelo edital.

1841. Pior. Além de não ter atingido o objetivo da contratação feita em 2015 (tratamento da água até o atingimento da Classe 3), essa mesma empresa foi recontratada em 2018, agora por inexigibilidade (o que houve com as outras 3 empresas?) para realizar o mesmo objeto que durante os 3 anos de trabalho, jamais conseguiu alcançar.

1842. Não foi fornecida qualquer justificativa para a paralisação do certame de 2013, nem tampouco para sua retomada em 2015 sem qualquer notificação aos interessados. Ademais, o pagamento dos valores foram efetuados como se o objeto do contrato tivesse sido cumprido, o que é desmentido pelos estudos e documentos de medição, além da inferência óbvia que se há necessidade de nova contratação, o problema não foi de fato resolvido.

1843. Dessa feita, existem indícios fortes que os servidores integrantes da SC 033/2013 descumpriram diversos princípios de Direito Administrativo, além do possível cometimento de crimes como prevaricação, advocacia administrativa, corrupção passiva, falsidade ideológica, além dos delitos previstos nos artigos 337-I e 337-L da Lei 14133/2021.

1844. Ocorre que o instrumento de investigação do Poder Legislativo, qual seja a Comissão Parlamentar de Inquérito, só pode funcionar por prazo determinado de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. Nesse sentido, tendo em vista que o trabalho investigativo da comissão identificou ilicitudes ocorridas há aproximadamente 10 anos, necessário o aprofundamento da investigação criminal, principalmente em respeito à atuação dos servidores mencionados para identificar se houve recebimento de valores ou vantagens para a concessão de favores ilegais às empresas integrantes do consórcio vencedor.

1845. Nesse sentido, encaminha ao Ministério Público, a recomendação para o aprofundamento das investigações em relação aos integrantes da SCO 033/2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIII.3.4 HENRIQUE DE CASTILHO MARQUES DE SOUSA

1846. As intervenções promovidas por SMOBI-SUDECAP no espelho d'água e na orla da Lagoa da Pampulha, bens culturais protegidos por tombamento, são cumprimento de dever constitucional de proteção (CRFB, art. 216, § 1º). No entanto, e contando com a convivência da FMC, ocorrem ao arrepio do Decreto-lei n. 25/1937, arts. 17 e 18.

1847. Henrique Castilho tem dado continuidade à esse *modus operandi*, de modo a ter (i) intervenções promovidas, na Lagoa da Pampulha, por SMOBI-SUDECAP sem a liderança de pessoal especializado em patrimônio cultural e (ii) interesse em perpetuar o enxuga gelo, são as duas forças que permitem aos núcleos operativo e cooperativo engendrar o rodízio de funções a fim de que estejam nas diversas pontas do enxuga gelo.

1848. Assim, apesar de não estar sendo diretamente indiciado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, recomenda-se a continuidade de investigação para saber sobre seu envolvimento, inclusive pela convivência de anuir com o pregão eletrônico SMOBI 022/2022, conforme item IV.2.4.

VIII.3.5 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

1849. Como elucidado no item IV.1, na esfera da União, o tombamento, em 1996, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha foi homologado pela Portaria nº 188/1997.

1850. O próprio site institucional do IPHAN confirma que esse órgão “zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade”⁴⁰.

1851. Contudo, observou-se que o IPHAN pouco faz para coibir ações que mutilam a Lagoa da Pampulha. Nesse sentido, encaminha ao Ministério Público, a

⁴⁰[http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218#:~:text=O%20Iphan%20zela%20pelo%20cumprimento,Unesco\)%20como%20Patrim%C3%B4nio%20da%20Humanidade.](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218#:~:text=O%20Iphan%20zela%20pelo%20cumprimento,Unesco)%20como%20Patrim%C3%B4nio%20da%20Humanidade.)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

recomendação para o aprofundamento das investigações em relação a eventual prevaricação individualizada desse instituto.

IX. DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1852. Ao Ministério Público Federal compete, de acordo com a Lei Complementar Nº 75, de 1993:

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

(...)

III - a defesa dos seguintes bens e interesses:

- a) o patrimônio nacional;*
- b) o patrimônio público e social;*
- c) o patrimônio cultural brasileiro;*

1853. No que diz respeito à competência federal para apuração de atos de improbidade administrativa, ilícitos criminais e ilícitos civis e administrativos, cumpre transcrever o que consta do art. 109 da Constituição da República:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

[...]"



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1854. A competência federal, nos termos da Constituição da República, é determinada em razão da pessoa, da matéria e da função, possuindo natureza absoluta, de acordo com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça .

1855. Quanto ao fundamento constitucional da atribuição de competência, o STJ esclarece que:

RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. 1. PEDIDO CONTRAPOSTO DECLARATÓRIO DA NULIDADE DAS PATENTES. COMPETÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA REGRA ESPECIAL E COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO POR JUÍZO DE DIREITO ESTADUAL. 2. ALEGAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE EXTERNA. CONFIGURAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 265, IV, DO CPC/1973. SUSPENSÃO DO PROCESSO. NECESSIDADE. 3. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

"É cediço que a competência da Justiça Federal é estabelecida diretamente no texto constitucional de forma absoluta, taxativa e, quando cível, estabelecida 'ratione personae'".

(BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (T3). REsp 1558149 / SP - Recurso Especial 2015/0239783-9. RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. [...]. Recorrente: SEMP TOSHIBA S/A. Recorrido: KONINKLIJKE PHILIPS ELECTRONICS N V. Relator(a): Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em 26 de novembro de 2019.)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1856. Quanto à competência determinada em razão da pessoa, no âmbito da Justiça Federal, há jurisprudência firme do STJ nesse sentido. Assim é a interpretação do TRF/1ª Região:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ARTIGO 10, VIII, DA LEI 8.429/92. DANO AO ERÁRIO. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. EX-PREFEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVADAS. DOLO. NÃO CONFIGURADO. LEI 14.230/21. ALTERAÇÕES. SENTENÇA CONDENATÓRIA REFORMADA.

*3. A Justiça Federal é competente para processar e julgar ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal que tem por objeto verba federal, vez que se trata de competência *ratione personae* da Justiça Federal, em matéria cível, nos termos do art. 109, I, da CF/88.*

(BRASIL. TRF Primeira Região (Terceira Turma). AC - Apelação Cível 0009992-11.2014.4.01.3304

99921120144013304. [...]. Relator(a): Desembargador Federal Ney Bello, Juiz Federal Marllon Sousa (Conv.), julgado em 05/07/2022.)

1857. O objeto da presente é de competência federal, posto que, de acordo com o art. 109, I, da CR/1988, “aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”.

1858. O interesse referido pelo texto constitucional é o interesse jurídico.

1859. No caso, a competência *ratione personae*, tal como definida na CR/1988, art. 109, I, funda-se no fato de que houve, para os efeitos do Decreto-Lei n. 25/1937, o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha – fato que atrai o interesse da União, uma vez que o IPHAN é autar-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quia federal. Atrai, ainda, o interesse do próprio IPHAN, que é a autarquia responsável pela proteção do patrimônio cultural nacional.

1860. Além disso, o patrimônio paisagístico da Pampulha goza de proteção constitucional (CR/1988, art. 216) e, portanto, de interesse público nacional. Trata-se de patrimônio cultural brasileiro.

1861. Além disso, foi firmado contrato de "operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco do Brasil AKTIENGESELLSCHAFT Viena/Áustria BB AG, no valor de US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos)", o que também atrai a competência federal, na forma do art. 109, III, da CR/1988, que dispõe: "aos juízes federais compete processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

1862. A Lei municipal n. 10.502, de 10 de julho de 2012, do Município de Belo Horizonte, autorizou o Executivo a contratar empréstimo com organismo financeiro nacional e/ou internacional até o montante de US\$ 75.000.000,00.

1863. De acordo com a Resolução do Senado Federal n. 55/2013, art. 1º a 3º, foi o Município de Belo Horizonte/MG autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco do Brasil AKTIENGESELLSCHAFT Viena/Áustria BB AG, no valor de até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), devendo os recursos dessa operação de crédito destinar-se ao financiamento parcial do "Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha". Referida operação de crédito, conforme da Res./SF n. 55/2013, tem como garantidora a República Federativa do Brasil.

1864. Em sendo a fiança um contrato, de acordo com o Código Civil, art. 818 a 839, atrai-se a competência federal, de acordo com o art. 109, III, da CR/1988, que dispõe que "aos juízes federais compete processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional".

1865. Os danos ao Erário municipal, seja por ineficiência na execução do "Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha", financiado com recursos da operação de crédito em tela, seja por inadimplência do devedor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com repercussão sobre a esfera jurídica da União ou descumprimento das condições estabelecidas (Resolução do Senado Federal n. 55/2013, art. 1º, parágrafo único, art. 2º, I e III, e art. 3º, § 1º), atrairá, mais uma vez, a competência da Justiça Federal, nos termos da CR/1988, art. 109, I a III.

1866. Ao lado disso, os bens e direitos integrantes do patrimônio cultural consideram-se patrimônio público, com fulcro na Lei n. 4.717/65, art. 1º, §1º.

1867. Com fundamento na Lei n. 4.717/65, art. 1º, caput, qualquer ato, promovido pelo Município de Belo Horizonte com base na referida “operação de crédito externo” e que se demonstre lesivo a bem e ou direito de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, legitima o autor a pleitear a anulação ou a declaração de nulidade do contrato ou termo que lhe dê suporte.

1868. Assim, cabe ao Ministério Público Federal tomar ações pelos fatos aqui delineados, no que tange à sua competência.

X. CONCLUSÃO

1869. Embora não tenha sido escopo deste trabalho a análise e questionamento da qualidade dos documentos de engenharia e de especialistas, necessário se fez compreender que, dentro dos limites e atribuições cabíveis a esta Comissão, todos os relatórios disponibilizados foram lidos e analisados, sendo que a mera leitura, já demonstrou diversas inconsistências do que é falado e defendido pela Prefeitura de Belo Horizonte, na figura dos indiciados, com o que apontam os dados técnicos nos próprios documentos.

1870. Com exceção da análise feita por laboratório não acreditado, como exposto neste relatório, não se criticou ou questionou a credibilidade do que foi escrito, mas apenas foi analisada meticulosamente todas as suas considerações.

1871. Tendo em vista a necessária proteção de nosso patrimônio cultural tombado, há evidente iminência de cessar as diversas agressões à Lagoa da Pampulha que foram descritas neste documento




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1872. Foi demonstrado que há indícios suficientes de autoria e materialidade dos citados, conforme se pode verificar pelas provas documentais e testemunhais apresentadas, em um núcleo operativo e do núcleo cooperativo do esquema “Enxuga Gelo”.

1873. A Prefeitura de Belo Horizonte deve realizar o afastamento imediato de todos os servidores públicos municipais elencados acima, como única forma de estancar as operações do “Enxuga Gelo” e salvar a Lagoa da Pampulha da poluição constante e do assoreamento ilimitado, matérias-primas de contratos milionários que não cumprem os objetivos avençados, em flagrante lesão aos princípios da eficiência e da economicidade.

1874. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito cumpriu o seu papel, dentro dos seus limites, prazos e atribuições, oferecendo aos órgãos cabíveis elementos e indícios para a completa investigação, indiciamentos e apuração dos fatos apresentados ao longo deste relatório, para que seja dado prosseguimento aos trabalhos iniciados nesta Câmara Municipal.

Belo Horizonte/MG, 01 de julho de 2024.


Vereador **Bráulio Lara**
Partido NOVO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXOS

Os documentos/arquivos encontram-se disponíveis em **mídia digital**, sendo que as informações estão contidas nos seus respectivos Anexos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Exmo. Senhor Prefeito Fuad Noman, para que seja definido um responsável direto, dentre os membros da Comissão Integrada para Gestão da Pampulha.

A presente ação diz respeito à necessidade de se ter um responsável direto para as ações que são realizadas na Lagoa da Pampulha. Tal medida facilita o diálogo institucional com outros órgãos e permite a coordenação de ações.

O designado também deverá instituir dispositivos de proteção à Lagoa da Pampulha, para que independente de qualquer ação da COPASA ou da Prefeitura de Contagem, sejam tomadas medidas que impeçam os contínuos aportes poluidores.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Exmo. Senhor Prefeito Fuad Noman, para que sejam tomadas as medidas punitivas dos responsáveis que não realizarem as conexões de esgotamento sanitário nos locais onde já está disponível rede para a ligação predial.

Sabe-se, que foi homologado acordo judicial na Justiça Federal, nos autos da ação 1066131-83.2021.4.01.3800, que corre na 19ª Vara Federal de Belo Horizonte, entre as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e o Ministério Público Federal (MPF) com a finalidade de implantação de um plano de despoluição da bacia hidrográfica da Lagoa da Pampulha para fins de erradicação do lançamento de esgoto.

Ocorre que, o sucesso do plano de ação depende de variáveis como intervenções em áreas de interesse social, onde as estruturas urbanas são precárias ou inexistentes. Menciona-se, ainda, que há proprietários que não permitem as obras de interligação e continuam efetuando lançamento de esgoto na Lagoa da Pampulha, sendo imprescindível atuação do poder público na figura da Vigilância Sanitária.

Isso posto, destaca-se que a indicação está consubstanciada no dever de sugerir medidas de interesse público, as quais sejam de competência própria dos órgãos do Poder Executivo.

Portanto, certo de poder contar com o desfecho favorável desta indicação, agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Ao Senhor
Vereador Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

CHAMADA Nº 04/Jul/24-15-AB-35-010001-1